

A MEMÓRIA EM DISPUTA: AS LUTAS DOS ATINGIDOS PELA UHE DE TUCURUÍ

*Diferentes temporalidades
de um grande projeto*

**Leandro César
Juárez Liberatori**

Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais



UFRJ



A MEMÓRIA EM DISPUTA: AS LUTAS DOS ATINGIDOS PELA UHE DE TUCURUÍ

Diferentes temporalidades de um grande projeto

LEANDRO CÉSAR JUÁREZ LIBERATORI

Orientador: HENRI ACSELRAD

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL (IPPUR)

Rio de Janeiro, 2019

Projeto “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”

Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais



UFRJ



PREFÁCIO

Henri Acselrad, professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O presente livro é fruto de uma cuidadosa pesquisa realizada no âmbito do projeto “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país.” Selecionado no contexto do Edital da CAPES sobre Memória de Conflitos Sociais, este projeto teve por objetivo geral recuperar a memória do movimento dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí por meio de análise de documentos e entrevistas com lideranças e membros de famílias atingidas pela construção e operação da barragem. É sabido que a memória social dos atingidos não havia sido devidamente registrada durante a vigência do regime de exceção que vigorava à época da implantação da obra. É que no período mais crítico de sua construção prevaleciam limites autoritários à circulação de informações e aos debates sobre os impactos da barragem nas condições de vida das populações. No trabalho de coleta de dados do presente estudo foram, assim, levantados diversos registros do repertório de ação dos movimentos de atingidos a montante e a jusante da hidrelétrica, antes e depois do ano de 1985, ano em que foram restabelecidas formalmente as liberdades democráticas no país. O que motivou especificamente o trabalho de Leandro Juárez Liberatori ora publicado foi, através da ativação da memória dos atores, proceder a uma análise comparativa das estratégias de ação adotadas pelos atores sociais nos contextos respectivos do regime de exceção e da redemocratização.

Não por acaso o papel da conjuntura política nas condições de organização dos movimentos sociais foi uma questão que ganhou destaque na pesquisa. No caso da barragem de Tucuruí, pouco se havia explorado até aqui as relações entre os contextos macropolíticos em que as lutas foram desenvolvidas e os processos localizados de mobilização e organização dos atingidos. Como teriam os atores locais do movimento dos atingidos percebido e avaliado as implicações das transformações observadas no regime político para

a reconfiguração de seu campo de ação no terreno? A lacuna relativa à consideração desta dupla dimensão contextual – local e nacional - dizia respeito tanto à produção acadêmica como à de fora dela. Quando do debate do caso de Tucuruí pela Comissão Mundial de Barragens (CMB), chamou-se a atenção para o fato de ter-se deixado de registrar que as práticas contra as quais os movimentos de atingidos tiveram de se confrontar foram autoritárias durante o regime militar, mas, por outras vias, tiveram, após seu fim, suas demandas ouvidas apenas ao ritmo das pressões sociais dos movimentos. Processos de decisão pouco democráticos estiveram em curso pelo recurso a artifícios discursivos que visaram fazer das conquistas legais letra morta¹.

A presente pesquisa procurou, assim, qualificar a natureza específica da transição democrática que o Brasil atravessou ao longo dos anos 1980, verificando os limites da esfera pública que foi constituída após o fim do regime de exceção em sua capacidade de acolher as demandas formuladas pelos grupos atingidos por grandes projetos de desenvolvimento. Seu método buscou incluir na história atores que, no passado, foram feitos invisíveis, dando-lhes corpo em sua experiência cotidiana, fazendo ouvir suas vozes por vezes difíceis de achar nas fontes convencionais, dando-lhes a mesma atenção que até aqui tiveram os agentes condutores do projeto desenvolvimentista.

Sabendo não haver memória coletiva que não se desenrole num quadro espacial, o autor observa que tanto as paisagens como a memória tornam-se objeto de disputa. Mais do que recuperar uma memória já enquadrada por pontos de referência construídos por grupos ou instituições, ele procura reconstituir a dimensão coletiva e organizada dos discursos sobre a experiência que foram sendo, progressivamente, transformados em “fatos de memória”. A memória das experiências associadas à implantação da UHE-Tucuruí, como objeto de disputa entre diferentes representações e perspectivas, expressa-se através de diferentes periodizações e práticas de seleção de eventos como expressivos de sequências coerentes da construção de narrativas. Inúmeras cronologias coexistem na diversidade de documentos e falas hoje disponíveis – desde a Memória Técnica da UHE-Tucuruí, produzida pelo setor elétrico à

¹ Cf. Comentários do conselho consultivo tripartite ao estudo de caso de Tucuruí; Sumário Executivo; site da World Commission on Dams, Rio de Janeiro, 7/5/2000.

multiplicidade de relatos registrados em folhetos e boletins publicados por diferentes atores envolvidos com o movimento dos atingidos. A análise desta cronologia comparada permite entender os critérios que demarcaram a experiência tal como vista em suas diferentes perspectivas de observação e registro.

O historiador Pierre Nora assinala que “a memória é sempre um fenômeno atual, um elo do presente com o passado vivido. Neste sentido, a memória se constrói na interação entre lembrança e esquecimento, estando sujeita a longas latências e repentinas revitalizações”. Enquanto a História se baseia em documentos, em grande parte escritos, a memória pode trazer à luz estes documentos, contextualizá-los, trazê-los ao presente iluminando a experiência passada com questões da atualidade. Isto é o que o trabalho ora publicado procurou fazer, reunindo, organizando e analisando os acervos do movimento dos atingidos. Mas os resultados desta pesquisa trazem também à tona a necessária discussão sobre os modelos de desenvolvimento baseados em grandes projetos, em particular a relevância de se considerar as relações estabelecidas entre os sistemas de poder e os modos de ocupação do espaço nas regiões em que são implantados grandes projetos viários, energéticos, industriais ou minerários. Hoje, na segunda década dos anos 2000, nos defrontamos com as evidências de que os ditos grandes projetos são o elo de ligação entre a lucratividade dos negócios de grandes empreiteiras, a apropriação privada da política por grandes interesses econômicos e a destruição dos direitos de pequenos produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. A revisão deste modelo de grandes projetos na perspectiva dos grupos sociais atingidos, para a qual o presente trabalho traz significativa contribuição, é um meio de alimentar a reflexão crítica, na universidade e fora dela, sobre os sentidos do desenvolvimento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL EM QUE SURGE A UHE DE TUCURUÍ.....	21
2 A MEMÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ	46
3 A MEMÓRIA DA ELETRONORTE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS.....	155

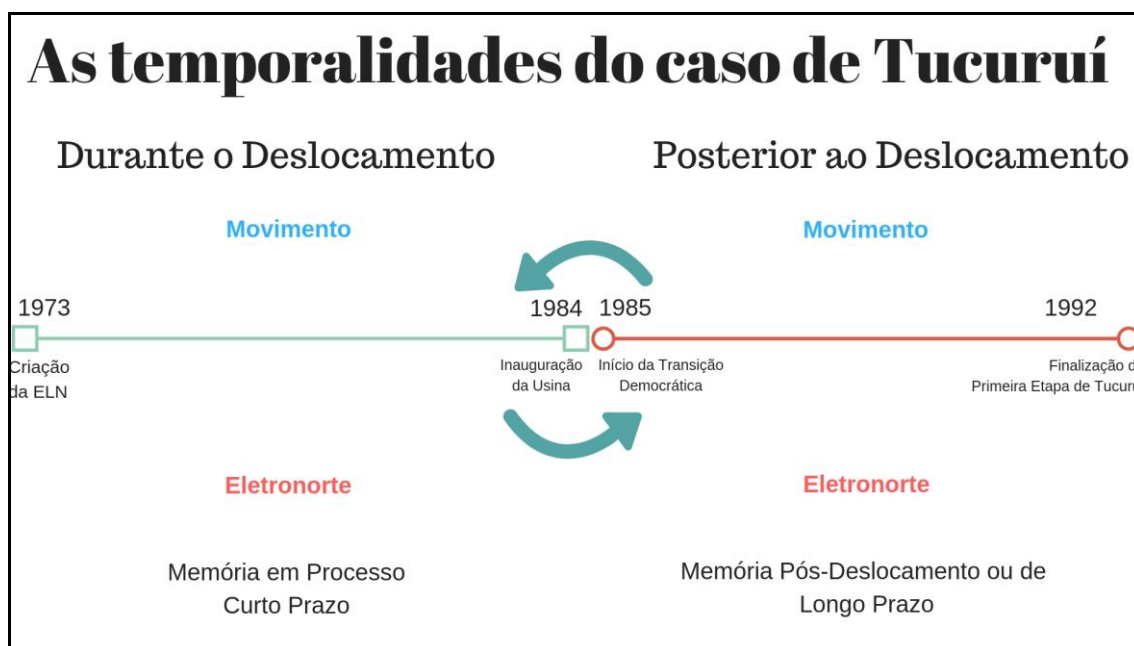
INTRODUÇÃO

A presente Dissertação visa recuperar e sistematizar o conhecimento relativo à memória do processo de deslocamento compulsório produzido pela construção da primeira etapa da barragem de Tucuruí (PA), durante os anos 70 e começo dos anos 90. Abordaremos o caso desde duas perspectivas: por um lado, o ponto de vista das diferentes organizações de atingidos que surgiram na época, e por outro lado, da visão da empresa estatal responsável pela realização da obra, a Eletronorte. A tal fim, nos remeteremos aos diferentes documentos produzidos, na época do conflito pelas remoções forçadas, por parte destes dois conjuntos de agentes, caracterizados como documentos de *memória em processo*, ou de *curto prazo*². O período do conflito pelo deslocamento compulsório vai desde 1973, ano em que foi criada a Eletronorte, até a inauguração da barragem no dia 22 de novembro de 1984. Num segundo momento, analisaremos os documentos feitos com posterioridade à inauguração da usina, os quais estão atravessados por uma mudança na conjuntura política, tanto do país com a transição democrática; do setor elétrico, que começará a dar mais importância às problemáticas socioambientais que ele gera; e do Movimento que, logo após o deslocamento compulsório, terá novos objetivos. Estes documentos terão como base a memória da experiência dos principais fatos do conflito desatado pelo deslocamento populacional (1973-1984) para atingir diferentes objetivos estratégicos. Nesse sentido, caracterizamos este tipo de memória como *memória pós-deslocamento*, ou *memória de longo prazo*. O período pós-deslocamento vai desde a inauguração da barragem, em 1984, até a finalização da construção da primeira etapa do projeto de Tucuruí, que foi concluída em dezembro de 1992. Assim, abordaremos a memória do conflito ocasionado durante toda primeira etapa de Tucuruí (1973-1992) como um campo em construção onde os agentes envolvidos acionam diferentes estratégias políticas e discursivas em diferentes períodos que visam legitimar a

² Metaforicamente este tipo de memória funciona como a memória operacional ou de trabalho da neurociência. Na neurociência, a memória de trabalho, também chamada de memória de curto prazo, funciona como um sistema de capacidade limitada que permite o armazenamento e a manipulação temporária de informações verbais ou visuais necessárias para tarefas complexas, como a compreensão, aprendizado, raciocínio e planejamento (ZANELLA e VALENTINI, 2016).

perspectiva desde a qual se posicionam. Desta forma, buscaremos mostrar que a memória não é neutra nem espontânea, senão que a construção dela, está atravessada pelos interesses em jogo dos agentes que a evocam. Reproduzimos a continuação um pequeno esquema para orientar o leitor sobre como será abordado o trabalho:

Figura 1. Esquema de Temporalidades do caso Tucuruí



Fonte: Elaboração própria.

O trabalho se insere dentro de um projeto de pesquisa mais abrangente intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país” que conta com a participação de pesquisadores da UFRJ, da UFPA, da UEPA e da UNIFESSPA. O objetivo geral desse projeto é reconstituir e sistematizar o conhecimento relativo à experiência do movimento dos atingidos pela barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí, organizando a memória - captada em documentos, em entrevistas com lideranças e membros de famílias atingidas pelo deslocamento compulsório. Por esta razão é que um material de consulta complementar que acompanha esta dissertação é o site³ realizado coletivamente com a equipe de pesquisa que mostra os resultados desse projeto. Além de todos os

³ Disponível em: www.memoriatucuruí.ufpa.br

documentos utilizados para poder realizar o nosso trabalho, encontra-se em dito site um acervo fotográfico da época do deslocamento, um documentário de 1984 com depoimentos dos atingidos, entrevistas a diferentes lideranças, artigos, dissertações e teses da nossa equipe, mapas, e uma linha do tempo⁴ que pode servir de guia ao leitor deste trabalho.

O conflito social e ambiental pela construção da barragem de Tucuruí teve início no final dos anos 70 quando a Eletronorte por meio da empresa de consultoria BASEVI, começou a realizar o levantamento das benfeitorias das pessoas que se encontravam dentro da área de influência do futuro reservatório da barragem. Estas pessoas deveriam, segundo determinação da empresa, ser deslocadas. A partir desse momento, a vida dos habitantes desta região mudaria de forma radical devido aos prejuízos que a construção da barragem lhes ocasionaria. Inúmeros problemas surgiram desde então com a consequente degradação das condições de vida dos atingidos. A ausência de um tratamento justo dos atingidos por parte da Eletronorte, somada à falta de preocupação com a situação dessas pessoas fizeram com que as indenizações pagas estivessem muito abaixo do valor real dos bens dos desapropriados. Por outra parte, os colonos foram proibidos de plantar desde o momento do levantamento até a relocação, passando vários anos sem ser capazes de desenvolver suas atividades correntes de trabalho. (ACSELRAD, 1991; MAGALHÃES, 1996).

A situação de descaso permanente da empresa, fez com que estes habitantes começassem a organizar-se, surgindo as primeiras comissões para depois, como veremos, conformar um movimento mais abrangente em toda a região. Durante todo esse transcurso as entidades de apoio e o próprio movimento foram registrando, em diferentes tipos de documentos, os acontecimentos de todo esse processo. Uma primeira parte da pesquisa terá como objetivo a análise da produção documental que dá conta do processo de conformação desse primeiro movimento, e posteriormente de suas lutas reivindicatórias, reconstruindo assim a sua memória em processo, tal como registrada no material documental.

⁴ Disponível em: <https://www.tiki-toki.com/timeline/entry/878253/Memria-UHE-Tucuru/>

Neste sentido, uma primeira discussão importante para caracterizar a concepção teórica desde a qual estamos abordando o nosso objeto de pesquisa é o que entendemos por memória. Segundo Lifschitz (2012, p. 146) Maurice Halbwachs, um dos autores clássicos no campo de estudos da temática, conceitua a memória coletiva como

[...] um fenômeno sociológico que deve ser diferenciado tanto da memória individual como da memória histórica, que é um registro textual sobre acontecimentos nacionais, porque, a diferença desta, baseia-se em experiências vividas. [...]. A memória coletiva é constituída a partir de experiências vivenciadas por grupos sociais, enquanto a memória histórica é um registro textual produzido a partir do poder. A memória social articula-se com a oralidade, a pluralidade e a sociedade civil e a memória histórica com a textualidade, a singularidade e o Estado.

Isto significa que as pessoas não se lembram de maneira isolada, senão em grupos espacial e temporalmente situados que, mediante marcos sociais específicos, dão sentido às suas experiências e lembranças. O importante da perspectiva de Halbwachs, é que sua concepção de memória coletiva não se define em termos de tipos de *representações* que dariam forma à memória, senão que esta é de fato um tipo de *vínculo social* entre o(s) sujeito(s) e o grupo. Não obstante, se olharmos mais de perto aparece um inconveniente nesta perspectiva que não nos permite entender vários aspectos da memória dos atingidos pela barragem de Tucuruí. Desde o ponto de vista de Halbwachs, as vinculações sociais da memória coletiva são necessariamente *espontâneas*, sendo estas vinculações manifestações de um tipo de solidariedade, num sentido durkheimiano, que dá coesão ao grupo. Neste trabalho, abordaremos a memória, porém, em outro sentido. A análise dos agentes envolvidos (em particular, a empresa e os movimentos de atingidos pela barragem de Tucuruí) nos revela que existe outro tipo memória além desta memória coletiva. Estamos falando da memória política, cuja especificidade se encontra no fato de que é uma classe de memória que estabelece outro tipo de vinculação social que não é espontânea senão que está ligada a uma ação *intencional*. O autor que desenvolve esta perspectiva é Javier Lifschitz. De acordo com ele

Se a memória social não é definida pelo tipo de representação, mas pelas interações que os sujeitos estabelecem através das narrativas, poderíamos dizer o mesmo em relação à memória política. Se de fato existe uma distinção entre a memória social e a memória política, esta reside no tipo de laço social que ambos estabelecem. Nesse sentido, se a memória social se refere à configuração de laços sociais espontâneos, poderíamos nos perguntar que tipo de laço social

sustenta a memória política. Nossa hipótese de trabalho é que, se a memória social está associada a vínculos sociais espontâneos, a memória política está ligada a ações intencionais. Para entender o que está em jogo no caráter intencional da memória política, devemos considerar que a memória, seja social ou política, é uma ação mediada pela linguagem (LIFSCHITZ, 2014).

Devido ao fato de considerarmos que o termo “memória política” pode levar a confusão, nós preferimos falar em “memória conflitual”, ou “memória político-conflitual” para especificar melhor o tipo de conceito de memória com o qual estamos trabalhando aqui. Assim, para compreender a memória político-conflitual devemos considerar que esta é um tipo de discurso social que adquire seu sentido na esfera pública. Desta forma, interpretamos a memória conflitual como parte de um tipo de discurso particular: o discurso político. Segundo Eliseo Verón (1996), o campo discursivo da política implica confronto, relação com um inimigo, luta entre enunciadore e, portanto, a construção de um adversário. Falar em adversário sugere que todo ato de enunciação política implica necessariamente que existem outros atos de enunciação, reais ou possíveis, opostos aos seus. Desta forma, para Verón o discurso político é relacional; por isso nunca fala de “discursos”, senão de um *campo discursivo*. O objetivo de uma pesquisa como a que é aqui desenvolvida não é construir uma tipologia de discursos, senão uma tipologia de *jogos de discurso*, a partir dos quais os agentes portadores destes discursos elaboram variantes dos mesmos, representados em diferentes estratégias. Por conseguinte, a análise consistirá em identificar processos de *intercâmbios discursivos* manifestos no suporte material dos documentos analisados.

Por último, é importante destacar como, desde uma perspectiva como a de Verón no ato de enunciação, quer dizer na posta em cena do discurso, existe a construção de dois tipos de destinatários: um positivo e outro negativo aos que o discurso político se dirige simultaneamente. Assim, em todo discurso político teremos um *prodestinatário* que é o destinatário positivo, quer dizer o próprio coletivo (por exemplo, quando os camponeses falam: “Nós camponeses...” ou “Nós colonos da Transamazônica...”). Por outro lado, aparece um contradestinatário, que se manifesta na *inversão* da crença, isto é, num processo discursivo no qual tudo o que é verdadeiro para mim é falso para o contradestinatário, tudo o que bom para mim é ruim para ele, etc. Além destes dois tipos de destinatários temos um terceiro (potencialmente positivo),

o *paradestinatório* que é aquele que, de certo modo, se encontra “fora do jogo”. Aqui opera a ideia de “suspensão da crença” e se refere ao público que não é diretamente afetado pelo conflito, mas que pode tomar posição a favor ou em contra dos agentes envolvidos. É por isso que se busca *persuadir* ao paradestinatório (VERÓN, 1996).

No caso de Tucuruí, nos encontraremos com um conjunto de discursos políticos que utilizarão a memória de distintas formas e em diferentes momentos para atingir objetivos estratégicos. Isto porque a narração da memória político-conflitual busca *intervir* no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política no caso dos movimentos, e exercendo a hegemonia do Estado no caso da Eletronorte.

A memória político-conflitual é um tipo de ação estratégica. Com a ideia de ação estratégica se destaca que a memória política existe como tal quando pessoas ou grupos a colocam intencionalmente no espaço público. A finalidade da ação estratégica não é a compreensão ou o entendimento, senão a influência e o confronto. Desta forma, a memória político-conflitual se baseia no confronto simbólico e só adquire potência e sentido quando ingressa na esfera pública. Falar sobre memória político-conflitual é reconhecer as intencionalidades estratégicas dos diferentes agentes envolvidos (LIFSCHITZ, 2012). Desta forma podemos dizer que a memória político-conflitual é uma categorização e interpretação dos diferentes fatos de um processo, feitos desde um lugar social específico, o qual visa elaborar um discurso de normatização para que os eventos passados possam ser inteligíveis às necessidades atuais do agente que elabora a memória.

Neste sentido, no caso de Tucuruí nos encontramos com duas temporalidades bem marcadas: por um lado, uma temporalidade de *curto prazo* a qual acionará a memória durante o desenvolvimento dos diferentes eventos do conflito em torno ao deslocamento compulsório entre o Movimento e a Eletronorte e, por outro lado, uma temporalidade de *longo prazo* que interpelará os fatos acontecidos durante a construção e posta em funcionamento da UHE-Tucuruí com posterioridade aos mesmos, visando construir uma narrativa que faça uma leitura mais abrangente de todo o processo. Em relação à temporalidade de curto prazo, o movimento será protagonista no uso deste tipo de memória. No caso da memória de longo prazo, a empresa ocupará ali um

lugar hegemônico. Vejamos a continuação porque consideramos que isto é assim e as possibilidades de entendimento que este tipo de análise nos permite.

Este marco de análise nos possibilita considerar que as estratégias de memória de curto prazo são acionadas pelo movimento principalmente, porque se adaptam melhor a suas necessidades. Em primeiro lugar, o movimento precisa conformar-se como tal. Neste sentido, uma primeira estratégia que utilizaram é o apelo a uma identidade comum, assimilada a um passado comum, a partir da qual se reconhecem no presente como atingidos. Desta forma, reconhecemos o apelo a duas identidades a partir das quais o movimento começou a tomar forma principalmente em Itupiranga e Repartimento. Em Itupiranga os atingidos começam a se organizar como uma agrupação de *vazanteiros*⁵, os quais veem ameaçada a continuidade de sua forma de vida pelo deslocamento compulsório e começam então a organizar-se para exigir respostas da Eletronorte. Coincidimos aqui com a visão de Carlos Vainer em relação ao conceito de atingido segundo a qual no processo de deslocamento compulsório existe mais do que uma perda material por parte dos atingidos, senão que o que se produz é um verdadeiro processo de mudança social o qual “implica, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais” (VAINER, 2008, p. 9). Com efeito, na ocupação prévia ao reservatório da barragem encontramos com uma relação quase simbiótica de comunidades tradicionais com o território onde, como afirma Marx (1985, p. 77), existe uma

Apropriação das condições naturais de trabalho: da terra como o instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de

⁵ A “Agricultura de vazante”, também denominada “Vazante(s)”, pode ser definida como sendo a agricultura cultivada nas planícies baixas de rios, açudes e igarapés, sustentada pelos aluviões deixados no solo durante a cheia. “Vazante(s)” refere-se ainda às agriculturas cultivadas e a todo o processo/sistema do cultivo em si que representa uma das muitas formas de várzeas existentes na Amazônia, distintas pela dinâmica da cheia e da vazante e a (macro) sazonalidade do cultivo que rege o calendário local. No médio Tocantins, as vazantes ocorrem de abril a novembro, contudo, as disparidades das chuvas permitem que, em invernos curtos, perdurem o ano todo (CASTRO, BARROS, MARÍN E RAVENA, 2018)

sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o produto do trabalho mas ocorre como natureza. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução.

É então diante da perda dos traços de identidade manifestados no modo de vida tradicional que alguns dos atingidos começarão a reagir encaminhando documentos de reivindicações para a Eletronorte os quais serão analisados ao longo do texto.

Já em Repartimento e outros lugares em torno à rodovia Transamazônica a memória como estratégia utilizada para conformar o movimento é acionada em outro sentido. Neste caso nos deparamos com a memória da identidade dos colonos posseiros⁶ os quais tem sido historicamente expulsos da terra. A memória aparece aqui como uma tomada de consciência, já que, os colonos começam a perceber que sempre são eles os que devem perder suas terras em nome do “progresso”, do “desenvolvimento”. Por outro lado, no caso da colonização da Transamazônica os lavradores têm presente a lembrança recente de um sentimento de engano por parte do Estado, pois tinham lhes prometido terras e infraestrutura a partir das quais eles poderiam construir uma vida melhor, e quando chegaram lá encontraram que não havia quase nada e que deveriam ter que trabalhar muito duro para montar uma roça. Desta forma, existe um sentimento de desconfiança em relação ao Estado que novamente os obriga a sair e novamente lhes prometem que receberão boas terras. É a partir destas reflexões que muitos colonos começarão a se organizar diante de uma situação comum contribuindo também a conformar o movimento de atingidos.

Num segundo momento, já com o movimento organizado, a memória de curto prazo se apresenta de uma maneira diferente. Nesta etapa o movimento começa a ter negociações com a Eletronorte das quais obtém distintas atas assinadas por representantes da empresa que se comprometem a cumprir os acordos contidos nas mesmas. Esses documentos passam a ter especial valor para os atingidos que os utilizam em diferentes ocasiões como forma de cobrar os diferentes descumprimentos da empresa, além de servir para fiscalizar os

⁶ Referimo-nos ao processo de colonização que se intensificou a partir dos anos 70 com a construção da Transamazônica e organismos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, criado em 1970) que estimularam a migração de trabalhadores rurais e seus familiares para esta região. Ver Ianni, 1979 e Hébette, 2004.

trabalhos que a mesma ia realizando. Neste sentido é interessante a reflexão de Bourdieu (2008, p. 53) sobre as trocas linguísticas:

a troca linguística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital linguístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos.

O tipo de discurso que temos aqui é justamente um discurso de memória expressado no suporte material da ata que passa a representar um capital simbólico que o movimento utilizará estrategicamente de acordo ao desenvolvimento dos fatos. Essa é a riqueza da ata para o movimento a partir da qual eles têm a legitimidade para exigir que a Eletronorte cumpra os compromissos assumidos.

A Eletronorte utilizará também a memória de curto prazo durante o conflito, mas de uma forma diferente. Em primeiro lugar sob a forma de “memória técnica”, a empresa realizará estudos para avaliar socioeconomicamente as populações alvo da desapropriação. Com este tipo de materiais a Eletronorte buscará justificar de certa forma o deslocamento compulsório, enquadrando-o dentro de uma visão patrimonialista da desapropriação na qual

A perspectiva e a ação do empreendedor são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área. [...] Nesta concepção, não há propriamente impactos, nem atingidos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos; o que há é o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará com os proprietários o valor justo de suas propriedades. Em face deste direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o direito de propriedade e, nesse caso, um direito de propriedade restringido pela “utilidade pública” que lhe antepõe (VAINER, 2008, p. 4).

É exatamente esse o tipo de ordenamento territorial que a Eletronorte impôs à região, por meio de diferentes estudos os quais acabaram justificando este tipo de intervenção. O que estes trabalhos mostram desde um ponto de vista “técnico” é que a obra não só produz benefícios, senão que é necessária. Neste sentido se faz uma caracterização negativa das populações locais as quais são para a Eletronorte povoados que vivem em condições “paupérrimas”, no limite da subsistência. Esta “avaliação” seria condição suficiente para

justificar a intervenção sobre a área do reservatório. Desta forma, a Eletronorte apresenta o deslocamento como algo “vantajoso” para os colonos e ribeirinhos, ao tempo que promete pagar o valor justo das propriedades e benfeitorias. A partir desse momento, o planejamento orientado às indenizações e relocações dos atingidos se manifesta em encontros individuais entre a empresa e o atingido sob a aparência de uma relação entre iguais. Nestes encontros a empresa gera diferentes instrumentos que dão legitimidade ao seu proceder como a figura da “desistência” pela qual os colonos assinavam um documento no qual se comprometiam a renunciar a parte de seus direitos em troca de uma soma de dinheiro. Muitos assinam a desistência por falta de conhecimento ou por estar em uma situação de proibição de plantar e não querer esperar a relocação. A Eletronorte aciona estes documentos toda vez que o movimento faz reclamações pela situação dos colonos. Por outro lado, a empresa também tem uma data limite para abrir processos, logo da qual, não aceita novas aberturas. Esta artimanha permitiu que muitas pessoas tiveram que sair da área sem receber nenhuma indenização. Todas estas situações se enquadram no que Henri Acselrad (1991, p. 56) chama de planejamento autoritário e tecnoburocrático através do qual se dão “processos de desqualificação política e descaracterização sociocultural impostos às populações, tanto por intermédio do conteúdo conceitual do programa de relocação, como pela natureza dos procedimentos adotados para sua implantação”.

O resultado de uma intervenção deste tipo é uma alienação do território a qual “é formada por uma construção ideológica tecnicamente sofisticada, que abstrai a co-presença e conduz à acomodação incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional” (RIBEIRO, 2005, p. 267). Com efeito, a partir da instalação da UHE na região se desata um processo em que se passa de um regime de economia tradicional extrativista e camponesa, onde geralmente o uso da terra é comunitário e a própria fisionomia do meio natural marca o ritmo e a forma da vida do lugar, para um regime em que a natureza é racionalizada e reduzida à utilidade de um recurso: a vazão do rio para produzir energia. Qualquer outro elemento do território passa a ser secundário e, no

caso que atrapalhe este objetivo principal, passa ser considerado um problema, ou uma “complexidade” a ser reduzida,⁷ na terminologia dos grandes projetos.

Tentaremos caracterizar este processo a partir dos materiais produzidos pela Eletronorte, os quais se enquadram como documentos de memória técnica e que são acionados estrategicamente para atingir seus objetivos além de justificar suas ações.

Em relação às inúmeras reuniões e às trocas epistolares que a empresa teve ao longo de todo o processo com os atingidos e seus representantes, veremos que a atitude dela em relação às reivindicações e aos problemas ocasionados pela instalação da barragem, foi sempre defensiva visando negar os fatos dos quais era alvo de acusações, ou estabelecendo um tipo de diálogo dissuasório, adiando assim, a resolução dos problemas. Neste ponto, veremos que a empresa sempre está respondendo às interpelações que lhe fazem tentando justificar-se através de diferentes documentos produzidos por ela ou por outros agentes. O documento produzido nesta estratégia (ou a citação deles) tem certo caráter *fetichizante*, pois o sentido que a própria empresa lhe atribui é o de ser performativo da realidade, negando qualquer outro tipo de explanação ou argumentação. Isto quer dizer que, por exemplo, se no documento se manifesta que a Eletronorte nunca proibiu os colonos de plantar, quer dizer que é isso o que aconteceu, portanto a empresa se exime assim de qualquer indenização. Esse é o sentido estratégico do documento de memória técnica para a empresa durante o conflito com os atingidos: o de formatar a realidade em sua conveniência para não ter que assumir responsabilidades.

Esta classe de discurso performativo se manifesta geralmente através da conformação de uma organização particular: a comissão. Ao longo do processo veremos que a Eletronorte mandará constituir diferentes comissões para avaliar distintos tipos de problemas documentados em relatórios técnicos os quais terão uma importância simbólica e estratégica para a empresa. Neste

⁷ Brockmann e Girmscheid salientam quatro elementos básicos da complexidade de um mega-projeto: (1) complexidade social, (2) complexidade cultural, (3) complexidade operacional, e (4) complexidade cognitiva. Segundo os autores: a complexidade social depende do número e da diversidade de atores que se comunicam e trabalham uns com os outros. A complexidade cultural compreende a história, a experiência e a sensação processos dos diferentes grupos que unem seus esforços em um mega-projeto e que ocorreram antes do início. A complexidade operativa denota a grau em que as organizações do projeto são independentes ao definir suas operações para atingir determinados objetivos. A complexidade cognitiva pode ser tratada no nível de uma pessoa ou no nível de um grupo. (2007, p. 221)

sentido, temos dois elementos fundamentais na constituição da comissão: por um lado, a designação de um conjunto de pessoas habilitadas socialmente para cumprir a função que lhes é designada, e por outro lado, o reconhecimento de um problema público que merece ser tratado publicamente, quer dizer, oficialmente. Desta forma:

Admite-se, portanto, que o problema existe e diz-se: essa comissão trata publicamente desse problema público e atribui-se como missão trazer uma solução publicável. Haverá um relatório oficial que será entregue oficialmente, com uma autoridade quase oficial. Um relatório não é um discurso ordinário, mas um discurso performativo, relatado àquele que o pediu e que, ao pedi-lo, deu-lhe de antemão uma autoridade. O relator do relatório é alguém que escreve um discurso de autoridade porque é autorizado, um discurso de autoridade para quem o autorizou ao lhe pedir e ao lhe dar de antemão um mandato (BOURDIEU, 2014, pp. 72-74).

O essencial aqui é o relatório que passa a ser um recurso simbólico da empresa com o qual justifica suas ações. Ao mesmo tempo, consegue neutralizar muitas das demandas do movimento, amparando-se na “legitimidade” e a “autoridade” do relatório feito por “especialistas”. Não obstante, a Eletronorte não só encaminha a criação de comissões para resolver vários dos problemas da obra. Em outras ocasiões ela utiliza a autoridade de outras organizações estatais as quais indiretamente serão porta-vozes dos seus interesses cumprindo a função performativa da comissão. Só para mencionar um exemplo citamos ao Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão pelo qual a ditadura militarizou a questão fundiária no sudeste do Pará, e que a partir do seu acionar, a Eletronorte em várias ocasiões conseguiu se desvencilhar de algumas reivindicações do movimento. É o caso da exigência dos lotes de 21 alqueires por parte dos colonos. Devido à pressão do movimento, a empresa cede neste quesito, comprometendo-se a outorgar os lotes. Mas ali aparece o GETAT para informar que de acordo com a “política do organismo para a região” essa petição não poderia ser cumprida. Desta forma, a Eletronorte consegue se livrar de uma reclamação histórica do movimento sem ter um custo simbólico, já que, ela não é a responsável.

A produção deste tipo de materiais de caráter *performativo* terá outra orientação quando a Eletronorte elabore a memória *pós-deslocamento* que caracterizamos como memória de *longo prazo*. Neste sentido, é importante salientar, numa perspectiva bourdiana, que a memória de longo prazo tem a ver com uma função que o Estado se atribui para si, a de ser o detentor e o

produtor da “memória oficial”. Para o Estado não somente é importante a realização de uma obra, também é importante o que se diz sobre essa obra e, portanto, o relato que se constrói em torno dela. Através da produção de uma memória oficial que justifica e pondera positivamente as ações do Estado, a Eletronorte se posiciona simbolicamente no centro do espaço social transformando seu ponto de vista no ponto de vista certo, o ponto de vista de todos os pontos de vista, o geometral de todas as perspectivas, para o qual transformará os outros relatos em *versões*, ou categoricamente buscará invisibilizá-los. É uma atribuição que está na gênese do Estado onde os agentes que ocupam tal posição se apropriam do recurso simbólico do *universal* o que permite falar em nome de todos. Segundo Bourdieu:

Entrar nesse jogo do político [do Estado] conforme, legítimo, é ter acesso a esse recurso progressivamente acumulado — o “universal” — na palavra “universal”, nas posições universais a partir das quais se pode falar em nome de todos, do universum, da totalidade de um grupo. Pode-se falar em nome do bem público, do que é bom para o público e, ao mesmo tempo, apropriar-se disso. Isso está no princípio do “efeito Jano”: há pessoas que têm o privilégio do universal, mas não é possível ter o universal sem ser ao mesmo tempo monopolizador do universal. Há um capital do universal. O processo segundo o qual se constitui essa instância de gestão do universal é inseparável de um processo de constituição de uma categoria de agentes que têm como prioridade apropriarem-se do universal. (BOURDIEU, 2014, pp. 194-195)

Assim, analisaremos diferentes materiais comemorativos da Eletronorte e do setor elétrico que exaltarão as vantagens para todos os paraenses e brasileiros de uma obra como a de Tucuruí, elaborando uma narrativa da construção da barragem em chave de “aventura amazônica”, e do “triunfo do homem sobre a natureza”. Nesta narrativa oficial a voz das comunidades é silenciada ou deslegitimada numa tentativa de relativizar suas reclamações atribuindo-as a “interesses políticos”. Neste sentido, a Eletronorte busca apresentar o desenvolvimento geral das obras de construção e posta em funcionamento da barragem de Tucuruí como um processo onde não houve confrontos, nem conflitos, senão “dificuldades” e “desafios”.

A construção de uma memória nacional é uma tarefa estratégica do Estado. É por isso que não só serão elaboradas as narrativas dos processos materializadas em documentos, senão que o Estado também construirá “lugares de memória”. Por esta razão é que

O Estado instaura arquivos, museus, celebrações, homenagens e dispositivos que desempenharão um papel importante nas estratégias de legitimação dos Estados nacionais: a memória torna-se voluntária e deliberada, vivida como dever e não mais espontânea. A memória entrou no repertório dos deveres da sociedade. (NORA, 1993, p. 15).

Deste modo, “por trás dos lugares de memória, não encontramos mais a memória coletiva, mas ‘outros lugares’ ocupados pelo Estado em função dos usos políticos feitos da memória” (LE GOFF, 1990, p. 473). É o caso, por exemplo, do Museu da Eletricidade da Eletrobrás localizado na cidade de Rio de Janeiro, onde podem ser consultados diferentes materiais relativos às grandes obras da empresa em todo o território nacional.

Além desta característica de exaltação e comemoração da memória de longo prazo, existem associadas a ela outras funcionalidades. Mesmo que os materiais de difusão do relato oficial da barragem de Tucuruí procurem ocultar os conflitos com as comunidades, isso não quer dizer que a Eletronorte não seja ciente de que estes existem e existiram. É por isso que outra característica da memória de longo prazo é a de ser reflexiva apresentando-se sob a forma de aprendizagem. Desta forma, a experiência da empresa nos confrontos com as comunidades produzirá materiais internos a partir dos quais a Eletronorte busca melhorar suas interações com as populações visando antecipar conflitos, instaurando diferentes protocolos de intervenção e capacitando os funcionários que devem interagir com as comunidades.

Um último aspecto importante da memória de longo prazo do caso analisado é o fato deste projeto estar historicamente situado no período da transição de dois regimes políticos, de um regime autoritário para um regime dito de “abertura democrática”. A Eletronorte faz um uso estratégico desta transição tal como aparece nos documentos de memória por ela produzidos. Assim, neste trabalho abordaremos como a Eletronorte aproveita simbolicamente a deslegitimação do regime militar brasileiro no sentido de utiliza-lo como um “bode expiatório”. Com efeito, nos documentos de exaltação e comemoração da obra a empresa tenta justificar todos os “erros” e as “injustiças” cometidas argumentando que “eram os tempos da ditadura”, ou seja, produto do contexto político e não da sua intervenção. É uma utilização política da periodização temporal que permite *expiar* os erros localizando-os como parte de um passado que foi superado e que para frente “as coisas serão feitas de outra forma”. A empresa é a mesma, mas essa interpretação dos fatos

através da sua periodização produz uma narrativa que permite dividir os tempos da empresa, colocando estrategicamente no passado os “erros cometidos” e no presente-futuro a promessa de um “novo porvir”. Esta periodização não é acionada pelo movimento, pois na experiência deles a transição só mudou o regime, mas não modificou a estrutura de relações sociais da região pelo que, na visão deles, a Eletronorte “só mudou o linguajar”, mas as práticas continuaram as mesmas.

Em relação à memória pós-deslocamento do movimento, vemos que esta se manifesta principalmente no sentido de aproveitar a experiência adquirida durante o conflito pelo deslocamento compulsório durante a construção da barragem para contribuir na expansão do movimento, primeiro no nível regional, onde vai se juntar com o movimento de jusante, para conformar uma organização regional denominada “Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí” (CAHTU). A partir do acionar desta entidade, vai se aproximar de outros movimentos regionais de atingidos por barragens como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) na região Sul, e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI). Com a aproximação a estas organizações, o Movimento de Atingidos de Tucuruí participará da criação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) cujo alcance é nacional.

Finalmente, consideramos importante salientar que o movimento, por suas características de agente da sociedade civil que se organiza principalmente para gerar transformações sociais e materiais através da interpelação do Estado, não teve a possibilidade de construir uma narrativa tão completa quanto à da Eletronorte em relação à construção de um material “comemorativo” que conte a história do conflito desde o olhar do movimento. A memória das comunidades só aparece explicitamente em dois textos elaborados por Joaquim Souza Veiga, ex-integrante do movimento de Repartimento, livros de sua autoria sobre a história de Novo Repartimento (2014) e de Tucuruí (2017). Nestes materiais encontramos parcialmente relatados alguns fatos do processo da construção e deslocamento compulsório da barragem de Tucuruí contados em primeira pessoa por um membro do movimento. Apesar da importância destas testemunhas, a memória do movimento aparece incompleta aqui por não ser o objetivo do livro que visa

fazer um relato memorial da história desses povos onde o processo de Tucuruí é um fato mais dentre outros. Já no campo acadêmico existem inúmeros trabalhos que falam sobre o conflito de Tucuruí, e em muitos deles a memória dos atingidos é de certa forma resgatada. Muitos destes textos foram referências inestimáveis para a realização desta dissertação dentre os que destacamos: os trabalhos de Sônia Barbosa Magalhães (1996; 2007), Henri Acselrad (1991), Jean Hébette (2004), Maria das Graças da Silva (1997), Luc Mougeot (1988), Susan Beaty (2008), Jorge das Mercês (2017), dentre outros. Além de fazer uma análise desde uma perspectiva sociológica e antropológica, muitos destes trabalhos abordam diferentes aspectos da memória do deslocamento compulsório, sobretudo da memória coletiva no sentido que Halbwachs a define. Porém, ainda não foi trabalhado o caso de Tucuruí desde uma perspectiva de memória política como a definimos neste trabalho, não existindo até agora uma pesquisa que resgate a memória do movimento plasmada nos documentos produzidos por eles na época. Por esta razão é que um objetivo transversal desta pesquisa é contribuir na elaboração de uma *memória crítica* do processo de construção da UHE-Tucuruí que interpele a memória de longo prazo da Eletronorte incorporando o relato dos atingidos.

O principal material empírico desta dissertação são os documentos produzidos pelos diferentes agentes envolvidos no caso. Desta forma, um primeiro passo metodológico foi a construção e organização do acervo do caso de Tucuruí. Dividimos o mesmo em duas categorias básicas: por um lado, os documentos dos movimentos sociais e entidades de apoio, e por outro lado, os documentos da Eletronorte e do setor elétrico. Grande parte do material dos movimentos sociais foi entregue por parte de José Milesi, Prefeito de Itupiranga na época e colaborador do movimento, ao professor Henri Acselrad. Outra fonte que proveu muito material do movimento foi a Comissão Pastoral da Terra de Belém (CPT-Belém). Finalmente contamos com o acervo pessoal da Professora Sônia Barbosa Magalhães que aportou material tanto do movimento quanto da empresa, e da ex-assessora do Movimento Aida Maria da Silva. Além do acervo de Magalhães e Silva, o material da empresa foi coletado tanto do site oficial da Eletrobrás-Eletronorte, quanto do Museu da Eletricidade. Nossa primeira tarefa foi organizar todo este material seguindo primeiramente um padrão cronológico. Coletados e organizados os documentos, começamos

a analisar todo o material com o programa de análise de dados qualitativos Atlas.ti⁸ partindo de uma categorização cronológica a partir da qual foram surgindo outras classificações, tanto dos documentos como do seu conteúdo. Desta forma, pudemos ir classificando o material de acordo a vários critérios como: data, tipo de material (carta, ata, assembleia, boletim, panfleto, etc.), organização que o publica, cidade ou povoado de onde é o material, processo ao que corresponde o material (acampamento, negociação, conformação do movimento, etc.). Este tipo de classificação múltipla do material nos permitiu ter uma abordagem ampla do conflito, percebendo diversos processos ao interior do desenvolvimento dos fatos. Com estes dados construímos também outra ferramenta que serviu de guia na hora de analisar o conflito: uma linha do tempo⁹ com duas entradas: a) do movimento; b) da empresa. Nesta linha colocamos os eventos que consideramos mais importantes para contrastar a perspectiva de ambos os agentes. Com estas ferramentas tivemos um acesso aos dados desde duas perspectivas, uma mais detalhista e incisiva, a partir da classificação do Atlas.ti, e outra mais aberta e sintética, a linha do tempo.

Complementarmente a análise dos documentos, foram realizadas entrevistas a alguns ex-assessores do movimento como Aida Maria da Silva e Raul Couto. Estas entrevistas nos permitiram cobrir algumas lacunas contidas nos documentos, além de contextualizar o processo.

Feitas estas considerações teóricas e metodológicas nos propomos com a seguinte pesquisa fazer uma análise da memória política do processo de deslocamento compulsório pela construção da barragem de Tucuruí considerando dois períodos: a memória de curto prazo que discorre sobre as estratégias utilizadas tanto pela empresa quanto pelo movimento durante o desenvolvimento do conflito; e a memória de longo prazo que trata da

⁸ ATLAS.ti is a computer program used mostly, but not exclusively, in qualitative research or qualitative data analysis. The purpose of ATLAS.ti is to help researchers uncover and systematically analyze complex phenomena hidden in unstructured data (text, multimedia, geospatial). The program provides tools that let the user locate, code, and annotate findings in primary data material, to weigh and evaluate their importance, and to visualize the often complex relations between them. ATLAS.ti is used by researchers and practitioners in a wide variety of fields including anthropology, arts, architecture, communication, criminology, economics, educational sciences, engineering, ethnological studies, management studies, market research, quality management, psychology and sociology. Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Atlas.ti>

⁹ <https://www.tiki-toki.com/timeline/entry/878253/Memria-UHE-Tucuru/>

construção das narrativas que falam sobre o processo, desenvolvidas com posterioridade.

Assim, o capítulo 1 terá por objetivo fazer uma contextualização histórica da construção da barragem de Tucuruí. Consideramos importante salientar alguns eventos tanto do plano nacional quanto do internacional que ajudam a compreender as motivações políticas que contribuem na decisão de desenvolver este grande projeto. Também neste capítulo, faremos uma reflexão teórica sobre os grandes projetos em geral e as problemáticas socioterritoriais que estes desencadeiam.

No capítulo 2 analisaremos o material relativo ao Movimento Social detalhando quais foram as origens dele e as entidades de apoio que contribuíram na sua formação. Logo, serão detalhados os principais eventos protagonizados pelos atingidos, como os acampamentos e as reuniões com a Eletronorte. Finalmente, em relação à memória de longo prazo do movimento, examinaremos os documentos que dão conta dos diferentes encontros nos quais o movimento participou, com o objetivo de levar a memória de sua luta para assim acompanhar outros processos e, ao mesmo tempo, conformar uma organização maior.

Já no capítulo 3 serão analisadas as ações da Eletronorte de acordo com a classificação que fizemos: durante o conflito e depois do conflito. As ações durante o conflito serão relativas às avaliações socioeconômicas contidas na memória técnica da empresa, assim como os intercâmbios epistolares com o movimento e entidades de apoio. Também veremos a posição da empresa nas diferentes negociações. Uma seção deste capítulo estará destinada à avaliação da memória de longo prazo da Eletronorte expressada em materiais comemorativos e do setor elétrico, assim como nos manuais de interação com as comunidades.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL EM QUE SURGE A UHE DE TUCURUÍ

Existem vários fatores que ajudam a compreender as razões que levaram à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Neste capítulo nos propomos fazer uma reflexão a respeito dos diferentes tipos de motivação que contribuíram para que o projeto de Tucuruí tivesse sido realizado. Veremos que o projeto de Tucuruí se insere em um contexto mais amplo, pelo que teremos que incorporar diferentes escalas de análise que incluem tanto o plano internacional quanto o nacional.

Um primeiro elemento que nos permite ser o ponto de partida é a ideia de fronteira de recursos. Segundo Becker

as fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. [...] Passam a existir com a descoberta de recursos naturais importantes e o comprometimento do Governo e de firmas privadas no sentido de explorar as oportunidades comerciais que elas apresentam. A presença de recursos naturais em grande escala e economicamente atraentes é condição básica e força motivadora central para a iniciativa privada. A preocupação governamental é mais complexa do que a simples maximização de lucros, visando a ocupação permanente da região, a criação de bases para o desenvolvimento de áreas atrasadas e a aproximação da fronteira da órbita da economia. [...] A sua ocupação é, portanto, um empreendimento de alto custo. Somente recursos de alto valor ou motivações políticas justificam o empreendimento. (BECKER, 1981, p. 65)¹⁰.

Devido ao valor estratégico que têm os recursos naturais, as áreas de fronteira são capazes de atrair capital, tecnologia e população - tanto de centros nacionais como de centros mundiais –tornando-se verdadeiro campo

¹⁰ Em relação ao conceito de fronteira, para Otávio Velho, o importante não é o estudo da fronteira por ela mesma, mas sim, como ocorreu o desenvolvimento capitalista a partir da fronteira (VELHO, 1976, p. 14). O autor utiliza o método comparativo para realizar essa análise, com base no modelo estadunidense de expansão da fronteira e nas preposições de Frederick Jackson Turner, para explicar como ocorreu o desenvolvimento brasileiro. Dessa forma, inicia a discussão analisando a frontier thesis de Turner, buscando nela os elementos que o auxiliam a constituir o corpo daquilo que ele denomina capitalismo autoritário. Segundo Velho, essa “modalidade” de desenvolvimento capitalista autoritário, ocorre em países que não passaram pelo processo de uma revolução burguesa (Estados Unidos e Brasil). Caracteriza-se, pela possibilidade de se desenvolver devido à abundância de terras livres, onde as relações de produção se baseiam na repressão da força de trabalho, somadas à pressão externa exercida pelo capitalismo burguês (SANTOS, 2013). Por outro lado, para José de Sousa Martins o “que o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social” (MARTINS, 2009, p. 133), considerando que a “fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 2009, p. 133): A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano (MARTINS, 2009, p. 141).

de atração de diferentes agentes com interesses diversos—. Desta forma, podemos considerar que a Amazônia é uma fronteira de recursos que tem sua história recente vinculada à sua inserção na divisão internacional das relações de capital e trabalho. Com esta ideia se faz referência a que não podemos compreender o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia sem ter em consideração os processos mundiais que o influenciaram. Neste sentido, Bertha Becker (1981) afirma que as forças que atuam na escala internacional determinam, em grande parte, o tipo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformações políticas e econômicas, e as distintas formas de apropriação do espaço. Entendida como a vanguarda da expansão territorial do modo capitalista de produção, a fronteira de recursos sempre tende a adotar mais rapidamente as inovações geradas no exterior recebendo uma massa considerável de investimentos. Deste modo, podemos destacar que as mudanças no plano interno do Brasil, com o golpe de 1964 e a subsequente instalação de um governo autoritário, somadas às consequências imediatas da crise internacional do petróleo no começo dos anos 70, tiveram efeito nas políticas ocupação do espaço na Amazônia via projetos de infraestrutura ou de extração de recursos naturais. O período da ditadura militar (1964-1985) simbolizou a abertura da Amazônia para o capital internacional, com o qual a região transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida (MARTINS, 1996). Desta forma,

o estado autoritário, a partir da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional, formulou uma doutrina de intervenção interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia. Era imperioso “ocupar” a Amazônia, na visão dos principais segmentos dos governos militares. Isto se buscou fazer por meio de políticas de desenvolvimento que pressupunham a firme articulação de interesses privados e o estabelecimento de uma ampla política de incentivos fiscais e creditícios, na qual se enquadravam as grandes empresas mineiro-metalúrgicas (MONTEIRO, 2005).

Aqui entra um segundo elemento importante para a análise que é a questão da “segurança nacional” que se vincula diretamente com a ideia de desenvolvimento econômico da Amazônia. Estas duas noções serão quase sinônimos na perspectiva do governo militar, retroalimentando-se mutuamente. Com efeito, além de ser um fator de alavancagem para a expansão do capital, o projeto desenvolvimentista amazônico visava também atingir objetivos estratégicos vinculados com a “Doutrina da Segurança Nacional”. Esta tinha

surgido nos Estados Unidos no pós-segunda guerra a partir da Doutrina Truman no marco do início da guerra fria. Para os norte-americanos o comunismo russo era uma repetição do nazismo, já que, segundo eles, tinha uma perspectiva conquistadora e expansionista que visava a conquista do mundo. Neste sentido, diante da crise da Guerra Civil Grega (1946-1949), que foi o primeiro caso de uma insurreição comunista após a Segunda Guerra Mundial, o Presidente Harry Truman anunciava no seu discurso de 12 de março de 1947 que

A política dos Estados Unidos deve consistir em apoiar os povos livres que resistem a todas as tentativas de dominação, seja através de minorias armadas, seja por meio de pressões externas (US DEPARTMENT OF STATE, 1947).

Deste modo, a doutrina foi especificamente promulgada com o objetivo de fornecer apoio intervencionista aos governos que se opunham ao comunismo. Truman insistiu, naquele momento, que se a Grécia e a Turquia não recebessem a ajuda que necessitavam, inevitavelmente cairiam no comunismo, sendo o resultado um “efeito dominó” de aceitação do comunismo na região. É a partir de então que a bipolarização do mundo se estenderia, e todos os países aliados aos Estados Unidos passariam a aplicar de alguma forma esta doutrina com o fim de deter o suposto avanço do comunismo soviético. No Brasil, a partir da ditadura militar, os preceitos iniciados pela Doutrina Truman de combate internacional ao comunismo por todos os meios foram enquadrados dentro da denominada “Doutrina de Segurança Nacional”, também de inspiração norte americana, com suporte nos princípios ideológicos da Escola Superior de Guerra, cujo expoente teórico era o General Golbery do Couto e Silva. Desde a sua concepção, o planejamento econômico devia ser centralizado, como condição indispensável ao desenvolvimento industrial do país, e este, por sua vez, como fator indispensável para garantir a segurança nacional (SILVA, 1981). A adoção da ideia de associar desenvolvimento e segurança baseava-se também no pensamento do então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Mc Namara (1968), quem afirmaria em 1967 que “a segurança é desenvolvimento, e sem desenvolvimento não há segurança. Um país subdesenvolvido e que não se desenvolve não atingirá jamais algum nível de segurança, pelo simples motivo de que não pode despojar seus cidadãos de sua natureza humana”.

Foi o Marechal Castello Branco quem deu início à aplicação desta doutrina no Brasil no final do seu mandato em 1967 ao afirmar que “a inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico, e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança” (COMBLIN, 1978, p. 66). Assim, o desenvolvimento foi introduzido na Doutrina de Segurança Nacional que passaria a ser lei a partir do Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Aquele Decreto, nos seus artigos dois e três estabelecia que:

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. (BRASIL, 1967).

É importante destacar o conteúdo de alguns destes “Objetivos Nacionais” incorporados na Doutrina de Segurança Nacional, pois teriam uma influência direta nas políticas que seriam aplicadas pelo governo militar na Amazônia em geral, e em Tucuruí em particular. Na obra clássica de Joseph Comblin “A ideologia de Segurança Nacional” (1978) são citados os diferentes elementos que compõem os objetivos nacionais. Mencionamos a continuação os que consideramos mais importantes para entender o processo de ocupação da Amazônia:

- Integridade Territorial: preservar o território nacional em toda sua extensão, mantendo suas fronteiras atuais;
- Integridade Nacional: consolidar toda a comunidade nacional [...] graças a um espírito de solidariedade entre todos seus membros [...] no esforço de preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã.

Com efeito, a região amazônica era considerada um espaço vazio, o que fazia perigar a integridade territorial e nacional, ao tempo que não se aproveitavam economicamente todas as potencialidades que tinha, graças a uma ampla disponibilidade de recursos naturais, mas que para serem explorados era preciso fazer grandes investimentos em infraestrutura. Desse modo, defendendo a necessidade do progresso econômico do país, o governo militar começou a impulsionar uma política que visava a ocupação territorial da

Amazônia a partir de Grandes Projetos de infraestrutura, de mineração, agropecuários e madeireiros, além de patrocinar intervenções político-militares.

1.1 A criação de espaço para o capital na Amazônia via Megaprojetos

É sabido, desde a tradição marxista, que o capitalismo como sistema político e econômico possui contradições internas que o levam em diferentes períodos a crises sistêmicas das quais só pode sair mediante a destruição criativa de capital ou por meio de ajustes espaço-temporais que permitem levar os problemas de sobreacumulação de uma região para outra¹¹. Segundo David Harvey (2004) desde os anos 70, o capitalismo global veem experimentado um problema crônico e duradouro de sobreacumulação que é solucionado principalmente através de ajustes espaço-temporais. A sobreacumulação é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. De acordo com o autor:

A ideia básica do ajuste espaço-temporal é bastante simples. A sobreacumulação em um determinado sistema territorial supõe um excedente de trabalho (crescente desemprego) e excedente de capital (expresso como uma superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável). Estes excedentes podem ser absorvidos por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2004).

No caso da Amazônia, a região seria utilizada para conter conflitos rurais no nordeste e no sul, absorvendo população excedente e sem-terra daquelas

¹¹ A intensidade destas crises tem aumentado cada vez mais com o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão das relações sociais de produção capitalista pelo globo. O incessante e impetuoso desenvolvimento técnico impulsionado pela concorrência entre capitalistas obriga-os a incrementarem os ritmos de produção a através de inovações em maquinarias e tecnologia, ou descobrindo novas fontes de matérias primas (capital constante) com o objetivo de baratear suas mercadorias, ao tempo que diminui a quantidade de “trabalho vivo” (capital variável) na produção. Desta forma, ao aumentar tendencialmente a composição orgânica do capital (COC) a taxa de lucro tende a diminuir. O desemprego resulta deste maior investimento em capital constante em prejuízo do capital variável, tornando-se assim também mais difícil aos capitalistas obter a mais-valia abrindo a possibilidade de futuras crises.

regiões, ao tempo que seria o cenário para resolver algumas das consequências da crise do petróleo do começo dos anos 70. A crise do petróleo teve como uma das suas consequências a realocação industrial de algumas fábricas dos países centrais para países que dispusessem de fontes de energia abundantes. Muitas das fábricas transferidas foram aquelas que consumiam muita energia elétrica, sobretudo fábricas siderúrgicas e metalúrgicas. Um país que sofreu particularmente esta situação foi o Japão. O Japão é um país que depende quase totalmente das importações de produtos minerais e energéticos para sustentar sua indústria. Antes da crise, o Japão produzia uma grande parcela de alumínio primário internamente, porém, depois do choque do petróleo, foi forçado a transferir suas plantas de alumínio para outras partes do mundo. Na busca de alternativas para deslocar sua produção, o Brasil se transformou em uma boa opção, pois dispunha de potencial energético capaz de dar suporte no longo prazo a um projeto de produção integral de alumínio, sobretudo na Amazônia. Sob esse contexto é que nasceram projetos como o da usina hidrelétrica de Tucuruí e o complexo Albrás-Alunorte em meados dos anos 70. Segundo Lúcio Flávio Pinto, a usina de Tucuruí se enquadrou dentro das necessidades energéticas que a produção de alumínio requeria. A usina hidrelétrica:

iria abastecer de energia às indústrias de alumínio de capital japonês (em associação com a então estatal Companhia Vale do Rio Doce), a Alumínio Brasileiro AS (Albrás) e a Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), em Barcarena, no Pará, além do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pela BHP Billiton e pela Alcoa, em São Luís. (PINTO, 2012)

Estas reflexões nos levam a pensar na Amazônia como uma fronteira de recursos capaz de absorver diferentes tensões políticas e econômicas, tanto internas como externas, criando novos espaços que permitam desencadear um processo de acumulação capitalista. Isto quer dizer, necessariamente, que até esse momento, na Amazônia, o modo de produção capitalista ainda não tinha se estabelecido como a forma dominante de organização social. É importante destacar o modo em que esse processo vai ser desencadeado, pois é a partir da compreensão dele, que poderemos analisar melhor muitos dos problemas sociais originados pela construção da barragem de Tucuruí.

De acordo com Marx, para que se desenvolva o modo de produção capitalista, é necessário que aconteça um processo prévio, “um processo de

acumulação que não é resultado do modo produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1996 p. 239). Tal processo de acumulação é a assim chamada “acumulação primitiva”. Segundo Marx:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1996, p. 340)

Em opinião de Harvey a acumulação primitiva não é um processo que tenha acontecido uma única vez no capitalismo como parte de algo “originário”, senão que é um processo que se repete como uma forma de reprodução do capitalismo diante das crises de sobreacumulação. É por isso que ele propõe o conceito de “acumulação por espoliação”. Segundo o autor:

A desvantagem destes supostos é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que deixa de ser considerada relevante, ou, como no caso de Luxemburgo, é vista como algo “exterior” ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”. (HARVEY, 2004).

Com efeito, podemos caracterizar a ocupação da Amazônia, sobretudo a partir das políticas desenvolvimentistas do governo militar, como parte de um processo de acumulação por espoliação através de grandes empreendimentos que resultaram em uma mercantilização e privatização da terra e dos recursos naturais; na destruição de modos de vida tradicionais não capitalistas; e na expulsão violenta de populações camponesas e indígenas. Estas consequências são agravadas ainda mais pela escalada de destruição dos recursos ambientais e a degradação dos territórios onde os megaprojetos são instalados, impedindo de fato a possibilidade de conciliar atividades produtivas alternativas a eles.

Aqui aparece um último elemento que completa esta parte do quadro de análise. Tendo caracterizado o processo de ocupação da fronteira de recursos através da acumulação por espoliação, temos que analisar agora o tipo de empreendimentos através dos quais esse processo é concretizado. Estamos falando dos, “Megaprojetos” (GELLERT; LYNCH, 2003), “Projetos de Grande Escala” (RIBEIRO, 1987), ou “Grandes Projetos de Investimento” (VAINER;

ARAÚJO, 1992). Primeiramente, salientamos que os megaprojetos são a forma mais comum de ocupação da fronteira de recursos. Uma primeira razão disto, é que por se tratar de lugares que ainda não dispõem de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades produtivas a grande escala, precisam de grandes investimentos em projetos de capital fixo como represas, rodovias, ferrovias, infraestrutura urbana, etc. Mas, qual é a especificidade dos megaprojetos? E, por que estão diretamente relacionados com os processos de acumulação por espoliação nas regiões de fronteira? Primeiramente, devemos definir o que estamos entendendo por megaprojetos. Paul Gellert e Barbara Lynch (2003) os definem como:

projetos que transformam paisagens rapidamente, intencionalmente e profundamente de maneira muito visível, e que requerem aplicações coordenadas de poder de capital e do Estado. [...] Usam equipamentos pesados e tecnologias sofisticadas [...] e exigem fluxos coordenados de capital financeiro internacional” (p. 16).

Já Gustavo Lins Ribeiro fala de Projetos de Grande Escala (PGE). Segundo ele, há três dimensões estruturais que são centrais para a caracterização dos PGE:

1) Gigantismo – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações; **2) Isolamento** – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo; **3) Caráter temporário do empreendimento** – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção.” (RIBEIRO, 1987, p. 50).

O autor fala que a importância da escala dos projetos faz com que estes recebam denominações como “grandes obras”, “macrodesenvolvimento” e “macroengenharia”. Estas primeiras definições permitem-nos compreender que os grandes projetos implicam uma coordenação muito sofisticada de vários agentes, tanto nacionais como externos. Neste sentido, Ribeiro salienta que “por causa do tamanho dos investimentos, as principais decisões são tomadas por administradores (decision-makers) que baseiam seu raciocínio na lógica das interações dos sistemas econômicos internacionais e nacionais” (p. 52). Para Gellert e Lynch (2003), os megaprojetos podem ser divididos analiticamente em quatro tipos: (a) de infraestrutura; (b) de extração; (c) de produção; e (d) de consumo. Porém, o que acontece geralmente, é que estes tipos de projetos sejam realizados em combinação. No caso da barragem de

Tucuruí, percebe-se que a construção dela envolveu também a construção de estradas, como a Transamazônica, e linhas de energia para abastecer as cidades que iam se beneficiar com a hidrelétrica. A Eletronorte também esteve a cargo de construir as habitações para os trabalhadores e funcionários na denominada Vila Residencial, além das novas cidades para as pessoas deslocadas. Por outra parte, a UHE-Tucuruí esteve atrelada, como vimos, a outro megaprojeto de extração de bauxita em Trombetas e Paragominas para produzir alumínio e alumina em Barcarena, o complexo Albrás-Alunorte. Desta forma, geralmente se fala em uma rede de megaprojetos, estando estreitamente vinculados entre si. É esta característica dos megaprojetos a que lhes permite criar grandes espaços para iniciar um processo de acumulação por espoliação atraindo com eles múltiplos investimentos e populações que transformam rapidamente a paisagem dos lugares onde são realizados, permitindo assim resolver as crises de sobreacumulação de outros territórios com a consequência da reprodução e ampliação do modo de produção capitalista. Neste sentido, Ribeiro salienta que nas áreas de fronteira,

Não somente o trabalho, mas também a propriedade são baratos. Isso é crucial porque os PGE frequentemente requerem o uso de grandes áreas territoriais e recursos naturais. O custo relativamente mais baixo desses fatores de produção, associado a uma legislação de proteção ao meio ambiente mais débil, fazem com que esses investimentos sejam significativos para a recomposição da ordem industrial mundial, especialmente para os setores de alumínio e de aço. O acesso a fontes mais baratas de energia pode ser garantido por um tipo específico de PGE: as gigantescas usinas hidrelétricas. (RIBEIRO, 1987, p. 53).

A referência ao alumínio e ao aço é importante, pois são duas matérias primas indispensáveis para desenvolver praticamente qualquer tipo de produção industrial. Por esta razão é que existem muitos megaprojetos que têm por objetivo estabelecer novas regiões que abasteçam as cadeias produtivas mundiais com estes materiais com objetivo de baratear o custo das mercadorias tornando-se assim mais competitivos. Além da disponibilidade de jazidas para a extração mineral, é preciso dispor de fontes de energia barata para garantir a rentabilidade dos projetos, o que é feito através das usinas hidrelétricas. A UHE de Tucuruí é paradigmática neste sentido, pois o objetivo dela era abastecer abundante energia barata aos projetos mineradores de alumínio em Barcarena e de ferro, que é o minério a partir do qual se fabrica o aço, no Grande Carajás.

Vainer e Araújo (1992) falam em Grandes Projetos de Investimento (GPIs). Para eles, estes caracterizam-se como “projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território”. Como Ribeiro, eles ressaltam também o aspecto de serem empreendimentos geralmente ligados a indústrias básicas, afirmando que em geral trata-se de:

Grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre e alumínio, outras para a extração de petróleo, gás e carvão; grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores... complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc. (LAURELLI, 1987, p. 133 apud VAINER; ARAÚJO, 1992).

Para os autores, os GPIs buscam atender simultaneamente a duas exigências:

a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial (cf. Scherer-Warren, 1988). São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33-34).

Este tipo de empreendimentos acabam tendo uma lógica de enclave, gerando assim uma desestruturação social e econômica dos territórios onde se assentam. Nesse sentido, eles não são produto de um processo de desenvolvimento regional, senão que, muitas das vezes, são violentamente implantados. Ao respeito, Vainer e Araújo (1992, p. 33) frisam que:

Ao invés da difusão da modernização prometida pelos discursos [...] acerca dos pólos de desenvolvimentos, o resultado tem sido as chamadas catedrais no deserto, enclaves que canalizam para o exterior (da região ou país) os impulsos dinâmicos. [...] As regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental. [...] Esses enclaves são implantados na região, não nascem de seu processo de desenvolvimentos, não expressam as forças - sociais, políticas, econômicas – endógenas [...] e tendem a romper as tramas e cadeias que conformam antigas regionalizações, substituindo-as por outras, constituídas a partir deles. São, desse modo, instrumento ativos do (re)ordenamento territorial, mesmo que o espaço transformado não seja objeto explícito de planejamento.

Finalmente, em relação às grandes hidrelétricas, eles salientam que:

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo o que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica custos. Nestes termos, não espanta que sejam vistos como obstáculos tanto a população que ocupa as áreas a serem inundadas, como os usos da água feitos por essa população – e, de maneira geral, todas as atividades econômicas e sociais que preexistam ao projeto (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 41).

Outra característica importante dos megaprojetos são os deslocamentos de todo tipo que eles produzem. De fato podemos afirmar que o deslocamento é intrínseco ao desenvolvimento dos megaprojetos não podendo ser entendidos sem eles. Gellert e Lynch (2003, p. 16) argumentam que uma definição de deslocamento simultaneamente abrange dimensões naturais ou materiais, bem como sociais. Segundo eles:

Todos os megaprojetos deslocam a sujeira e o substrato, alterando assim os aspectos biológicos, geológicos e atributos físicos das paisagens significativamente. [...] Então, quando pensamos sobre o deslocamento por causa de megaprojetos, precisamos olhar para além do destino dos seres humanos deslocados por estradas, minas e águas de reservatórios em expansão para incluir: **(1)** deslocamento de volumes significativos de rocha e solo, **(2)** deslocamento de padrões hidrológicos, **(3)** o deslocamento de habitats naturais e a criação de novos **(4)** deslocamento de espécies e comunidades de plantas e animais que acompanham o deslocamento de nichos, e **(5)** o desaparecimento resultante de oportunidades de subsistência para comunidades dependentes de recursos. (2003, p. 17).

Desta forma, vemos que os megaprojetos acabam sendo (re)estruturadores totais da vida social, natural e econômica das regiões que atingem. A partir deles, são profundamente modificados os ecossistemas onde se assentam, causando um enorme prejuízo para a biodiversidade das áreas atingidas. Dois exemplos disto foram a denominada “Operação Curupira” e a operação de desmatamento da área do reservatório por parte da Agropecuária Capemi. A “Operação Curupira” tinha por objetivo salvar os animais que seriam atingidos pelas águas do reservatório. A tal fim foram mobilizadas 87 equipes, num total de 720 pessoas, incluindo biólogos, veterinários e pesquisadores do Instituto Butantã (SP), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa (AM), da Sucam e da Organização Mundial de Saúde (OMS). As equipes de resgate trabalhavam aos pares, em voadeiras (embarcações leves), num raio de 20 quilômetros no máximo. Eram, ao todo, 77 barcos, com o apoio de dois helicópteros, sete veículos leves e 11 pesados. A Operação Curupira, que levou sete meses, só terminaria em março de 1985, com o resgate de 282 mil

animais, entre mamíferos, répteis, aves, aracnídeos e anfíbios. Cerca de 2.600 espécimes seriam enviados para instituições científicas nacionais (ELETRONORTE, 2004). Já o caso da Capemi, que foi contratada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em agosto de 1980, para extrair e comercializar toda a madeira da área que seria inundada foi acusada de utilizar produtos químicos altamente tóxicos para a retirada da madeira com valor comercial da área do reservatório. Finalmente a Agropecuária Capemi falhou, tendo desmatado apenas 10% da área contratada causando o fenômeno da eutrofização, que é a liberação do dióxido de carbono e do metano devido à decomposição do material orgânico inundado (ELETRONORTE, 1998).

Por outro lado, as mudanças no plano biológico acabam tendo também efeitos sociais e econômicos de comunidades tradicionais que assistem a destruição do seu modo de vida. Assim, podemos compreender os deslocamentos e seus efeitos como fenômenos “socionaturais”. Neste sentido, Swyngedouw (1999: 445), argumenta que diferentes condições e processos naturais ou ecológicos não operam separadamente dos processos sociais. Para ele, as condições socionaturais realmente existentes são sempre resultado de transformações intrincadas de configurações pré-existentes que são inerentemente naturais e sociais¹².

Para entender melhor o desdobramento do processo de deslocamento no espaço e no tempo, Gellert e Lynch (2003, p. 17) diferenciam dois tipos de deslocamentos: o deslocamento primário (direto) e secundário (indireto). De acordo com eles, o deslocamento primário é inerente ao processo do projeto. O deslocamento secundário é uma consequência indireta do desenvolvimento do projeto sendo temporariamente e / ou espacialmente menos imediato. Os deslocamentos primários são mais previsíveis; sua magnitude pode ser estimada. Já o deslocamento secundário está sujeito a uma maior incerteza. Sobre a previsão do deslocamento primário, acreditamos que a afirmação da previsibilidade deles deve ser relativizada. Apesar de poder calcular melhor as possíveis consequências diretas deste tipo de deslocamento, a experiência de Tucuruí nos mostra que isto nem sempre é assim, já que, se olharmos de perto

¹² No capítulo dois serão analisados em detalhe os efeitos das transformações do meio natural nas comunidades atingidas, aqui nos limitaremos somente a introduzir sinteticamente alguns aspectos do processo de deslocamento compulsório.

o processo de deslocamento compulsório das populações do reservatório, constata-se que muitos dos prejuízos ocasionados pela empresa não foram corretamente mensurados. De acordo com Henri Acselrad (1991, pp. 56, 57):

A relocação de populações da área inundada pelo reservatório constituiu o impacto mais direto produzido pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí sobre a sociedade local. Milhares de famílias rurais e urbanas tiveram suas condições de existência alteradas, tanto pelas medidas preparatórias do enchimento do reservatório, desencadeadas a partir de 1979, como pela subsequente inundação de seus espaços tradicionais de trabalho e seu deslocamento compulsório para novas áreas. [...] Tais deslocamentos configuraram também processos de migração sociocultural compulsória, dada a transferência de populações ribeirinhas para áreas secas de beira de estrada, de grupos camponeses que compartilhavam dos mesmos recursos naturais em moldes comunitários para lotes rigidamente delimitados pelas fronteiras da propriedade privada, etc.

Em relação aos deslocamentos secundários, estes podem ser vistos como um efeito de ondulação: pessoas e paisagens a distâncias crescentes do sítio do projeto experimentam suas consequências mais tarde no tempo, onde a trajetória e a intensidade dos distúrbios causadores do deslocamento são menos previsíveis. É um processo socionatural contínuo que leva muitas formas. Pode ocorrer perto ou em alguns lugares remotos do sítio do projeto. No caso de Tucuruí podemos mencionar os efeitos a jusante que começaram a se sentir fortemente após o fechamento da barragem. Com o represamento da água, as populações de jusante, desde as mais próximas como Tucuruí ou Baião, até as mais distantes como Mocajuba, Cametá e Limoeiro de Ajuru, começaram a notar mudanças na cor e na qualidade da água com a consequente proliferação de doenças (diarreia e vômitos), junto com a diminuição de peixe e camarão. Esta situação forçou a saída de muitos pescadores em busca de outras atividades como a agricultura, o que fez com que tivessem que se adaptar a um novo modo de vida que desconheciam. À medida que o tempo foi passando novos efeitos “secundários” sobre a população de jusante foram aparecendo:

Em maio de 1991 foram divulgados os resultados de pesquisa realizada pela Universidade de Helsinque sobre a qualidade da água do Reservatório de Tucuruí. Segundo o relatório provisório dessa pesquisa, a cadeia alimentar dos povos ribeirinhos e indígenas da região estaria seriamente contaminada pelo efeito do metil-mercúrio lançado no meio ambiente pela ação das turbinas, havendo casos de níveis de intoxicação até 40 vezes superiores ao máximo suportável pelo corpo humano, segundo padrões da Organização Mundial de Saúde (ACSELRAD, 1991, p. 55).

Sendo o deslocamento algo intrínseco ao megaprojeto, e que ocasiona prejuízos muito perceptíveis nas populações atingidas, cabe perguntar-se: como é que os Estados e as empresas promotoras justificam a realização deles? Para Gustavo Lins Ribeiro (1987; 2014) uma característica importante da relação entre os projetos de grande escala e as populações atingidas, é que as últimas “são geralmente vistas como alvos passivos de mudanças econômicas induzidas.” Isto acontece assim porque os projetos de grande escala “são apresentados como promotores do desenvolvimento para todos os segmentos de classes sociais ou grupos étnicos que envolvem ou afetam”. Apesar destas afirmações, Ribeiro destaca que exemplos como os de Tucuruí e Sobradinho mostram que estes “projetos favorecem amplamente a grandes concentrações econômicas nacionais e internacionais em detrimento das populações locais”. De fato, este tipo de projetos:

geralmente reforçam disparidades econômicas preexistentes tanto no seio de uma determinada sociedade quanto em termos das relações entre distintas regiões econômicas [...] A dinâmica típica dos PGE acaba replicando a dependência político-econômica, sobretudo quando estão em jogo relações com países pouco ou não industrializados (RIBEIRO, 1987, pp. 5-6).

Para Gellert e Lynch (2003) os promotores dos megaprojetos buscam fazer parecer tanto eles como os deslocamentos que produzem como “inevitáveis”, através de práticas e ideologias modernizadoras associadas com o colonialismo, o desenvolvimento, e mais recentemente com a globalização. De acordo com eles:

Os megaprojetos atendem os interesses materiais de poderosos atores no processo: principalmente para a acumulação de capital, especialmente para instituições financeiras e empresas de construção civil e ambições de modernização e territorialização por parte dos estados. [...] Essas ideologias mostram uma visão otimista da tomada de decisões favorável à mudança maciça e rápida da paisagem que exclui às populações potencialmente afetadas da tomada de decisão. Juntas, essas ideologias e práticas racionalizam algumas formas de deslocamento e disfarçam outras (GELLERT; LYNCH, 2003, p. 20).

Estas reflexões nos mostram que existe uma disputa muito importante também no plano simbólico do megaprojeto, onde as autoridades públicas e os representantes das multinacionais que fazem o investimento tentam construir uma narrativa positiva e inclusiva da obra em conjunto. Procura-se apresentar a obra como algo benéfico para todo o mundo, e que, portanto, algumas pessoas devem sacrificar-se pelo “bem público”, pelo “desenvolvimento da

Nação”, etc. Desta forma, os deslocamentos induzidos pelos megaprojetos vão criando uma definição de progresso como uma “evolução para a vida urbana” apresentando os modos tradicionais de vida como “atrasados” e sempre relacionados com a marginalidade e a pobreza. Estas noções estão diretamente relacionadas com a ideia de controle racional da natureza associada a uma suposição de que a tecnologia pode mitigar, ou reverter, os piores efeitos do deslocamento - seja social ou natural. Em conjunto, esses elementos da ideologia do megaprojeto interpretam a separação real e ontológica do homem da natureza como uma evolução progressiva.

Para o megaprojeto a natureza em “estado puro” apresenta-se como algo caótico e que precisa ser organizado. Nesta perspectiva, Brockmann e Girmscheid (2007) propõem a ideia de “complexidade” dentro dos grandes projetos. A ideia básica da complexidade é bastante simples, referindo-se às dificuldades que um megaprojeto possa enfrentar na hora de ser executado. Contudo, os autores vão criticar as definições de complexidade que só salientam um aspecto dela, ou seja, a complexidade “técnica” que existe na execução das tarefas ao interior do megaprojeto. Eles destacam que existem outros quatro aspectos que são fundamentais para compreender a complexidade de um grande projeto: (1) complexidade social, (2) complexidade cultural, (3) complexidade operacional, e (4) complexidade cognitiva. Segundo os autores:

Embora a complexidade da tarefa possa ser definida como a densidade das atividades em um quadro espacial e temporal dado, a **complexidade social** depende do número e da diversidade de atores que se comunicam e trabalham uns com os outros. A **complexidade cultural** compreende a história, a experiência e a sensação processos dos diferentes grupos que unem seus esforços em um megaprojeto e que ocorreram antes do início. A **complexidade operativa** denota o grau em que as organizações do projeto são independentes ao definir suas operações para atingir determinados objetivos. A **complexidade cognitiva** pode ser tratada no nível de uma pessoa ou no nível de um grupo. (BROCKMANN e GIRMSCHEID,2007, p. 221)

A importância desta reflexão se encontra no fato da relevância que é dada para os distintos aspectos do entorno de um grande projeto. Assim, no começo de um megaprojeto existe caos e desordem. Mas se é feito um bom diagnóstico essa “complexidade” pode ser reduzida através da antecipação de conflitos potenciais. Desta forma, a partir da implantação de um grande projeto

se estabelece uma visão unívoca do território na qual todo elemento ou ação que contradiga a lógica dele passa a ser considerada como uma “complexidade” a ser reduzida. No que tange a nosso estudo, é importante prestar atenção à denominada “complexidade cultural”. Segundo Brockmann e Girmscheid (2007, p. 229):

A cultura pode ser descrita como o ‘software’ da mente. Uma primeira programação ocorre pela família (cultura nacional), uma segunda pela formação profissional (cultura da indústria) e uma terceira pela empresa-mãe (cultura organizacional). A diversidade do software cultural causa problemas. [...] Uma maneira típica de lidar com problemas de complexidade cultural é através de um processo gerenciado de construção de senso comum (sense-making).

A ideia de construção de “senso comum” não é mais do que a aceitação da destruição material e simbólica por parte das comunidades indígenas e tradicionais diante da conjuntura da ocupação do território pelo grande projeto. A tal fim, as empresas e os Estados responsáveis tentam apresentar os megaprojetos como obras vantajosas para as comunidades atingidas acionando conceitos como os de progresso e desenvolvimento. Assistimos, assim, a um disciplinamento e ordenamento autoritário do território por diferentes vias. O pano de fundo da situação que se instala a partir do grande projeto é que o território deixará de ser o suporte material e simbólico para diferentes modos de vida, tendo as populações atingidas que se adaptar à dinâmica que se impõe.

1.2 A UHE de Tucuruí no contexto das políticas de planejamento territorial do Governo Militar

Salientamos anteriormente que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí se inseria dentro de uma conjuntura política e econômica mais ampla, tanto no plano nacional como no plano internacional. Vejamos agora com mais detalhe quais foram as políticas de planejamento do governo militar para a Amazônia no período em que foi projetada e construída a barragem de Tucuruí.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a construção da hidrelétrica de Tucuruí esteve atravessada pela política de Doutrina de Segurança Nacional, anteriormente detalhada, onde segurança e desenvolvimento se entrecruzavam. Nesse sentido, afirmamos também que

para os militares a Amazônia era considerada um “espaço vazio”, o que fazia perigar a segurança nacional, e, portanto, era prioritário ocupá-la através de obras de infraestrutura que impulsionassem o desenvolvimento da região. Ao mesmo tempo, na visão do governo, era imperioso acompanhar militarmente esses projetos a fim de garantir a “segurança” dos planos estatais.

Em relação a este último ponto, e circunscrevendo-nos à região em questão, ou seja, ao sudeste do Pará, percebe-se que para o governo militar, alguns municípios foram considerados como “áreas de segurança nacional”. Nesse sentido,

O governo federal nomeava interventores de sua confiança, que garantiam a manutenção da “ordem” necessária à “segurança nacional” nesses municípios considerados estratégicos, seja pela existência neles de grandes reservas de ouro (como Serra Pelada, no Pará), seja por serem países com história e tradição de guerrilha rural, seja por apresentarem alta incidência de conflitos pela posse e uso da terra. (LOUREIRO, 1992, p. 130).

Por outro lado, em 1970 teve início na região do rio Araguaia, um movimento de guerrilheiro organizado por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). A organização objetivava fazer resistência e minar a força da ditadura militar, tendo como estratégia a guerra de guerrilhas. A atuação do grupo deu-se entre as cidades de São Geraldo do Araguaia e Marabá no Pará, e no município de Xambioá na região denominada como Bico do Papagaio no atual estado de Tocantins. Em abril de 1972 o exército entrou na área e iniciou o combate aos guerrilheiros, ameaçando e matando também camponeses. Já no final de 1974 e no começo de 1975 as tropas derrotaram completamente o movimento (LOUREIRO, 1992). Citamos brevemente este episódio da Guerrilha do Araguaia, pois consideramos que é um bom exemplo da aplicação da política da Doutrina de Segurança Nacional que, como já dito, visava uma intervenção territorial desenvolvimentista e militarista ao mesmo tempo. De fato, a resposta militar, diante de um movimento guerrilheiro despreparado e que contava no máximo com 80 combatentes, foi exagerada. Segundo Loureiro (1992), a campanha mobilizou, no seu momento final, 20 mil soldados das 3 armas, incluindo tropas de elite, fuzileiros navais e paraquedistas. Mais do que uma operação militar em si, tratou-se de uma ação exemplificadora que buscava mostrar a força do regime assegurando a “ordem social” para garantir

a entrada de investimentos necessários ao projeto de “desenvolvimento” da Amazônia (CONIGLIO e IKEDA, 2014).

Complementar à intervenção militar na região, foram os diferentes planos econômicos através dos quais o governo decidiu realizar a ocupação efetiva dela, preparando o terreno para o desembarco dos grandes projetos que iriam desenvolver a Amazônia, integrando-a, assim, definitivamente à Nação. No que tange à região onde seria instalada, quer dizer a Amazônia oriental, até a década de 60, sua economia baseava-se principalmente em atividades primárias representadas pelo extrativismo, sendo uma economia basicamente sustentada pelo beneficiamento de produtos primários como a castanha do Pará, e a extração de madeira e fibras destinadas à exportação. Anteriores ao governo militar foram feitas algumas obras de infraestrutura que serviriam de antecedente para a ocupação maciça da região. Referimo-nos à construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, no governo Kubitschek. Já a partir da década de 60, quando o governo militar passou a declarar a Amazônia como a fronteira de acumulação para o capital do Centro-Sul, as características da economia amazônica entrariam num profundo processo de transformação.

Durante o governo militar, a ação estatal vai ser guiada por uma via marcadamente autoritária principalmente através da criação de “superórgãos” que ditariam diretivas de planejamento econômico e regional gerais. Neste sentido, foi criado o Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica através do qual foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para os anos de 1964 a 1966. Em relação às políticas territoriais para a Amazônia, este plano não se diferenciou muito de outros anteriores dando relevância ao problema das desigualdades regionais (Norte-Sul) e à necessidade da ocupação econômica da Amazônia. Segundo Martone (1975), uma das metas do plano era “atenuar as desigualdades regionais de renda através da concessão de caráter prioritário aos investimentos no Norte e Nordeste”. Salientamos estas caracterizações feitas no começo do governo militar porque elas teriam uma importância crucial nas políticas de planejamento regional que levariam à projeção da UHE de Tucuruí quase dez anos depois.

Sendo o PAEG uma estratégia para o período de transição, o Presidente Castelo Branco sentia a necessidade de um esforço muito mais sistemático de planejamento de longo prazo. Desta forma é que surge o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), elaborado nos últimos dias do governo Castelo Branco pelo Escritório de Pesquisa e Análise Economia (EPEA), uma organização especializada, dentro do Ministério do Planejamento, para a programação de longo prazo (CAMPOS apud SIMONSEN, 1974, p. 63). A importância desse plano seria dada pelo fato de ser a primeira vez que foi colocada de maneira explícita a questão regional desde uma perspectiva da integração nacional salientando novamente que os esforços deveriam ser dirigidos para a ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste, para assim articular estas regiões com as demais do país. O plano reconhecia o esgotamento do ciclo de substituição de importações e admitia a crescente participação do setor estatal na economia, via concentração de investimentos em áreas estratégicas, em geral na infraestrutura (ALMEIDA, 2006, p. 19). Apesar de não chegar a ser posto em execução, o Plano Decenal foi importante em relação às novas perspectivas adotadas para as políticas territoriais do país, que se tornariam dominantes a partir dele. Referimo-nos a questão da integração nacional que desde então passaria a ser um elemento chave e transversal a quase todos os planos do governo militar.

Nesse contexto, já a partir da década de 70, aparecem os primeiros planos de desenvolvimento (PND I e II) que começam a concretizar a ideia de “integração nacional” através da realização de diferentes grandes projetos que iriam ocupar os “espaços vazios” do país tornando-os produtivos. Assim, O PND I, que foi elaborado para os anos de 1972 a 1974, esteve voltado a preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, dando ênfase aos setores do transporte e telecomunicações. Neste sentido, no que tange à região que é objeto deste trabalho, salientamos que foi no marco do I PND que foi construída a rodovia Transamazônica nos anos de 1970 a 1974, sob o governo Médici. A construção desta rodovia é um bom exemplo da execução da política desenvolvimentista, dentro da ideologia da Segurança Nacional, do governo militar, e que no futuro seria um dos estopins dos conflitos pelo deslocamento compulsório no contexto da construção da barragem de Tucuruí, no que concerne à população de

Repartimento e adjacências. Nesse sentido, Ianni (1979) afirma que os principais motivos que determinaram a decisão de construir a Transamazônica podem ser resumidos em dois pontos fundamentais: terra e segurança interna. Com efeito, foi por meio da construção desta rodovia que o governo do General Médici tinha a intenção de aliviar as “tensões sociais” do Nordeste encaminhando para a região amazônica os excedentes populacionais daquela região. A tal fim, foi criado o denominado Programa de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas na área de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover assim sua integração à economia nacional. Nesse contexto, o programa previa que cem quilômetros em cada lado das estradas a ser construídas deveriam ser utilizadas para a colonização por cerca de 500 mil pessoas, ou seja, uma meta de assentar cem mil famílias. A rodovia Transamazônica foi a principal via escolhida para esse programa de colonização (VELHO, 1976). Apesar das intenções iniciais do governo, para 1974 haviam estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização na faixa da Transamazônica (HÉBETTE, 2004), abandonando logo o acompanhamento dos camponeses no processo de assentamento nas áreas de colonização¹³. Uma das razões que motivaram esta situação é que, com a crise do petróleo de 1973, a política do governo mudaria drasticamente. Até esse momento o país viveu uma fase de forte expansão da economia, o chamado “milagre brasileiro”, alimentado pelo crédito internacional a juros baixos, que durou até o choque do petróleo. Nesse contexto, foi elaborado em 1974 o II PND, para os anos de 1975 a 1979. Não obstante a crise, o II PND tinha a intenção de traçar o perfil do Brasil como uma grande potência emergente. Deste modo, se “propunha uma ‘fuga para a frente’, assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitiria superar a crise e o subdesenvolvimento” (ALMEIDA, 2006, p. 23). Ao invés de um ajuste econômico recessivo, o II PND propunha uma transformação estrutural do país. Neste sentido, é importante salientar que

A ênfase do plano estará centrada no esforço do crescimento econômico, em especial daqueles setores que pudessem contribuir decididamente para o crescimento das exportações. Essa mudança repercutirá nas diretrizes do plano no que concerne às políticas

¹³ No capítulo 2 este tópico será tratado com mais detalhes.

territoriais, consubstanciadas em medidas agressivas relacionadas à expansão da fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das chamadas áreas vazias do território. Se mesmo no Programa de Integração Nacional (PIN), ainda se podia detectar, pelo menos nas intenções ali declaradas, algumas políticas de ocupação dessas áreas com base num povoamento a partir de “projetos de colonização”, no II *PND* essa intenção e até mesmo algumas tentativas em curso, são deliberadamente postas de lado ou simplesmente excluídas das prioridades do plano. A estratégia ali adotada, faz uma clara opção pelo grande empreendimento da fase monopolista do capitalismo, a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros, tendo atrás de si estímulos governamentais de todo tipo. (COSTA, 1989, p. 64. Grifos nossos).

Desta forma, a questão da ocupação do espaço através de projetos de colonização, que como dito, eram parte de uma política de planejamento territorial dentro do marco da “segurança nacional”, passou a ser secundária para o governo militar que privilegiaria a partir de então a realização de grandes projetos. Com o II PND, o governo buscava reduzir a vulnerabilidade do país no que diz respeito à substituição de bens de capital e insumos intermediários. É por isso que foram programados vários projetos de grande porte. Desse modo, foram lançados projetos nas áreas de petroquímica, siderúrgica, metais não ferrosos (alumina-alumínio), papel e celulose. Estas políticas levariam a uma transformação estrutural da indústria brasileira entre os anos de 1974 e 1980. Para subsidiar a implantação dessas indústrias era imperioso ampliar a oferta de energia elétrica, o que foi feito através de grandes projetos hidrelétricos (COM. PRO-ÍNDIO, 1991). É dentro da execução desse plano econômico que a UHE de Tucuruí seria projetada.

Consideramos que este percurso contextual pelos programas econômicos e territoriais do governo militar, além da reflexão das transformações do capital no plano internacional das crises de sobreacumulação, permitem-nos compreender melhor as problemáticas socio-territoriais surgidas a partir da instalação da UHE de Tucuruí.

1.3 O processo decisório de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Tendo caracterizado o contexto político e econômico que envolveu a construção da barragem de Tucuruí, gostaríamos agora de apresentar brevemente alguns dos fatos mais importantes acontecidos no processo decisório do projeto.

O projeto da UHE de Tucuruí teve como base os resultados dos estudos realizados na bacia hidrográfica amazônica pelo ENERAM (Comitê Coordenador dos Estados Energéticos da Amazônia) que tinha a tarefa de estudar o potencial hidrelétrico da região. O ENERAM tinha sido criado em 31 de dezembro de 1968 durante o governo de Costa e Silva, mediante a publicação do Decreto no 63.952, ficando subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Aquele decreto conferia-lhe as seguintes atribuições:

a) supervisionar os estudos visando a investigação das possibilidades de aproveitamentos hidrelétricos para suprimento de sistemas elétricos já existentes, ou que viessem a ser implantados, nas áreas prioritárias e pólos de desenvolvimento criados na Amazônia pelo governo federal; b) deliberar sobre as soluções técnicas apresentadas pelos consultores, recomendando novos estudos, se julgasse conveniente; c) apresentar no prazo de três anos, a contar da vigência do decreto (6 de janeiro de 1969), relatório final com as conclusões dos estudos (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA, 1971).

O ENERAM não realizou o levantamento do potencial hidrelétrico de toda a Amazônia; limitou-se às áreas próximas dos maiores núcleos urbanos existentes e dos pólos de desenvolvimento que o Governo pretendia estimular (CMB, 2000, p. 50). A Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS), instituída em 1962 ainda no governo João Goulart, ia a ser o agente executivo dos estudos do ENERAM. Desta forma, foram sobrevoados 2 mil quilômetros de rios, e em 1.420 quilômetros foram inventariados os distintos possíveis aproveitamentos. No relatório final, publicado em 1971, dos 52 locais inicialmente conjecturados para a construção de usinas, o Eneram indicou só 21 como apropriados a estudos mais aprofundados. Excluídas as alternativas de menor potência, foi realizado um inventário que compreendeu 17 possibilidades de aproveitamento hidrelétrico, somando um potencial estimado de 7,4 mil megawatts. Para a realização dos estudos nesta etapa, a Amazônia foi dividida em quatro grandes áreas, sendo contratadas distintas consultoras para realizarem os estudos. O rio Tocantins fazia parte do pólo Belém e Macapá, sob responsabilidade da consultora Serete. A partir dos estudos feitos na área, confirmou-se que o Tocantins era apto para o aproveitamento hidrelétrico e se apontaram duas alternativas com potências que variavam entre o mínimo de 385 MW e o máximo de 2.460 MW, sendo este o maior potencial dentre os 17 elencados pelo comitê (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2013). A menor potência estimada para o aproveitamento do Tocantins era plenamente

compatível com as necessidades energéticas de Belém. Já a maior potência permitiria atender um mercado mais vasto.

Outra conclusão do relatório do ENERAM foi a recomendação do prosseguimento dos estudos hidro-energéticos na Amazônia a cargo de uma entidade especializada, subsidiária da Eletrobrás, que, ao estar permanentemente integrada na problemática da região, pudesse acompanhar a dinâmica de sua evolução e, assim, fazer os ajustamentos necessários no programa de estudos futuro. A tal fim foi constituída a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte), subsidiária da Eletrobrás, o 20 de junho de 1973. A essa empresa seriam atribuídos todos os estudos decorrentes das atividades do ENERAM, bem como a coordenação dos trabalhos relativos ao suprimento de energia elétrica na região amazônica.

No caso do suprimento de energia para o pólo de Belém, o problema era que desenvolver um empreendimento hidrelétrico só para atender as necessidades energéticas daquela cidade era muito custoso, sobretudo porque a região do meio e baixo Tocantins carecia de qualquer tipo de infraestrutura que permitisse o transporte dos materiais, o alojamento dos operários e funcionários, e o provisionamento de energia para o canteiro de obras. Por outro lado, o consumo energético estimado não justificava tamanha inversão. A situação começaria a mudar quando apareceram os projetos minero-metalúrgicos de Barcarena e Carajás. Dario Gomes, ex-diretor da Eletronorte à época da decisão de construção da UHE-Tucuruí, assim o descrevia:

O ENERAM, foi a base de tudo. O ENERAM buscava as possibilidades de aproveitamento de hidrelétricas em função de polos de desenvolvimento na Amazônia. Belém era um dos maiores polos de desenvolvimento naquela ocasião. O ENERAM levantou a possibilidade de dois aproveitamentos no rio Tocantins na região de Tucuruí, aproveitando o desnível existente. Estes estudos valeram por bastante tempo, mas sempre na hora apropriada, pela demanda regional. Até que surgiu Carajás e, daí, a possibilidade de fazer alguma coisa maior e a ideia de alguma associação com empresas estrangeiras. *Foi quando vieram os japoneses*, e a ideia da 'Lei da Participação', que possibilitava empresas estrangeiras participarem dos empreendimentos nacionais para industrializar-se de um modo geral. [...] Nós saímos em campo, pegamos tudo sobre o ENERAM, fizemos uma viagem bastante interessante à região e voltamos com o relatório dizendo que, para atender à demanda proposta, havia uma possibilidade na região de Tucuruí, com um aproveitamento único, que poderia gerar em torno de 3500 MW, de potência instalada, com possibilidade de ampliação para 7000 MW" (ELETRONORTE, 1992)

A proposta dos japoneses de realizar um empreendimento de produção de alumina e alumínio na cidade de Barcarena, situada a 100 km de Belém, abriu a possibilidade de projetar a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Durante o primeiro choque do petróleo em 1973, o Japão foi um dos países mais prejudicados pelas políticas da OPEP, justamente por não possuir reservas de petróleo (SEITZ, 1991). Esta situação obrigou o país a mudar sua estrutura produtiva no que respeita às indústrias de base, as quais consomem ingentes quantidades de energia, deslocando-as para regiões que dispuseram de matérias primas e potencial energético. O Brasil se apresentou aos japoneses como uma excelente opção para realizar um empreendimento de produção de alumina e alumínio devido ao grande potencial hidrelétrico que tinha, e por possuir a terceira maior reserva mundial de bauxita, que é a rocha a partir da qual se extrai o alumínio nas localidades de Oriximiná, na beira do rio Trombetas, e em Paragominas. A produção de alumínio se compõe de três etapas: 1- Extração da bauxita, rocha de cor vermelha de onde é extraído o alumínio; 2- A partir da bauxita é obtida a alumina que é um produto intermediário que leva à produção de alumínio ; 3- A última etapa permite a obtenção de alumínio através de eletrólise. Sobretudo nesta última etapa, onde a obtenção do alumínio metálico é alcançado através da redução eletrolítica, processo conhecido como processo Hall-Héroult, envolve um intenso consumo de energia elétrica. De acordo com a própria Eletronorte:

Para o Governo brasileiro do período, os interesses do capital japonês, aliavam-se com as disponibilidades nacionais de recursos hidrelétricos e de matéria prima. Essa condição, por sua vez, vinha ao encontro da estratégia de ampliação e consolidação de novas fronteiras de expansão econômica, ditada pela DSN. Formava-se assim, o quadro geral para instalação de um pólo produtor de alumina-alumínio (ELETRONORTE, 1992, p. 19)

A escolha de Barcarena era muito atraente, pois dispunha de saída ao mar, o que facilitava a importação e exportação de matérias primas e mercadorias. A tal fim foi projetado o porto da Vila do Conde. Assim, foi proposto construir duas fábricas em Barcarena. Por uma parte, a Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte), responsável pelo processamento da bauxita para a produção de alumina, que finalmente seria inaugurada em 1995. Por outro lado, a Alumínio Brasileiro S.A (Albrás) que transforma a alumina em alumínio, vai ser inaugurada em 1985. Com a confirmação do projeto Albrás-

Alunorte em Barcarena começaram os trabalhos da UHE de Tucuruí. Os estudos do ENERAM serviram de base para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, porém, diante da nova conjuntura, esses estudos foram revisados e ampliados, passando a ser responsabilidade da Eletronorte em janeiro de 1974, e sendo concluídos em junho de 1975. No mês seguinte, foram iniciados os estudos de projeto básico pelo consórcio entre a Engevix e a Themag Engenharia e as primeiras obras de apoio à construção da usina. Em novembro, começaram os trabalhos de desvio do rio Tocantins com a construção das primeiras ensecadeiras (ELETRONORTE, 1998). Assim, iniciaria-se a construção da maior hidrelétrica inteiramente brasileira, cuja primeira etapa teria uma duração de 9 anos de trabalho contínuo, sendo finalmente inaugurada o 22 de novembro de 1984.

Em conclusão, podemos afirmar que o projeto da UHE de Tucuruí se enquadra dentro de realidade regional e internacional abrangente visando aos objetivos de, integrar a Amazônia ao resto do país através de um projeto desenvolvimentista no marco da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, ao tempo que contribuía a resolver os desajustes macroeconômicos produto das crises do capitalismo no decorrer dos anos 70.

2 A MEMÓRIA DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE TUCURUÍ

Para construir a memória política dos atingidos pela barragem de Tucuruí utilizaremos o acervo que contém uma grande quantidade de documentos de todo tipo como: atas de reunião e de assembleias; boletins, cartas, relatórios de encontros, acampamentos e vistorias; panfletos, notas de apoio, manifestos, comunicados, dentre outros materiais. A maior parte dessa produção é do próprio movimento, que como veremos atravessou diferentes etapas e foi evoluindo de reivindicações particulares de alguns povoados para uma organização mais complexa e mais abrangente: a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí que reúne as distintas Comissões dos Municípios situados a montante da Barragem. Com o fechamento das comportas aparece com força o movimento das populações situadas a jusante que juntamente com o movimento de montante vão constituir uma organização de todos os atingidos, a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU). Estes movimentos contaram com o apoio de diferentes entidades de assessoria. Em primeiro lugar, destacamos a presença da Igreja Católica com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) associada à Prelazia de Cametá que foi uma das primeiras entidades a ajudar na organização dos camponeses, colonos e ribeirinhos. No âmbito sindical também nos deparamos com agentes que estiveram presentes ao longo de todo o conflito: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) é a primeira organização sindical que veio a acompanhar os camponeses atingidos. Logo depois, aparecerão as organizações sindicais dos próprios lavradores, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Além dos sindicatos, é importante mencionar a presença de outro agente se constituiu na luta com a produção de vários materiais impressos, o Movimento em Defesa da Vida, ligado à Igreja Luterana.

A partir da análise do material produzido por esses agentes é que pretendemos construir, ao longo desta dissertação, a memória impressa da luta dos atingidos. Mas como a nossa memória não é anedótica, senão que é política, almejamos interpelar esse acervo denso para buscar ali não só a

história do processo, senão também as diferentes estratégias políticas que o movimento e as entidades de apoio elaboraram para atingir seus objetivos.

As primeiras tentativas de organizar um movimento que agrupasse os habitantes da área afetada pelo enchimento do reservatório vieram da mão dos primeiros contatos da Eletronorte com essa população no momento em que, devido ao iminente enchimento do reservatório, se iniciou o processo de remanejamento da população dessa área. Os fatos nos mostram que a Eletronorte nunca se preocupou muito com a elaboração de um plano de reassentamento dos habitantes da área de influência, para o qual deveria ter estudado as características dos habitantes da região com o objetivo de diminuir o impacto de um processo que já era violento por si mesmo. Ao longo do texto iremos analisando todas as vicissitudes que foram ocasionadas no transcurso dos eventos. Mas em primeiro lugar gostaríamos de dizer que um dos primeiros problemas (entre muitos outros) da desapropriação foi a falta de organização e planejamento na transição do levantamento das benfeitorias e o deslocamento efetivo. Com efeito, a Eletronorte nos anos 1978 e 1979 fez o levantamento das benfeitorias dos colonos e ao mesmo tempo os proibiu de plantar ameaçando com não indenizar qualquer benfeitoria feita a partir do momento daquele levantamento. O problema é que os moradores destes lugares baseavam a sua economia num regime de agricultura “de subsistência” combinado com outras atividades extrativas como a cata de diamantes e a colheita de castanhas. Isso quer dizer que eles não podiam parar a sua produção assim sem mais, para ficar esperando a indenização e recomeçar no novo lugar do zero. Como recomeçar sem dispor de nenhuma plantação para subsistir? Por outro lado, a empresa não ponderou situações como a dos vazanteiros, os quais não dispunham de benfeitorias estáveis, senão que sua produção estava marcada pelos ciclos do rio não tendo uma “propriedade” que indenizar.

A Eletronorte desconsiderou todas estas situações, reduzindo a problemática a uma questão puramente jurídica e traduzível em termos monetários, ignorando assim a realidade social e cultural daqueles habitantes. Esta conjuntura contribuiu para que os colonos começassem a se organizar e, aos poucos, articulando-se as comissões de diferentes povoados, irem buscando uma resposta conjunta. Como veremos, a Igreja teve um papel importante na organização desses primeiros movimentos.

2.1 Os começos: o papel da Igreja na organização do proto-movimento. Memória em processo do Movimento

As primeiras manifestações documentadas em relação à situação da região do baixo Tocantins pela construção da barragem de Tucuruí vieram de parte da Igreja Católica a qual se encarregou de contribuir na organização das demandas dos lavradores. O papel dela foi muito relevante, pois a região do baixo Tocantins, caracterizava-se por ser uma área que carecia de uma infraestrutura boa para a comunicação entre os distintos povoados os quais se achavam no paradoxo de ter uma problemática comum, mas que estavam bastante isolados entre si. Então contar com uma organização que fosse capaz de unificar as pautas e reivindicações e ao mesmo tempo ser o canal pelo qual essas pautas fossem veiculadas tornou-se uma questão central. Outro ponto importante é a conjuntura política que o Brasil estava vivendo naquele período sob o comando de um governo militar e autoritário que não deixava muito espaço para a sociedade civil se expressar. Neste sentido, Raul do Couto, ex-técnico da CPT naquele tempo, afirmava que “a Igreja foi a espoleta. Ela era o único ente que respirava em termos de sociedade civil naquela época. Era ela que fazia o elo, fazia a articulação, quem captava recurso, quem furava a imprensa, tentava chegar na opinião pública” (COUTO, 2017). Esse foi o papel que teve no começo a publicação da Igreja “Extra: Informativo Itupiranga” (DOC. 1/1979) que é a primeira referência registrada sobre o conflito em torno à construção da barragem. Este folheto de abril de 1979 é uma coletânea de diferentes documentos publicados pela Prelazia de Cametá que falam sobre as problemáticas que afetavam aos colonos na época. Desde o início podemos enxergar a relação estreita entre a Prelazia e povo que ia ser atingido pelo enchimento do reservatório:

Falamos como padres, irmãs, agentes da Pastoral, leigos-chefes de comunidades católicas, catequistas, dirigentes de culto e animadores: à qual pertencemos juridicamente e à qual pertencem as áreas inundáveis dos municípios de Tucuruí e Jacundá, vem trabalhando no serviço Pastoral e de promoção humana do povo que habita lugares como Jatobal, jacundá, Bacurí, Repartimento, Pucuruí-Funai, Breu Branco, Colônia Santa Rosa, Remanso da Beira e do Centro... e dos colonos que habitam ao longo da Transamazônica (DOC. 1/1979, p. 3).

Neste texto ainda podemos ver como a própria Prelazia era a encarregada de coletar e difundir as inquietações e preocupações dos lavradores diante da situação de insegurança que provocava neles a iminente desapropriação. O problema imediato dos colonos era a incerteza que tinham ante os “boatos” que asseguravam que prontamente iam ter que sair por se encontrarem na área de influência do futuro reservatório, o que fazia com que muitos deles comessem a deixar de plantar gerando uma situação extremamente delicada para sua sobrevivência. Os próprios lavradores afirmavam que funcionários do INCRA e da BASEVI¹⁴ tinham dito para eles que já não adiantava plantar, pois iam ter que sair logo. Diante desta situação os membros da Prelazia de Cameté se perguntavam:

Agora, finda a colheita da castanha, o que irão comer os que não prepararam suas roças de arroz, feijão e milho para o ano? Será que o INCRA, BASEVI, as Prefeituras ou então a Eletronorte irão sustentá-los? Dentro de poucos meses... a fome começará a apertar este povo (DOC. 1/1979, p. 3).

Por estas razões é que a Prelazia de Cameté é porta-voz de uma primeira pauta de reivindicações demandando da empresa prontas soluções para os camponeses:

Queremos pedir: um pronunciamento oficial em termos claros, dos responsáveis pela Eletronorte que diga: Onde serão relocados e como serão indenizados os moradores dos povoados atingidos. Quando isso deverá acontecer. Saber se no intervalo pode se botar roça (culturas de subsistência). Exigir uma única orientação, mandando calar funcionários do INCRA e BASEVI que nada sabem e só espalham boatos. Permitir a presença de elemento do DPI¹⁵ de Tucuruí em reuniões e palestras que organizamos junto aos colonos e posseiros a fim de esclarecer, tranquilizar, garantir quanto ao andamento do processo de desapropriação, indenização e relocação (DOC. 1/1979, p. 4).

A Igreja, através do Informativo Itupiranga, além de organizar as pautas e reivindicações dos atingidos, também se posicionou, como já dito, como um canal por meio do qual os próprios lavradores podiam se expressar, levando assim a palavra deles para as autoridades. Deste modo, a publicação conta com um abaixo assinado das populações de Tauri e Ipixuna (pertencentes ao Município de Itupiranga) que exigem respostas da Eletronorte, pedindo para a mesma: “1) Urgentes esclarecimentos: quando vamos sair? Para onde iremos?

¹⁴ BASEVI, Construções e Topografia. Empresa de consultoria encarregada de realizar o estudo para a realização do levantamento das benfeitorias da zona de influência do reservatório da barragem de Tucuruí.

¹⁵ Departamento de Patrimônio Imobiliário da Eletronorte.

Quanto vamos ganhar? 2) Ao sair exigimos: lugar ou igual ao melhor do que este; que apresente possibilidade de pesca, caça, colheita de castanha, com garimpo e terra para trabalhar” (DOC. 1/1979, p. 8).

2.1.1 “Fala Tião I e II”, a memória sob a forma de uma figura literária

Nesta primeira etapa na qual o conflito com a Eletronorte estava se configurando era importante apelar a estratégias que contribuíssem para a construção de uma identidade coletiva a partir da qual pudesse ser elaborada uma pauta conjunta para se defrontar a um inimigo comum. Isto porque neste primeiro momento os atingidos ainda não dispunham de um movimento articulado que unificara suas pautas e reivindicações dando-lhes assim mais força. Assim, um recurso acionado foi o que chamamos de “memória sob a forma de uma figura literária” configurada através da construção de um personagem ficcional arquetípico. Esta figura literária pode ser considerada como uma forma de memória porque apela a uma história comum, compartilhada, na qual um conjunto de sujeitos pode se reconhecer. Esta estratégia aparece no texto intitulado “Fala Tião” que tem duas partes (I e II)¹⁶ e que foi publicado também neste primeiro documento “Extra: Informativo Itupiranga”. Mas o que é o “Fala Tião”? O “Fala Tião” é um monólogo literário no qual o personagem que fala, o Tião, é justamente uma representação tipificada de um colono da região Tocantina. Através desta figura é contada a história dos lavradores da região e os problemas que estão tendo. No primeiro Fala Tião o personagem fala explicitamente da Eletronorte e dos problemas que está ocasionando: “Quando nós pensava respirá um poco mio, vem a tal de Eletronorte, com esse negócio de indenização, espalhou folhetos, placas. Sair por quê? Em nome da integração? E nós não é brasileiro?” (DOC. 1/1979, p. 7). Já na segunda parte o texto torna-se mais reflexivo elaborando um raciocínio ao redor da história da ocupação da região Tocantina:

Eu sou um velho pobre que mora na região Tocantina e tenho um milhão de coisas para contar aos meus companheiros. Conheço toda a região e sei quanto já sofri e estou sofrendo. (...) Dentro do meu

¹⁶ A primeira parte não aparece no documento senão que é referenciada pelos autores, portanto, só temos alguns trechos desse material. O “Fala Tião I” foi publicado na revista “Isto é” na edição de 7 de março de 1979. Já o “Fala Tião II” aparece no documento por completo.

peito está nascendo um fogo diferente e não sei o que quer dizer-me. (...) Já não aguento mais calado, preciso gritar. Sim, sou um homem miserável e nem tenho palavras para descrever o quanto já sofri, mas sei de uma coisa: TODOS OS HOMENS SÃO IGUAIS e um dia, a justiça vai chegar para mim também. (...) Já completei 50 anos de vida. Durante todo este tempo vivi num cativo. Os meus direitos foram violados e desrespeitados. Foi preciso todo este tempo para eu começar a sentir alguma coisa diferente em mim. Foi preciso ser enganado por muita gente. Ser expulso da terra, dezenas de vezes. (...) Graças às privações que passei, um fogo nasce no meu peito e nunca mais será apagado. Tenho uma vontade louca de conquistar os direitos que me foram roubados.

[...]

Sou um pobre lavrador que vive perambulando por estas ricas e abundantes matas da região Tocantina e até hoje, como brasileiro que sou, ainda não consegui me firmar num chão. Não porque não quisesse parar, mas sim, porque sempre me expulsaram como se eu fosse um invasor. Já cansei de formar sítios, pomares, pastagens, cafesais, e depois que tudo estava pronto e começava a respirar, lá vinha os tubarões com mil e uma justificativa e eu era obrigado a sair, como se fosse um animal (DOC. 1/1979, p. 9).

É um apelo à identidade, à construção de um passado comum, onde o sofrimento, a violação de direitos, e a expulsão da terra, são elementos marcantes na constituição deste povo. A partir dessa avaliação é que o povo Tocantino é interpelado através da figura do Tião para dizer: chega. A memória, neste caso expressa através deste personagem arquetípico, é acionada para representar a injustiça que o povo do baixo Tocantins acredita estar sofrendo. A construção desta figura típica permite aos atingidos se reconhecerem no espelho da própria identidade e apropriar-se da história. Percebe-se que o objetivo do folheto é que o atingido possa dizer: “quem está sofrendo tudo isso que fala ‘o Tião’ sou eu mesmo”. É um relato que permite o direcionamento da ação política, pois ao colocar a identidade dentro do marco do relato histórico, interpela e motiva aos camponeses e ribeirinhos fazerem alguma coisa. O relato permite identificar os responsáveis da injustiça que estão cometendo contra eles. É a partir daí que se assentam as bases para a ação coletiva.

2.1.2 II Assembleia dos Lavradores de Itupiranga

Além de publicar e acompanhar as demandas dos atingidos como vimos no “Extra: informativo Itupiranga” a Igreja deu um passo adiante organizando um encontro de lavradores da região. Assim, no dia do lavrador (25 de julho de

1979) é realizada a II Assembleia dos Lavradores do Município de Itupiranga (DOC. 2/1979), na qual foram convidados todos os colonos, posseiros, sitiantes, castanheiros, parceiros e peões da região. A esse encontro também foram convidadas a participar como ouvintes diferentes autoridades dentre as quais destacamos a presença da Eletronorte representada na figura do Dr. Luiz Claudio do DPI. Desta forma, a Igreja serviu de intermediária e veículo de negociação entre ambas as partes, pois naquele encontro foram lidos vários relatórios de lavradores, ao mesmo tempo em que foram pronunciados depoimentos ao vivo que deram conta da situação que estavam passando. O objetivo do evento era envolver mais as autoridades no tratamento da situação da população atingida, ao mesmo tempo em que procuravam dar ânimo aos colonos e posseiros mostrando-lhes que não estavam sozinhos.

Entendemos a assembleia como uma esfera pública onde, tal como nos termos de Caletti (2002; 2006), diferentes discursos e posicionamentos adquirem visibilidade e os agentes participantes se autorrepresentam, pois segundo o autor é no espaço público que a vida social se manifesta diante e para o registro próprio da comunidade, tornando-se o lugar das operações iniludíveis de reflexividade social.

Assim, a memória se apresenta em forma de vários relatórios e depoimentos de colonos habitantes de diferentes trechos da Transamazônica. É claro que todos eles estão falando para a Eletronorte e para as autoridades ali presentes. A construção que fazem de si mesmos é estratégica e procura sensibilizar a quem eles consideram como responsáveis pela situação que estão vivendo: “Somos colonos e posseiros dos lotes de beira e vicinais da Rodovia Transamazônica (...). Viemos aqui porque hoje é dia do lavrador e achamos que pelo mínimo um dia por ano temos o direito de falar, contar nossa vida sofrida, lembrar aos responsáveis que existimos.” (DOC. 2/1979, p. 6). Mas os seus problemas não começaram com a Eletronorte e a barragem. O que o projeto da barragem favoreceu no caso foi estabelecer um ponto divisor de águas que ajudou aos colonos refletirem sobre sua situação de vida e a fazer alguma coisa para mudá-la. É a partir do conflito com a Eletronorte em torno ao deslocamento compulsório que começa por parte deles um processo de tomada de consciência que estimula a memória coletiva recente e a torna política, pois a leitura retrospectiva do passado dos colonos lhes permite

entender que eles sempre são os prejudicados em nome do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”:

Nós não vamos voltar mais ao lugar onde estávamos. Ir pra cidade fazer o quê? Passar fome e miséria? Nós já estamos cansados de enfeitar a noiva para os outros. Se a gente sai daqui e vai pra outro lugar, depois lá tomam de novo. As nossas forças e os espíritos estão acabando. Não temos mais coragem de começar a montar outro sítio. Queremos ter uma certeza e não uma incerteza, pois deste jeito nós não podemos preparar e planejar o futuro. Sem terra nós não temos condições de viver. Viemos aqui na Transamazônica buscar terras e não montar sítios, matar insetos, mosquitos e depois que tudo está pronto entregar aos tubarão (DOC. 2/1979, pp. 6-7).

Com efeito, muitos destes camponeses vinham de um processo de colonização recente, – a colonização da Transamazônica promovida pelo Governo Militar através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁷ –. Durante a presidência de Emilio Garrastazu Médici foi promovida a colonização da Transamazônica com o objetivo alegado de ocupar “espaços vazios” da Amazônia com famílias vindas, sobretudo, do nordeste. O próprio Médici o dizia assim:

Somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento. (...) Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (MÉDICI, 1970, pp. 147 e 149).

Esse programa tinha a previsão de instalar, sob a coordenação do INCRA, 100.000 famílias camponesas nas faixas da Rodovia Transamazônica então recentemente inaugurada (HÉBETTE, 2004, vol. II, p. 39), mas para 1974 o INCRA havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização. É também a partir desse ano que o órgão “deixou de criar condições para a acomodação dos colonos: não promovia mais transporte de trabalhadores para os núcleos de colonização, nem os remunerava nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo e nem realizava obras de infraestrutura necessárias à ocupação dos lotes.” (PEREIRA, 2015, p. 66). Desta forma, estes colonos tiveram que se ajeitar praticamente sozinhos naquela região e assim o relatavam:

¹⁷ O INCRA foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.

Nós somos muitos posseiros que há mais de cinco anos estamos lutando nessas regiões ainda sem nome, sofrendo no completo abandono e esquecimento. Agora depois de perder a saúde e vontade de viver, já começamos a ter roça, fruta, animais e algumas benfeitorias. Mas é mesmo agora que começam a chegar os barões. São aqueles poderosos que gostam de encontrar tudo pronto e se dizem donos, fazem de tudo para intranquilizar a gente, põem medo, prometem indenizações vergonhosas que nunca pagam ou prometem pelo nosso pedaço de terra já com abertura e capim, outro pedaço de terra imaginária (DOC. 2/1979, p. 8).

Este é o quadro geral da situação dos lavradores colonos da Transamazônica no momento em que estavam por ser desapropriados pela Eletronorte. A memória recente, cujas lembranças falam de um passado de sofrimento e muito sacrifício para ter um pedaço de terra com alguns cultivos com os quais sobreviver se ativa diante da nova situação de expropriação por causa do reservatório da Eletronorte e vai se transformando pouco a pouco em consciência política, pois eles têm a intuição de que novamente serão enganados pelas autoridades, perdendo tudo de novo e tendo que passar outra vez por situações angustiantes como as que já passaram. É por isso que a memória também é relacional, pois muitas vezes a lembrança é acionada para poder explicar alguma coisa do presente, ao mesmo tempo em que essa retrospectiva permite a reflexão para elaborar outras estratégias para enfrentar a nova (velha) situação. A memória e a ação tomam forma na apropriação da palavra por parte dos colonos. Nesse sentido, é interessante ressaltar a visão de Gabriela Merlinsky para quem “os conflitos [políticos, sociais e ambientais] são verdadeiros meios de expressão e de tomada da palavra, uma modalidade de troca entre atores onde se constroem cenários para confrontar discursos. Nesse sentido, representam momentos que permitem a inscrição de práticas sociais na esfera pública” (MERLINSKY, 2013, p. 2). E é o conflito com a Eletronorte que permite em primeiro lugar, gerar o espaço no qual a palavra do lavrador pode se tornar pública e manifestar todas as injustiças que acreditam acontecer e terem acontecido com eles. O conflito ativa a memória dos processos que os levaram até ali e é acionada para refletir sobre a situação atual e futura. A partir dali os lavradores começam a organizar suas reivindicações coletivamente.

2.1.3 As primeiras comissões dos povoados atingidos a montante

Com esse apoio inicial da Prelazia de Cametá é que começam a se organizar, durante os anos 1980 e 1981, as primeiras Comissões de Atingidos nos distintos povoados afetados pelo enchimento do reservatório. As estratégias destas primeiras comissões consistiriam em enviar cartas à Eletronorte apelando, por uma parte, à sensibilização das autoridades desta empresa com a situação de vulnerabilidade histórica dos moradores, e por outra parte, à situação de injustiça que estavam sofrendo com a forma em que se estava desenvolvendo o processo de remanejamento, pelo que exigiam uma compensação que reparasse os prejuízos ocasionados. São também as primeiras manifestações de ação coletiva dos atingidos sob a forma de abaixo-assinados que buscam interpelar à empresa e que contribuirão para ir conformando um movimento maior e mais abrangente.

Assim, temos cartas à Eletronorte que constroem um relato que liga os padecimentos na Colonização da Transamazônica com a construção da Barragem de Tucuruí. É interessante reproduzir aqui um extenso trecho de uma carta (DOC. 1/1980) que mostra a forma em que os colonos enxergavam o que estava acontecendo com eles:

Em 1971, nós morávamos em outros estados do nordeste e do sul. Muitos de nós, tínhamos pequenas propriedades e outros eram empregados. De repente surgiu um movimento de propaganda sobre a transamazônica. Diziam que era a estrada da integração, do progresso, do futuro... que o INCRA estava distribuindo [sic] lotes, com casas, salários, estradas e todo tipo de assistência (médica, educacional, técnica,...). (...) Até o presidente Medici, veio par o nordeste e disse: 'Ao homem sem terra do nordeste, a terra sem homem da Amazônia'. Falavam isto, e outras coisas, prometendo mundos e fundos. Foi o início da grande ilusão. Quem estava sem terra ou com pequenas propriedades vendeu os trens e as terras e aventurou a vida na transamazônica.

As nossas viagens foram tristes demais, mas a situação ficou dramática quando chegamos no tão falado paraíso terrestre, pois nada daquilo que prometeram encontramos, apenas a matona bruta. Que fazer? Voltar? Não restava outra saída, a não ser, enfrentar a mata. Nos colocamos na mata feito bichos. (...) As doenças pegavam e ainda pegam na gente. Malária, febre amarela, doenças de pele, acidentes na mata... acabaram com muita gente. Nós começamos a reclamar do INCRA e nada ele resolveu. Restou-nos a luta. Começamos a organizar os sítios, suando sangue. Depois de seis, sete, oito anos de trabalho duro, embora sem assistência, conseguimos fazer bons sítios. (...) com muitas lutas, com muitas mortes conseguimos organizar e melhorar nossa situação. Agora, estávamos respirando um pouco mais tranquilos, mas para o pobre, parece que não tem jeito não. Chega a Eletronorte com a tal da

indenização e entrega esta carta a todos os colonos: 'Servimo-nos do presente, para comunicar a vossa senhoria, que de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto-lei Nº 78.659, vossa parcela está situada na área de inundação do reservatório, em decorrência da barragem de Tucuruí' (DOC. 1/1980, p.1).

Este extenso trecho, mostra o sentimento geral dos colonos que se sentem enganados novamente. Na narração podemos perceber que os colonos argumentam que eles abriram mão do Estado, ao verificar que o «paraíso» prometido da Transamazônica nunca existiu e que tiveram que fazer um enorme esforço e sacrifício para transformar aquelas matas em um sítio produtivo. É aí que eles refletem e se perguntam:

Será que tudo isso não é planejado? É, alguma coisa está sendo tramada contra os pobre. (...) Quando colonizaram a transamazônica, já sabiam que ia ser feita a hidrelétrica de Tucuruí e também sabiam que os colonos deviam sair depois de vários anos. Por que fizeram isso? Por que não reservaram logo a terra para o lago? Era preciso fazer uma limpeza, matar os mosquitos, afastar os bichos, derrubar as árvores, abrir estradas, fazer pontes, afirmar o solo,... e nada melhor que fazer uma colonização provisória. Isto é integração, progresso, desenvolvimento? É claro, para os ricos (DOC. 1/1980, p. 3).

Feita toda essa argumentação baseada na memória recente destes colonos, e que revela para eles uma enorme injustiça é que eles exigem da Eletronorte saber:

- 1- Quando vamos ser indenizados.
- 2- Quanto vamos ganhar.
- 3- Onde estão os outros lotes que vamos ganhar.
- 4- Que diga logo quem vai ser indenizado e quem não vai ser.
- 5- Que dê uma única orientação e que mande calar os seu funcionários que só provocam confusão (DOC. 1/1980, p. 3).

Assim como esta carta, existem outras de diferentes povoados e vilarejos como Repartimento, Tauiri (município de Itupiranga). Estes moradores escrevem à Eletronorte para reclamar que as indenizações são muito baixas, ao mesmo tempo em que informam à empresa que a situação que vivem cotidianamente nesses lugares é de sofrimento e carências. Nesses depoimentos percebe-se a sensação de incerteza que têm os moradores em relação a seu futuro imediato. Os moradores de Tauiri, por exemplo, afirmavam o seguinte: "Temos que sair e não sabemos onde ir, nem onde teremos outra terra. (...) Estamos esquecidos por todos. Prefeitura não tem interesse e agora,

não temos nenhuma segurança. Nós somos brasileiros e temos direitos. Ninguém mais toma a nossa defesa?” (DOC. 2/1981, p. 1). Já os residentes de Repartimento manifestavam: “somos gente também, os interesses do governo e da Eletronorte não podem massacrar nossos direitos. As indenizações aparecidas até agora não cobrem 20% do valor das casas.” (DOC. 2/1980, p. 1).

Outro grupo que se manifestou e enviou um documento com reivindicações à Eletronorte foram os Vazanteiros de Itupiranga (DOC. 1/1981). O principal reclamo deles era também motivado pelas baixas indenizações recebidas: “Certos vazanteiros receberam a ridícula soma de 6.000 cruzeiros, em troca de um pedaço de terra que sustenta uma família inteira.” (DOC. 1/1981, p. 1). Além da questão do valor monetário da indenização, existe também uma questão cultural que envolve o deslocamento destes lavradores. A agricultura de vazante é um sistema de cultivo tradicional no baixo Tocantins que configura um modo de viver particular no qual há uma inter-relação profunda entre o homem e o rio. As terras de vazante são cobertas pelas águas durante o período de chuvas e descobertas durante a época seca. Os vazanteiros organizam sua atividade de acordo com estes ciclos intervendo diretamente na preparação da área (corte e achatamento do mato alto) e no plantio. No meio, é o rio que faz o trabalho quando a cheia traz os sedimentos que adubam o solo. É por esta razão que estes agricultores não têm benfeitorias permanentes já que seu modo de vida se adapta aos ciclos da natureza, e assim o manifestavam na missiva à Eletronorte:

A Eletronorte deixou de indenizar centenas de nós, porque não temos casas e culturas permanentes nas vazantes. Isto é uma vergonha e um desprezo para nós brasileiros sermos tratados desta maneira. É de lamentar que a Eletronorte ignore nossa situação de vazanteiros exija culturas permanentes e casas, quando todos nós sabemos que na vazante não se pode realizar tais trabalhos pois de seis em seis meses a enchente vem, aduba a terra e devora tudo o que ficou plantado e construído. Será que os técnicos e pesquisadores não conhecem esta lei natural que acontece aqui no norte e aqui no grande Tocantins? (DOC. 1/1981, p. 1).

No caso dos Vazanteiros, a intervenção da Eletronorte sobre o rio Tocantins com a barragem, interfere na dinâmica produtiva estabelecida nele, limitando assim este tipo de agricultura. Aliás, se apresenta um conflito com os Vazanteiros pelos critérios adotados para realizar a indenização. Surge então a pergunta: é possível quantificar o valor da vazante em termos monetários

quando é provável que com a expropriação estes agricultores não só percam suas benfeitorias senão também seu *modus vivendi*? Este tipo de circunstâncias geradas pela Eletronorte nem sequer foram pensadas no planejamento da desapropriação, sendo os afetados os que começaram a expor publicamente o quadro da situação que estavam vivendo e a exigir respostas da empresa.

2.2 A conformação do Movimento de Atingidos pela Eletronorte

Todas estas manifestações, que mencionamos anteriormente, foram contribuindo a ter coletivamente uma percepção compartilhada da situação por parte dos moradores dos diferentes lugares da região afetada, mesmo assim, ainda eram manifestações espontâneas e isoladas que não contavam com uma organização maior que conseguisse construir uma pauta conjunta para poder negociar em melhores condições com a Eletronorte. É neste ponto que nos encontramos mais uma vez com a contribuição da Igreja através da CPT - Prelazia de Cametá que serviu denexo entre os atingidos de Tucuruí e outros povos afetados que passaram, ou que estavam passando, por uma situação similar em barragens como as de Sobradinho e Itaparica no nordeste construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). O caso da barragem de Sobradinho (nos municípios de Sobradinho e Casa Nova, estado da Bahia) foi emblemático e marcante, pois “o desalojamento dos trabalhadores rurais constituiu-se em violência e injustiça social, com os camponeses sendo expulsos de suas terras sem direito a quase nada, a não ser irrisórias indenizações” (BOMFIM, 1999). As obras para a formação do reservatório da barragem de Sobradinho começaram em junho de 1973. O represamento parcial das águas começa em dezembro de 1976 e finaliza em dezembro de 1977. Já em março de 1978 o Presidente Geisel inaugura a barragem. Para a formação do lago de Sobradinho foram inundados dezenas de povoados e desalojadas aproximadamente 60.000 pessoas, segundo dados oficiais (SIGAUD, 1986).

A experiência de Sobradinho teve uma influência direta na conscientização dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica,

também no rio São Francisco entre os estados de Bahia e Pernambuco. Segundo José Soares Novaes, membro do Sindicato de Itacuruba (próximo a Itaparica) na época, “a luta foi impulsionada, pois sabíamos do que aconteceu em Sobradinho, muitas pessoas tinham terra para trabalhar e foram morar em baixo da ponte, sem conseguir reassentamento, nem nada. [...] Claro que nós acreditávamos que o mesmo aconteceria conosco e isso incentivou bastante nossa luta” (SILVA E SILVA, 2015, p. 121). É aqui que aparece uma figura que será central na organização dos atingidos de Itaparica primeiro e de Tucuruí depois. Estamos falando da irmã Josefa Alves Lopes de Barros, natural de Alagoas, mais conhecida como Josefina ou Fina. Josefina era militante do movimento eclesial que atuava em Pernambuco e na Bahia que era liderado por padres da Igreja Católica como o Padre Alcides (na cidade de Paulo Afonso na Bahia) e o Padre Cristiano (em Petrolândia, Pernambuco). Estes padres eram a expressão da linha de ação chamada “Opção pelos Pobres” e estavam especificamente ligados a um determinado grupo dentro dessa escolha, a pedagogia crítica e libertadora de Paulo Freire (LEROY, 1991; RIBEIRO, 2008). Assim, Josefina começaria a realizar um trabalho de aplicação das ideias da Teologia da Libertação a partir do incentivo à formação de comunidades de base em Petrolândia (PE). Isso fez com que ela se chocasse diretamente com a orientação do Bispado de Pernambuco, à qual estava subordinada. Depois de uma série de desentendimentos entre ela e o pároco de Tacaratu (cidade do lado de Petrolândia), decorrente de seu trabalho junto à população local, ela seria afastada daquela diocese e mais tarde se desligaria da Igreja, para se dedicar à militância sindical (ARRUTI, 1996 pp. 274-275). É a partir dali que passa a ser assessora da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE) em Petrolândia e do Polo Sindical do Submédio São Francisco – PE/BA ajudando a organizar o movimento de atingidos pela barragem de Itaparica, junto com a Igreja e sindicatos como a CONTAG. Zé Rodrigues da Silva, presidente da FETAPE na época, lembra-se da importância da Josefina e do próprio sindicato na articulação do movimento de atingidos:

Foi um trabalho quase de catequese da FETAPE junto aos trabalhadores para conscientizá-los de que deveriam reagir quanto àquela situação e conseguir seus direitos através da organização para lutar pelos seus pleitos (...). Deslocamos pessoas da FETAPE

para estar na região semanas e semanas, durante o dia fazíamos visitas nas casas, articulando a reunião da noite com os trabalhadores para explicar o projeto da barragem e dizer o que aconteceria com a construção e como os trabalhadores poderiam se posicionar para que não ocorresse o que aconteceu em Sobradinho, onde as águas se encarregaram de desapropriar a todos. Conseguimos isso graças às lideranças da região e aos companheiros engajados. Compadre Euclides, *Josefina* que foi a responsável por nos notificar da situação que ocorria em Itaparica (SILVA e SILVA, 2015, p. 122-123. Grifos nossos.).

O Padre Geraldo Ildeo Franco era sacerdote numa paróquia pertencente à Prelazia de Cametá na Transamazônica. Por causa da situação que as populações estavam vivendo devido ao processo de desapropriação pelo enchimento do reservatório da UHE - Tucuruí, é que ele e outros religiosos, entre os que estava o Bispo de Cametá Dom Elias Chaves, em 1981 “são convidados para um Encontro Nacional promovido em Juazeiro, Bahia, pela Comissão Pastoral das Barragens da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A questão dos expropriados de Tucuruí é levada pelos religiosos ao Encontro e passa então a ser articulada com a questão nacional dos expropriados das hidrelétricas gigantes: a de São Francisco, Itaipu etc. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) passa a se interessar pelo problema.” (HÉBETTE, 2004, vol. III, p. 208). É nesse encontro que Josefa Alves Lopes conhece a este Padre e toma contato com a situação de Tucuruí. Segundo Raul do Couto¹⁸:

Então, nessa ida desse padre [Padre Ildeo Franco], no encontro da barragem, ele fez o pronunciamento dele, o que estava acontecendo lá no Tucuruí e a Josefa Alves, chamada Josefina que era assessora se não me engano de uma das federações de trabalhadores não sei se de Alagoas ou Pernambuco [era assessora da CONTAG e da FETAPE]. Ela disse “vou tirar as férias e vou até lá com vocês”. Foi assim que começou o movimento dos atingidos da barragem do Tucuruí. Ela chegou em Tucuruí e tomou pé da situação. Organizou primeiro um questionário, fez um levantamento socioeconômico [DOC. 1/1982]. (...) A partir daí começou a identificar os núcleos de existência ao longo de toda área que iria ser alagada dentro da cota de alagação. Foram fazendo reuniões, assembleias e constituindo comissões de atingidos de Itupiranga, de Breu Branco, Repartimento. E assim foi se constituindo umas quatro ou cinco comissões: Jacundá, Rio Moju, Repartimento junto com Breu Branco. Então, chegou uma hora, numa dessas reuniões em que começou a tentar construir uma pauta a partir do levantamento das demandas dos grandes problemas que surgiram com a implantação da barragem (COUTO, 2017).

¹⁸ Engenheiro agrônomo, ex-assessor do movimento pela CPT-Prelazia de Cametá.

Aida Maria da Silva¹⁹ também relatou como foi a chegada da Josefina a Tucuruí a partir do contato com o Padre Ildeo Franco na Bahia, e da e a importância dela para a organização das diferentes Comissões de Atingidos:

Esse padre [o Padre Ildeo Franco] lá na Bahia tomou conhecimento da experiência da luta que foi feita contra a barragem de Itaparica. Sobradinho e Itaparica. Lá, ele conheceu uma moça chamada Josefina. Ela era da CONTAG [também era assessora da FETAPE] e assessorou toda a luta dos atingidos da região de Itaparica. Itaparica era na divisa de Pernambuco com a Bahia. Ele convidou então a Josefina para ir em Tucuruí. A Josefina foi, teve uma primeira ida a Tucuruí e disse assim para ele “olha, nós temos que montar uma equipe”. Isso era no final de 81 (SILVA, 2017).

É com a chegada da Josefina, em novembro de 1981, que o movimento de atingidos pela barragem de Tucuruí começará a tomar forma incorporando as reivindicações das diferentes regiões conformando assim um movimento abrangente que contará também com uma equipe de assessoria permanente da CPT – Prelazia de Cametá, integrado por Aida Maria da Silva, o engenheiro agrônomo Raul Chucair do Couto e o advogado Felisberto Damasceno, além de contar com a assistência e ajuda da Josefina e o apoio de alguns STRs locais e da CONTAG. Veremos que aqui o acúmulo de experiências dos casos de Itaparica e Sobradinho, graças à incorporação da Josefina, ajudará aos atingidos a formular suas estratégias para enfrentar-se à Eletronorte.

Com esta nova assessoria, o movimento de expropriados começou a organizar-se principalmente em dois núcleos: Repartimento primeiro e Itupiranga depois. Assim, uma das primeiras ações que o movimento realizou no final do ano 1981, foi a elaboração de um primeiro documento de denúncias e reivindicações do povo de Repartimento e adjacências (DOC. 3/1981), que incluía aos moradores de um extenso trecho da rodovia Transamazônica (BR-230), às vilas de Breu Branco, Remansão do Centro, Rocinha, Jatobal, Vicinal 161 e a área da Funai-Pucuruí. Este documento será a base de outros que virão depois. Os moradores denunciam aqui que estão sendo atingidos por atos irregulares e arbitrários na indenização e relocação promovida pela Eletronorte, acompanhada do descaso por parte do GETAT, que como sabido, é um dos órgãos oficiais –militarizado– de gestão dos problemas fundiários da

¹⁹ Ex-assessora do Movimento pela CPT-Prelazia de Cametá.

região²⁰. Deste modo, eles denunciam os seguintes fatos a partir do levantamento feito pela Eletronorte a partir de 1978:

- É lembrado que lhes foi prometida uma nova vila que seria construída pela empresa e que contaria com a infraestrutura necessária: água, luz, rede de esgoto, estradas, casas e ajuda inicial para recomeçar na nova área.
- Qualquer benfeitoria feita depois do levantamento realizado em 1978 e 1979 não seriam indenizadas, assim como qualquer melhoramento feito nas casas.
- Vários colonos foram proibidos de plantar a partir de 1978 e 1979, através do Termo de Embargo fornecido pelo GETAT, e afirmam que em 1981 receberam uma carta da Eletronorte comunicando que a área onde se situam esses lotes não será mais atingida pelas águas do reservatório. Por causa disso, denunciam que perderam três anos de produção.
- O módulo rural, de acordo com o Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30-11-1964, é fixado para a região em lotes de 100 hectares ou 21 alqueires. A Eletronorte e o GETAT oferecem lotes de 25 hectares ou 5 alqueires. Além disto, quando entregam os lotes, estes não são demarcados nem titulados.
- As terras oferecidas para a realocação estão em uma região, Mojú, com condições adversas àquelas que os colonos encontram nos seus atuais lotes: sem estradas de acesso, longe dos centros populacionais e, sobretudo, terra pobre e com dificuldades de conseguir água, além do alto índice de malária. (DOC. 3/1981).

Sendo estas as denúncias manifestadas pelos moradores da área, eles apresentam, em continuação, às autoridades, suas reivindicações:

- Que a nova Vila seja construída no entroncamento da BR 422 (Nova Transamazônica) com a BR 230, no km 177; e que tenha toda a infraestrutura necessária: água, luz, saneamento, posto médico, etc.
- Casas para todos os moradores que sejam construídas em igual ou melhores condições que as atuais.
- Que os lotes rurais sejam distribuídos de acordo com a Lei 4.504, entregues aos colonos cercados e titulados. Que estes lotes se encontrem nas proximidades da localização da nova vila proposta pelos moradores (BR 422 e BR 230).
- Revisão e reavaliação dos processos de indenização de acordo com a tabela de valores elaborada pelos moradores.

²⁰ No final da década de 1970, há uma intensificação do crescimento demográfico na região sul e sudeste do Pará, tendo como principal impulsionador a possibilidade da posse da terra, ocasionando diversos conflitos na região. Os órgãos do governo federal ligados à posse da terra, principalmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possuíam dificuldades em resolver os conflitos gerados pela luta de terra existente na região. [...] Devido aos conflitos existentes na região sul e sudeste do Pará, o governo ditatorial publicou o decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980 (BRASIL, 1980), que criou o GETAT, vinculado à Secretária-geral do Conselho de Segurança Nacional. O GETAT passou a assumir as funções do INCRA, relacionadas ao processo de regularização e reordenamento fundiário, na área localizada entre o sudeste do estado do Pará, o norte do estado de Goiás (hoje Tocantins) e o oeste do Maranhão. Nesse sentido, o GETAT foi designado a resolver os conflitos gerados pela posse da terra em locais que o INCRA não estava conseguindo ter êxito (CORRÊA, 2016, p. 16-17).

- Indenização dos prejuízos ocasionados pelos três anos sem plantar. (DOC. 3/1981).

Este documento de denúncias e reivindicações foi encaminhado aos Presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, assim como às seguintes autoridades governamentais: Ministro de Minas e Energias, Ministro do Interior, Ministro de Justiça, Governador do Pará e ao Presidente da República. Segundo os próprios moradores com este documento só conseguiram ter algumas reuniões com a Eletronorte das quais só obtiveram algumas promessas verbais, sem garantia alguma de serem elas cumpridas. É por isso que fizeram outro documento em maio de 1982 (DOC. 2/1982) no qual, além de manter as reivindicações anteriores, acrescentaram algumas demandas complementares que atendiam aos pedidos dos moradores de Breu Branco e outras vilas. Concretamente exigiam que a nova Vila de Breu Branco fosse construída no lugar chamado “Área da Aeronáutica”, perto do porto da balsa, à margem da rodovia PA 263. Com base nisso, e para contemplar possíveis demandas de outros moradores, exigiram da Eletronorte que as demais vilas a serem relocadas fossem consultadas sobre o lugar de realocação.

Já em Itupiranga, foi realizada a começos de 1982 uma pesquisa (DOC. 1/1982) que pretendia fazer uma caracterização da população afetada naquela área. O objetivo dela era demonstrar à Eletronorte que as indenizações que deram aos camponeses desta região eram irrisórias ao mesmo tempo em que se visava comprovar que eles antes da barragem conseguiam viver da terra com autonomia e que por causa da barragem estavam por perder isso.

O questionário da enquete foi feito a 329 atingidos de Itupiranga e nos mostra que a maioria deles era agricultor de vazante, (142 pessoas). Quase a metade deles, 146, não tinha documento de sua posse. Em relação à produção, a pesquisa revelou que era muito variada: estes agricultores produziam: feijão, melancia, milho, abóboras, tomate, macaúba, pimenta do reino, jerimum, pepino, coco-babaçú, condessa, maxixe, quiabo, cana, laranja, banana, inhame, melão, macaxeira, mandioca, tangerina, pimentão, amendoim, abacate, murici, algodão, capim, animais domésticos, carambola, jambo, graviola, castanha, limabacaba, açaí, carvão, berinjela, ameixa, goiaba, tamarina, beribá, jenipapo, pitomba, etc. A ideia de descrever detalhadamente a sua produção era a de mostrar para a Eletronorte a riqueza que eles

possuíam exaltando o valor positivo de seu modo de vida. Justamente, a maior parte deles revelou estar satisfeito com sua vazante (286 pessoas) afirmando que com ela tiravam o produto para manter a sua família (245 pessoas). Boa parte destes camponeses não tinha sido indenizado na época (156 pessoas), e os que foram, haviam recebido dinheiro da Eletronorte. É interessante ressaltar que em geral eles não queriam dinheiro como compensação (só 4 responderam que pretendiam dinheiro) e sim terra (154 pessoas). Quando foram questionados sobre se achavam justa a indenização recebida uma parte significativa respondeu negativamente (259 pessoas) e só uma pessoa afirmou que a indenização foi justa. O resto não quis responder. No final do documento foram coletadas várias respostas curtas dos camponeses sobre a sua situação de atingidos pela Eletronorte que dão conta da realidade que estavam vivendo à época:

'O dinheiro que deu não vale nada'; 'antes com o sítio e vazante eu vivia bem, agora estou triste'; 'vivo nas casas alheias sem rumo'; 'não deu para comprar outro lugar e não tenho para onde ir, sinto-me humilhado e desorientado, não tenho coragem de enfrentar nova vida'; 'fui pego de surpresa e agora está difícil de criar a família'; 'perdi casa e terra'; 'lutei 50 anos para depois de velha não poder colher os frutos que plantei'; 'eu estou vendo as águas chegar e não tenho para onde ir e nem dinheiro para nada e nem nada posso fazer com o governo brasileiro'; 'corri de um lugar por não ter direito a trabalhar, saí mendigando, ao chegar no novo lugar, continuei a trabalhar, com o passar de dois anos veio a Eletronorte, então tive que sair novamente, implorei a Deus, será que nunca vou ter um lugar para que possa progredir?' (DOC 1/1982, pp. 8-9).

Feitas estas ações em Repartimento e Itupiranga, e em vista de que a Eletronorte não dava respostas satisfatórias aos atingidos, os moradores destes locais voltam a elaborar novos documentos exigindo que suas reivindicações sejam atendidas, mas a partir daqui começam a utilizar outras estratégias para interpelar a empresa. Como em diversas oportunidades foram encaminhados documentos nos quais se explicava a situação dos atingidos, enfatizando-se a responsabilidade da Eletronorte e o GETAT nas irregularidades acontecidas no processo de deslocamento compulsório, e ao mesmo tempo detalhando as reivindicações e propostas para solucionar estes problemas, constatamos que sempre a empresa ignorava estes reclamos, outorgando no máximo uma reunião na qual eram feitas promessas verbais. Diante desta situação que se repete no tempo, os moradores começaram então a acionar a memória de curto prazo do processo como uma forma de

intervenção política, sob a forma de histórico do conflito, detalhando os passos dados por eles, assim como os momentos em que a empresa manifestou seu descaso diante dos reclamos apresentados. Esta indiferença, registrada sob a forma de histórico, passou a configurar-se como uma denúncia em si, buscando assim pressionar à empresa, ao mesmo tempo em que dava um panorama da situação às autoridades governamentais que recebiam o documento. O histórico passou a ser assim uma estratégia político-discursiva que visava outorgar legitimidade ao reclamo e que dava conta das injustiças que os moradores estavam sofrendo. Desta forma os documentos anteriores adquirem um novo valor à luz dos fatos do presente e são novamente acionados pelo movimento com um novo sentido estratégico.

Assim, os moradores de Itupiranga em junho de 1982 encaminham um novo documento (DOC. 5/1982) à empresa que começa com um detalhado histórico das ações feitas anteriormente. Primeiramente mencionam a carta enviada em 09-01-1980 (DOC.1/1980) na qual, como vimos, perguntavam: “Quando vamos ser indenizados? Quanto vamos ganhar? Onde estão os outros lotes que vamos ganhar? Que diga logo quem vai ser indenizado e quem não vai ser? Que dê uma única orientação e que mande calar os seus funcionários que só provocam confusão?” (p. 3). Denunciam que nenhuma destas questões foi respondida, e que a partir daí as coisas foram piorando para eles e que conseqüentemente sua revolta foi aumentando. Logo relatam que lançaram em 02-11-1981 o “Documento dos Vazanteiros de Itupiranga” (DOC. 1/1981) no qual denunciaram a pobre indenização recebida. Novamente mencionam que não houve nenhuma manifestação por parte da empresa. Em seguida, falam sobre o levantamento feito por eles sobre a situação das famílias atingidas que levou por título “Tentativa de Humanizar a Eletronorte” (DOC. 1/1982) disponibilizando os dados da pesquisa para a Eletronorte, apontando que ninguém se manifestou.

Já por fora dos documentos publicados, fazem menção a uma assembleia realizada em Itupiranga, no dia 12 de junho de 1982 na qual estiveram presentes uns 400 atingidos que tomaram a decisão seguinte: “Nós não vamos sair do lugar onde estamos, onde moramos, até que seja realizada a seguinte proposta:

- Terra em troca da terra que temos, exigindo que seja cumprida a Lei 4.504 que diz que o módulo para os pequenos agricultores da Amazônia é de 21 alqueires com título de propriedade.
- Indenizações pelas benfeitorias e pelo tempo proibido de plantar, respeitando o preço estabelecido pelos moradores.
- Casa por casa e infraestrutura adequada nos locais destinados à relocação: água, estradas, escolas, posto médico, igrejas, etc.
- Assistência durante os primeiros seis meses de relocação” (DOC. 5/1982, p. 2).

Feitas as propostas, deram um prazo de 30 dias para que começassem os trabalhos demandados e advertiram que se a Eletronorte e o governo não tomassem as devidas providencias se veriam obrigados a apelar a outros caminhos de ação. Finalmente manifestavam o desejo de que as autoridades competentes fossem capazes de ouvir a voz do povo.

Depois do encaminhamento deste documento, e tendo em consideração que não houve respostas por parte da empresa, é elaborado um novo documento de reivindicações (DOC. 6/1982), que mesmo sendo similar ao anterior, apresenta uma novidade. Até o momento os moradores de Itupiranga e Repartimento e adjacências, enviaram documentos de denúncias e reivindicações, os quais apesar de contar com a mesma equipe de assessoria eram redigidos e despachados de forma separada. Neste novo documento de agosto de 1982, que apresenta a mesma estratégia de histórico do conflito detalhada anteriormente, as denúncias e reivindicações serão elaboradas de forma conjunta. Aparece aqui a primeira junção documentada das demandas dos povoados pertencentes à área do reservatório, sendo narrados os fatos acontecidos em Itupiranga e Repartimento num mesmo material. Consideramos que esta não é uma apreciação menor, mas que responde a uma ampliação da estratégia do movimento que apresenta os fatos e as injustiças sofridas até agora como parte de um mesmo processo, o que dá mais força ao reclamo e contribui à unidade do grupo. Ao longo do desenvolvimento do conflito, desde as primeiras manifestações isoladas até este ponto, vemos que foi se dando paulatinamente um processo de conscientização dos povoados que se expressa na conformação das distintas comissões e na elaboração das pautas a partir das quais interpelaram à Eletronorte. É um lento amadurecimento político que passa da revolta individual até a compreensão de uma realidade que é mais abrangente e complexa e que afeta a outros similares, o que vai contribuindo para a elaboração de uma

identidade grupal do atingido que o motiva a se agrupar com seus pares para passar a uma ação conjunta. Em acordo com Bourdieu:

É através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de di-visão e, de modo mais amplo, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as visões do mundo e as divisões políticas. O trabalho político de representação (nas palavras ou nas teorias, mas, igualmente, nas manifestações, nas cerimônias ou em qualquer outra forma de simbolização das divisões ou das oposições) incute na objetividade de um discurso público ou de uma prática exemplar uma maneira de ver e de viver o mundo social até então relegada ao estado de disposição prática ou de experiência tácita e frequentemente confusa (mal-estar, revolta etc.). Esse mesmo trabalho permite aos agentes descobrirem propriedades comuns para além da diversidade das situações particulares que isolam, dividem, desmobilizam, construindo sua identidade social com base em traços ou experiências que poderiam parecer incomparáveis, na falta do princípio de pertinência adequado para constituí-los como indícios de pertença a uma mesma classe (BOURDIEU, 2008, p. 119-120).

Os fatos acontecidos e registrados pelas diferentes comissões e grupos da região em distintos momentos, são colocados juntos, e se transformam num discurso só, o que faz também com que os distintos grupos comecem a tornar-se um grupo só, cuja identidade e princípio de pertinência comum, se correspondem à do ser atingido pela Eletronorte. Veremos que esta tendência ao reagrupamento dos diferentes atingidos irá aumentando, fazendo com que o próprio movimento evolua e cresça, desenvolvendo novos tipos de ação que detalharemos mais adiante.

Voltando ao documento de agosto de 1982 vemos que começa especificando todos os povoados atingidos de Repartimento, Itupiranga, Jacundá e adjacências, que se manifestam, advertindo que desta vez: “*Vimos de forma conjunta* expressar nossa indignação diante do não atendimento de nossas denúncias e reivindicações, as quais temos, sistematicamente, levado ao conhecimento da Eletronorte e altas autoridades dos governos Federal e Estadual” (DOC. 6/1982, p. 1. Grifos nossos.). A partir daí, lembram as diversas oportunidades em que se manifestaram procurando uma solução aos seus problemas reconstruindo o processo vivido por eles através dos registros do movimento. Assim, remetem novamente ao documento do 09-01-1980 (DOC. 1/1980) da população de Itupiranga no qual se questionavam: “Quando vamos ser indenizados? Quanto vamos ganhar? Onde estão os outros lotes que vamos ganhar? Que diga logo quem vai ser indenizado e quem não vai ser?”

Que dê uma única orientação e que mande calar os seus funcionários que só provocam confusão” (DOC. 6/1982, p. 1). Depois passam para julho de 1980, onde os desapropriados de Repartimento elaboraram um abaixo assinado endereçado à Eletronorte, ao governo do Estado e à Prefeitura de Tucuruí, exigindo a construção da nova Vila de Repartimento (DOC. 2/1980). Continuam em seguida, com o documento dos “Vazanteiros de Itupiranga” (Doc. 1/1981) que como vimos manifestava o descontentamento dos vazanteiros com as pobres indenizações recebidas. Mais adiante recordam a assembleia do 12-12-1981 realizada em Repartimento na qual foi aprovado o documento denominado “Documento de denúncia e reivindicações da população de Repartimento e adjacências” (DOC. 2/1982) que foi encaminhado à Eletronorte e autoridades governamentais. Aparece posteriormente o levantamento realizado em Itupiranga no documento publicado em fevereiro de 1982 intitulado “Tentativa de humanizar a Eletronorte” (DOC. 1/1982). Finalmente, fazem referência ao documento publicado pelos moradores de Repartimento em maio de 1982 onde reiteravam as reivindicações desta população e incorporavam as de Breu Branco (DOC. 2/1982).

Depois de fazer este recorrido histórico das manifestações de denúncia e reivindicações dos moradores da área do reservatório, diante das quais não receberam uma resposta satisfatória por parte da Eletronorte, nem das autoridades e órgãos como o GETAT, é que exigem deles o seguinte:

- *Atender as nossas reivindicações expressas em nossos documentos* e encaminhá-las por nossas entidades de classe (delegacias sindicais e Contag), comissões representativas e sindicato.
- Responder as nossas denúncias de forma condizente com a verdade dos fatos acontecidos em nosso meio, claramente injustos perante o juízo do povo atingido e não com conjecturas sobre possíveis correções técnicas dos processos indenizatórios e relocação.

Feitas as denúncias, manifestam finalmente, e de forma conjunta, a disposição de:

- *Reafirmar o conteúdo dos documentos anteriormente emitidos.*
- Exigir a apuração das diversas denúncias feitas.
- *Sustentar todas as reivindicações anteriormente encaminhadas.* (DOC. 6/1982, p. 3. Grifos nossos.).

Fecham o documento esperando que as suas solicitações sejam atendidas dando prazo até o dia 5 de setembro de 1982 para que não os ‘forcem’ a tomar outras atitudes.

2.2.1 O primeiro acampamento dos atingidos

Podemos considerar o primeiro acampamento dos moradores da área do reservatório como a primeira grande ação conjunta do movimento. Tínhamos como antecedente o documento analisado anteriormente como a primeira manifestação de um movimento unificado que tinha congregado as suas pautas e que, portanto, incorporava os fatos acontecidos dentro de uma mesma narrativa. Dessa primeira junção, à qual não houve respostas por parte da Eletronorte, surgiu a primeira ação de mobilização de massa no espaço público por parte do Movimento que foi o primeiro acampamento realizado no pátio do escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI) da Eletronorte na cidade de Tucuruí em setembro de 1982. A imprensa belenense da época relatou como foi a gestação desse primeiro acampamento

Persistindo em suas reivindicações de cobrança as promessas feitas pela empresa, os agricultores enviaram novos memorandos à Eletronorte, e prepararam uma delegação da localidade de Repartimento, recebendo em resposta, desta feita, apenas o silêncio. Cansados de esperar, resolveram enviar um último documento no qual davam um prazo até o sábado, dia 4 [era no dia 5 segundo o documento], para que a empresa se manifestasse. Não tiveram resposta e, em reunião no sábado, decidiram acampar em frente ao escritório de indenizações da Eletronorte, em Tucuruí (REIS, 1984, p. 40-41).

Desta forma, uns 400 lavradores vindos de todas as vilas atingidas chegaram em caminhões a Tucuruí e ocuparam o pátio do SPI da Eletronorte no dia 8 de setembro de 1982. Ficariam ali até conseguir uma reunião com a Eletronorte para resolver todas as questões que até o momento haviam sido ignoradas pela empresa. A Eletronorte finalmente concedeu uma reunião com os lavradores para o dia 10 de setembro, da qual saiu uma ata histórica para o movimento, pois conseguiram nessa negociação o comprometimento por escrito da empresa de resolver várias das demandas dos atingidos. Dois documentos dão conta deste processo. Por um lado, a ata daquela negociação,

e por outro, uma revista elaborada pelo próprio movimento que discorre sobre os fatos acontecidos durante o acampamento, a revista ARCA.

Começaremos analisando a ata da negociação (DOC. 10/1982). No dia 10 de setembro de 1982 se celebrou no escritório do SPI da Eletronorte uma reunião entre as comissões de atingidos e a empresa. Cada comissão escolheu seus representantes para participar da reunião, definindo também as pautas que iriam a ser negociadas. Assim naquela reunião foram expostas as reivindicações de três comissões de atingidos: a Comissão de Repartimento e da Transamazônica, a Comissão dos Remanejados para o loteamento Rio Mojú, e a Comissão dos Expropriados de Itupiranga. Além dos atingidos, estiveram presentes os assessores do movimento: Josefa Alves Lopes (CONTAG), Raul Chucair do Couto (Prelazia de Cametá), Felisberto Damasceno (Prelazia de Cametá) e Aida Maria da Silva (Prelazia de Cametá). Pelo lado da empresa, esteve o Diretor da mesma na época, Aldair Teixeira Duarte e vários assessores. Também estiveram presentes, pelo Estado, membros do GETAT e do ITERPA.

Os expropriados de Repartimento levaram 4 pontos a serem negociados: 1- Construção de casas para os atingidos; 2- Lotes de 21 alqueires; 3- revisão das indenizações; e 4- pagamento pelo tempo em que foram proibidos de plantar. Em relação ao primeiro ponto, o Diretor da Eletronorte explicou para os expropriados que a política adotada pela empresa não prevê a construção de casas, mas apenas uma ajuda de construção. Mas sugeriu que poderiam formular uma reivindicação por escrito à empresa através da CONTAG, de forma tal que essa reivindicação fosse submetida à apreciação nos escalões de decisão superior da empresa. Dessa forma, se a empresa, após um exame dessa reivindicação, resolvesse alterar a política atual de relocações, e decidisse que deveriam ser construídas casas, construiria as casas para os expropriados. Quanto à reivindicação dos lotes de 21 alqueires, o chefe da Unidade Executiva do GETAT informou que este órgão tinha como política a entrega de lotes de 10 alqueires para a região, porque não havia muita terra disponível na área segundo eles. Mas explicaram que se existir terra não ocupada, poderão ganhar até dois lotes de 10 alqueires. Mesmo assim, os colonos decidiram manter esta reivindicação dos lotes de 21 alqueires para todos os lavradores, inclusive os que já tinham um lote de 10

alqueires, para os quais pediam uma ampliação dos mesmos. Com referência à reivindicação de revisão das indenizações, o diretor da Eletronorte se posicionou no sentido de que, quem quisesse rever seu processo de indenização, poderia requerer que o mesmo fosse verificado e na ocorrência de injustiças, tais situações fossem corrigidas. Finalmente, com relação à reivindicação dos prejuízos pelo tempo proibido de plantar, a empresa manifestou que ela nunca proibiu os colonos de plantarem cultivos de ciclo curto. Mesmo assim a empresa se comprometeu a examinar caso por caso, com a finalidade de fazer uma suplementação indenizatória.

Já os relocados de Mojú apresentaram os seguintes pontos para a negociação: 1- abertura de poços, 2- abertura de vicinais, 3- abertura de picadas divisórias de terrenos confinantes, 4- construção da vila de Mojú, 5- documento definitivo das casas. Em relação ao primeiro ponto, como foram os próprios colonos os que fizeram este trabalho, a empresa se comprometeu a realizar o pagamento a eles. Quanto à abertura das vicinais, o diretor da empresa informou que os trabalhos estão sendo feitos. Em referência às picadas, a Eletronorte se comprometeu a mandar uns topógrafos para fazer estes serviços. Com respeito à construção da vila de Mojú, a Eletronorte manifestou que com a construção da infraestrutura da nova vila de Breu Branco, não tinha condições de fazer outra vila no loteamento Rio Mojú. Finalmente em relação aos documentos das casas, o advogado da Eletronorte informou que a questão está sendo tratada.

Por fim, os expropriados de Itupiranga apresentaram dois pontos para a negociação: 1- Reivindicaram que sejam relocados para outros lotes fora do reservatório, e 2- manifestaram a preocupação com a possível existência de pessoas na área do reservatório ainda não cadastradas nem indenizadas. Com respeito ao primeiro ponto, a Eletronorte se comprometeu em resolver esta petição. Em relação ao segundo ponto, o SPI de Tucuruí se empenhou em examinar cada caso, para identificar quem está no perímetro do reservatório e quem não, cadastrando e indenizando segundo seja o caso.

O interessante desta reunião é que os atingidos conseguiram, além da negociação, um comprometimento por escrito de parte da empresa. A partir de esse momento, este documento (e todos os que virão depois) passa a ter um valor estratégico que será acionado em diferentes oportunidades. É neste

sentido que os movimentos fazem um uso da memória, manifestada no documento obtido, como elemento probatório para pressionar à Eletronorte toda vez que ela não cumprisse com o pautado. De acordo com Aida Maria da Silva, que participou em muitas dessas reuniões com a Eletronorte, o movimento buscava ficar com uma ata da reunião:

Com o objetivo de ter algo na mão para poder cobrar da Eletronorte. Porque não existia uma relação de confiança. Então como é que tu terminas uma rodada de negociação com eles? Tu termina com documento assinado, com o compromisso assinado (SILVA, 2017).

Mas a memória manifestada nas atas de reunião com a Eletronorte servia também como um atestado para o próprio movimento que podia acompanhar, graças a este material, a forma em que estavam sendo encaminhadas as negociações com a empresa e, a partir dali, elaborar novas estratégias de intervenção política:

Elas eram um relato da reunião, da assembleia, era anotado aquilo que era debatido, as decisões que eram tomadas, e ela tinha como objetivo não só guardar a memória daquelas negociações, daqueles processos, mas também informar à população sobre o que vinha acontecendo, principalmente à população a montante que ela já vinha num processo de mobilização. E então esses relatórios, essa memória, era pra acompanhar, como é que a coisa estava acontecendo, aquilo que estava sendo negociado, aquilo que foi acordado, aquilo que não houve acordo, os passos da luta (SILVA, 2017).

É por isso que, além da ata daquela reunião, o movimento elaborou outro material que documentou tudo o que foi vivido por eles durante esse primeiro acampamento. Estamos falando da revista “Arca dos moradores da área do reservatório da barragem de Tucuruí” (DOC. 17/1982) que foi uma publicação do movimento na qual foi registrada a memória dessa primeira etapa de luta, desde a organização das primeiras comissões até o acampamento. Segundo o Raul Couto, que foi um dos encarregados de fazer os desenhos da revista, com ela:

A gente alimentava pra dentro e pra fora. Alimentava a própria sociedade lá, era uma forma de devolver pra eles, pra eles enxergarem aquilo que eles (UHE) estavam fazendo e pelo o que eles estavam lutando, até onde chegaram, o que tinha pela frente. Eles valorizarem a ação deles. Tinha esse valor pra eles. E tem pra fora, né. Fora no sentido de comunicar a imprensa, comunicar a sociedade como um todo de uma coisa que tava acontecendo lá no interior do Pará (COUTO, 2017).

É justamente uma devolução para a comunidade que visa valorizar a luta que eles estão realizando contra a Eletronorte. Ao mesmo tempo o material

contribui a pautar de maneira sintética os pontos de referência da identidade recente daqueles camponeses, destacando quais são as reivindicações principais, apresentando uma cronologia com os fatos históricos do movimento, mostrando a repercussão das ações deles na mídia e publicizando a ata da negociação com a empresa. O próprio nome do dossiê é muito simbólico, pois vemos que o movimento se apresenta como uma “arca” que vai conter ao povo quando as águas do reservatório subirem, impedindo assim que se afundem.

Já analisando o conteúdo do documento vemos que na capa ele apresenta os quatro pontos fundamentais que os camponeses reivindicam:

1- Terra por terra. Que a Eletronorte distribua lotes de 21 alqueires para os camponeses nos locais escolhidos por eles. 2- Casa por casa, Vila por Vila. Que a Eletronorte construa novas vilas com casas melhores ou iguais as anteriores. 3- Indenização justa. Que os processos de indenização sejam revistos e reavaliados de acordo com a tabela de valores feita pelos trabalhadores. 4- Recuperação dos prejuízos. Que sejam indenizados os prejuízos dos anos parados de plantar (DOC. 17/1982, p. 1).

Depois, são apresentados os objetivos do material: “este boletim nasceu da necessidade de auxiliar as organizações dos trabalhadores rurais, agricultores e moradores em geral da área do futuro reservatório de Tucuruí, no sentido de documentar e divulgar os fatos da história mais recente da luta desta população” (DOC. 17/1982, p. 2). Mais na frente apresentam uma cronologia com os diferentes eventos que foram marcantes para a conformação do movimento. Aqui se manifesta novamente a junção mostrada no documento 6/1982, entre os movimentos de Repartimento e Itupiranga, só que desta vez é feito num documento de divulgação, apresentando assim para o público geral as datas marcantes na conformação do movimento dos lavradores. É acionado mais uma vez um mecanismo que procura colocar dentro de uma mesma narrativa os fatos vividos pelos diferentes povoados. Logo serão narrados detalhadamente os fatos acontecidos durante o acampamento no SPI de Tucuruí, acompanhando aos textos diferentes imagens que dão conta dos episódios daqueles dias, mostrando as passeatas, as faixas, as assembleias, as barracas montadas no pátio, etc. Mais adiante, manifestam a alegria dos trabalhadores ao terem conseguido o documento com o compromisso da Eletronorte de atender suas reivindicações:

Ao dar uma hora da madrugada, a comissão, finalmente, sai do escritório com a Ata da reunião. Cada membro com uma cópia na

mão. A pequena multidão que esperava do lado de fora se reúne imediatamente decidindo deixar para debater os resultados contidos na Ata, e os rumos do movimento, para a parte da manhã. Em seguida, todos se dão as mãos formando uma grande roda. A longa espera termina com um ato ecumênico espontâneo aonde as pessoas ali presentes indistintamente do credo, agradecem a Deus pelos resultados alcançados na luta. A unidade e a firmeza dos trabalhadores foram mais fortes que as provocações, mais fortes que o cansaço da espera. Agora todos podem dormir sossegados (DOC. 17/1982, p. 16).

Já na parte final do boletim são anexados alguns documentos, incluindo a ata de negociação para que todos os lavradores possam conferir o que foi negociado. Também nos encontramos com um documento interessante no qual o movimento fala para a população de Tucuruí explicando as razões pelas quais eles fizeram aquela intervenção no espaço público no intuito de ganhar o apoio deles. Assim, eles explicam que a Eletronorte entregou para eles lotes menores aos que tinham e que a indenização que receberam não cobre os prejuízos causados pela desapropriação, ao mesmo tempo em que sempre se negou a negociar com eles e por isso eles se encontram acampados naquele lugar. Por fim, são compartilhadas todas as matérias que saíram na imprensa falando do conflito naqueles dias.

Logo após essa primeira negociação entre a Eletronorte e o Movimento de atingidos, será aberto um canal de diálogo entre ambas as partes que passará por momentos de entendimento e conciliação, e por outros de tensão e desacordo. Assim, no dia 2 de dezembro houve uma nova reunião (DOC. 22/1982) na qual a Eletronorte informou à comissão o estado dos trabalhos em relação aos poços, às vicinais e às pontes de Mojú que, segundo eles, se encontravam em andamento. Em relação ao levantamento dos moradores de Itupiranga, a comissão tinha entregado uma lista com o nome dos moradores para saber quem seria atingido e quem não enquanto que a empresa ainda não tinha dado uma resposta. Foi por isso que ficou acertado uma visita de um membro da empresa junto com os membros da comissão para ir até Itupiranga para identificar os locais de moradia das pessoas para assim classificar quem está e quem não está dentro da área de inundação. Em relação aos lotes de 21 alqueires, o diretor da Eletronorte se comprometeu em levar essa reivindicação às autoridades de Brasília. Com respeito às casas, os representantes da Eletronorte mantiveram a posição de não construir casas, oferecendo ajuda para a construção. Já no que diz respeito às indenizações à Eletronorte se

manteve também na postura de não abrir mão da tabela de preços elaborada por ela. Finalmente, foi discutida questão do prejuízo pelo tempo proibido de plantar, ficando acertado que a proposta do pagamento de 1 a 6 salários mínimos mensais, pelo tempo sem plantar seria levada também às autoridades de Brasília.

A comissão não ficou muito satisfeita com esta reunião, pois não se avançou muito em alguns temas que os atingidos consideravam fundamentais. Desta forma, manifestaram que assim como a Eletronorte não quer abrir mão das suas políticas, os atingidos então não abrirão mão das suas, mantendo as mesmas reivindicações que podem ser resumidas assim: terra por terra, casa por casa, revisão das indenizações e da tabela, e recuperação dos prejuízos.

2.2.2 Criação da Comissão Mista e Balanço das primeiras ações do Movimento

Depois do intenso ano de 1982, os atingidos abriram o ano de 1983 com uma reunião com a Eletronorte no dia 25 de janeiro (DOC. 2/1983). O objetivo dela era debater questões que faziam referência à relocação de velho Repartimento e adjacências, de modo que se decidiu constituir uma comissão “mista” com a finalidade de agilizar o processo de relocação. Essa comissão estaria integrada por um representante do SPI-TUC, um representante da R-TUC, um representante do GETAT, outro da Prefeitura e três representantes dos relocandos. As atribuições principais de dita comissão seriam as seguintes: 1- indicar nomes para a distribuição dos lotes urbanos de Novo Repartimento. 2- elaborar um projeto padrão de casas de baixo custo. 3- propor métodos de administração dos recursos pagos pela Eletronorte²¹.

Em fevereiro de 1983 o Movimento vai realizar uma grande reunião de todas as comissões (17 a 20 de fevereiro) para avaliar os passos dados até o momento e propor alternativas para continuar com a luta. Josefa Alves (Josefina) tirava as seguintes conclusões do caminho trilhado até o momento:

Percebe-se que houve avanços consideráveis na luta durante o ano 82; várias vitórias, marcando assim, os passos fundamentais da luta. Podemos ver pelo relatório [se refere ao relatório do encontro, DOC.

²¹ É importante aclarar que a Eletronorte não estava cumprindo com isto a reivindicação da construção de casas exigidas pelo movimento, senão que através desta comissão mista se procurava administrar os recursos dados pela empresa para tal fim.

7/1983] que a organização dos colonos que até meados de 1982 se resumia em Repartimento, hoje a organização dos trabalhadores em grupos e comissões atinge os 4 municípios: Tucuuruí, Itupiranga, Moju e Jacundá (DOC. 6/1983, p. 1).

Já o próprio movimento considerou que as mobilizações, como o acampamento e os atos públicos, fortaleceram a luta; percebendo como uma conquista importante a ata de negociação com a Eletronorte, pois graças a ela se pode exigir o que ficou decidido com o acampamento (DOC. 7/1983). Esta reflexão é um exemplo bem explícito da importância que o movimento dá à memória do processo, e de como a utiliza como parte integral das suas estratégias de luta. Outras vitórias recentes citadas por eles no encontro foram: o mapa das novas vilas e a terraplenagem de Novo Repartimento; a construção dos poços e a abertura de vicinais no Mojú; a divisão dos lotes; e por último, a construção das casas em Novo Repartimento com a intervenção da Comissão Mista. Em relação a essa Comissão, foram decididos na reunião os membros do movimento que fariam parte dela. Os nomes escolhidos pelo movimento foram: Joaquim de Souza Veiga e Raimundo Temistocles, pela Comissão de Repartimento; e Raimundo Saint Clair Pereira, pela Comissão de Itupiranga. Além destes representantes das Comissões, foram indicados dois membros do STR, um de Tucuuruí e o outro de Jacundá.

Produto daquele encontro, as Comissões de Expropriados encaminham um ofício à Eletronorte no dia 22 de fevereiro (DOC. 8/1983) no qual exigem o cumprimento imediato de duas reivindicações: por uma parte, os expropriados reclamam uma resposta da empresa em relação à suplementação da indenização pelo tempo proibido de plantar, que como tínhamos especificado em documentos anteriores, era de 1 a 6 salários mínimos mensais regionais. Por outro lado, demandam uma resolução da questão das áreas a serem desapropriadas por Interesse Social. Os colonos querem saber se vão contar com estas terras ou não. Também comunicam à empresa os integrantes escolhidos para a Comissão Mista, encaminhando em anexo uma proposta para a construção das casas em Novo Repartimento, além de indicar as terras onde pretendem assentar os lotes dos lavradores. Finalmente, pedem à Eletronorte uma reunião para o dia 2 de março de 1983.

2.2.3 O segundo acampamento dos expropriados

O tempo foi passando e o ofício de fevereiro não era respondido pela Eletronorte. Isto motivou que um grupo de moradores de Mojú decidiram acampar novamente no pátio do SPI, a princípios de abril de 1983, exigindo um pronunciamento da Eletronorte em relação às reivindicações ainda não atendidas. É importante destacar que este acampamento no começo não foi produto de uma decisão conjunta da Comissão de Expropriados, como se manifesta na carta à Eletronorte do dia 10 de abril (DOC. 10/1983). Por esta razão é que a Comissão pede uma reunião com a empresa para o dia 15 de abril a fim de resolver a situação.

No princípio eram umas 60 pessoas de Mojú que estavam acampadas no pátio do SPI. Mas, com o passar dos dias a notícia do acampamento foi se espalhando pela região, com o qual muitos lavradores insatisfeitos chegaram até o local. Já para o dia 11 de abril o número de acampados atingia as 800 pessoas. Na tarde do dia 14 de abril o acampamento foi engrossado com a presença de centenas de expropriados que chegavam de todas as partes: de Itupiranga, de Jacundá, de Repartimento, na esperança de acompanhar a reunião com a Eletronorte marcada para o dia 15 de abril (DOC. 9/1983). Para o final do dia o número de acampados alcançou o número de 2000 trabalhadores nos arredores do pátio do SPI.

Podemos afirmar que a reunião do dia 15 (DOC. 11/1983) foi um encontro muito tenso e que, portanto, foi difícil chegar a alguns acordos mínimos. A Comissão exigia uma reunião com a Diretoria da empresa visando resolver as questões ainda pendentes. Entretanto, a Eletronorte se manifestou no sentido de não realizar nenhuma negociação sob a pressão dos atingidos que continuavam acampados e solicitou ao movimento que providenciasse a desocupação do prédio da Eletronorte. Eles informaram à Eletronorte que a decisão do acampamento era dos trabalhadores e não da Comissão, e que, portanto, permaneceriam ali até que suas reivindicações fossem atendidas. A Eletronorte solicitou então que enviem um ofício com a proposta de reuniões e que a Residência (Tucuruí) informaria à Diretoria (Brasília). A Comissão concordou com esta moção, afirmando que trariam uma proposta com um calendário de reuniões.

Finalmente, depois de várias negociações, foi acordada uma reunião para o dia 20 de abril de 1983 em Brasília (DOC. 17/1983). Esta reunião vai ser importante, porque nela ambas as partes chegaram a acordos em vários pontos significativos, com o que a ata desta reunião passou a ser um novo elemento de pressão do movimento. Dias antes da reunião, a Comissão tinha elaborado um documento no qual apresentou à Eletronorte em cinco pontos as reivindicações que seriam negociadas no encontro em Brasília:

- 1- Lotes Rurais: pedem lotes de 21 alqueires para aqueles que vivem exclusivamente da terra. Lotes de 10 alqueires para aqueles que têm outra fonte de renda.
- 2- Casas: deverão ser construídas em vilas (núcleos rurais) e deverão obedecer ao padrão estabelecido pela Comissão Mista no Ofício 1/83 (DOC. 8/1983).
- 3- Quanto ao reparo aos prejuízos pelo tempo que ficaram sem plantar propõem: pagamento a todos os trabalhadores rurais a quantia em dinheiro referente ao custo para a implantação, formação e colheita de 1 alqueire de arroz.
- 4- Transporte para mudança dos que não foram ainda relocados: pedem que a empresa garanta o transporte.
- 5- Quanto aos casos dos moradores que ainda não tiveram sua propriedade cadastrada: demandam o cadastro dos imóveis, e o cumprimento dos itens anteriores para eles (DOC. 15/1983).

Esses itens foram discutidos em Brasília entre as partes, após o que a empresa apresentou uma contraproposta a eles:

- 1- Para os lotes urbanos: A Eletronorte construirá uma casa dentro de cada lote cujo tamanho será apresentado pela diretoria técnica à comissão mista.
- 2- Para os lotes rurais: A área rural passará de 50 hectares para 100. Eletronorte fará gestões com o GETAT para liberação da área global para a Eletronorte que fará a demarcação e distribuição dos lotes. Eletronorte fornecerá madeira e telhas para a edificação de uma casa rústica por colono.
- 3- Para as instalações comerciais: ELN providenciará a construção de boxes comerciais para comerciantes relocados.
- 4- Quanto ao alegado reparo dos prejuízos pelo tempo sem plantar, a Eletronorte esclareceu que nunca impediu que os lavradores utilizassem a terra, por conseguinte, tal item é inaceitável. Sugeriram aos colonos que em conjunto com a CONTAG e a Prefeitura promovessem gestões junto ao governo estadual para obter recursos do FINSOCIAL.
- 5- Quanto ao transporte para mudança dos relocandos, a ELN reafirmou que tal transporte será por ela executado.
- 6- Quanto aos proprietários não cadastrados, em número pequeno, serão analisados individualmente (DOC. 17/1983).

A Comissão esteve de acordo com a contraproposta da Eletronorte, pelo qual a reunião foi encerrada com a assinatura do compromisso da empresa em cumprir o que ficou pautado. Desta forma, concluiu também o segundo acampamento realizado pelos moradores que voltaram para suas casas satisfeitos com as conquistas atingidas.

Logo após do segundo acampamento, as negociações com a Eletronorte continuaram no sentido de encaminhar os acordos firmados na reunião do dia 20 de abril em Brasília. Desta maneira, em reuniões subsequentes com a empresa começaram as negociações para a construção das casas e dos boxes comerciais para os comerciantes em Novo Repartimento. A Eletronorte informa à Comissão que as obras da construção das casas serão iniciadas em 1 de junho e começarão a ser entregues 90 dias após. Em relação aos lotes rurais, a Eletronorte manifestou estar adotando providências junto aos órgãos competentes, no sentido de liberação das áreas. Segundo eles, a intenção era demarcar mais 300 lotes na Gleba Parakanã, totalizando assim 600 com os já demarcados (DOC. 25/1983). No tocante aos prédios públicos de Novo Repartimento, a Prefeitura indicou que todos seriam relocados diretamente pela empresa ou pela Prefeitura. Com respeito às casas rurais (casas dentro do lote) a empresa já tinha se posicionado no sentido de não construir as casas, senão que entregaria um kit com materiais para que os colonos possam construir suas casas. Desta forma, a empresa informou para eles que as telhas e a madeira para as casas seriam colocadas no lote para que o colono procedesse depois aos trabalhos relativos à construção.

Apesar de estes avanços relativos às obras de Novo Repartimento, houve novamente um desentendimento com respeito aos lotes rurais. Neste sentido, na reunião do dia 20 de julho de 1983, celebrada em Tucuruí, entre a Eletronorte e a Comissão Mista, o Diretor de Suprimentos da Eletronorte explanou aos presentes que eles fizeram todas as gestões possíveis junto aos órgãos fundiários federais (o GETAT e o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários) com a finalidade de se estabelecer uma diretriz com relação ao pleito da comissão, para o assentamento dos colonos em lotes de 100 hectares ou 21 alqueires. Porém, esses órgãos fundiários manifestaram que “não concordaram com a proposição apresentada, tendo em vista que a política global para a colonização rural nas áreas de atuação do GETAT, para

assentamento de colonos que tenham a terra como meio de subsistência, é de 50 hectares, medida legal e amparada no Estatuto da Terra" (DOC. 31/1983). Além de fazer esta declaração, com a que passou a descumprir um ponto sensível às reivindicações dos colonos, deram a eles um prazo de máximo de 10 dias para reportar à Eletronorte sobre a decisão final quanto à aceitabilidade dos lotes de 50 hectares. A Comissão claramente se manifestou contrária a esta decisão, ficando esta discussão pendurada para futuras reuniões. Existem várias razões pelas quais os colonos não aceitam esta imposição do GETAT, algumas já foram analisadas mais acima. As citamos sinteticamente: Em primeiro lugar, segundo os colonos, suas antigas terras eram de 100 hectares, pelo que não há razão de receber um lote menor quando eles estão sendo forçados a sair. Em segundo lugar, os colonos mantêm a posição de que eles são amparados pela Lei 4.504 de 30-11-1964 que prevê para esta região um módulo de 21 alqueires. Em terceiro e último lugar, os lavradores afirmam que suas famílias são numerosas e que com um lote de 50 hectares não tem condições de ter espaço para todos trabalharem.

Além de ser reeditado o problema da reivindicação dos lotes de 21 alqueires, apareceu um novo problema referido à relocação dos moradores do Velho Repartimento para o Novo Repartimento. Aconteceu que por decisão da Eletronorte, uma parte dos moradores de Velho Repartimento passaria a ser relocada antes que a infraestrutura da nova Vila esteja pronta (em total eram umas 70 famílias). Em uma carta encaminhada ao Coordenador do SPI no dia 14 de outubro (DOC. 35/1983) a Comissão se manifesta contrária a esta decisão expondo os seguintes argumentos:

- 1- A população não entende a necessidade em apressar a relocação parcial para a nova Vila, enquanto não estiver concluída a infraestrutura de abastecimento de água, luz e esgotos.
- 2- As condições que seriam encontradas na nova vila, com a relocação imediata trariam grandes inconvenientes como o perigo do convívio dos moradores na área de obras de infraestrutura, em meio a intenso tráfego de máquinas e caminhões.
- 3- É vontade da população que um esquema de mudanças e entrega das casas seja discutido com a Comissão, ficando ao seu encargo a execução do mesmo (DOC. 35/1983).

Por estas razões é que pretendiam ser relocados no momento em que a infraestrutura estivesse concluída e não antes.

Em vista destes problemas que surgiram após a negociação do segundo acampamento, os colonos voltam a acionar o recurso da memória em uma carta dirigida ao Presidente da Eletronorte na qual o interpelam a que cumpra com os compromissos assumidos:

Os expropriados dos municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga vêm por sua Comissão Representativa manifestar seu veemente protesto contra a forma radical com que a Eletronorte vem se negando dialogar com os trabalhadores. Postura inconcebível dada a existência de acordo firmado em 20 de abril de 1983 [segundo acampamento], visto a necessidade de corrigir distorções na execução dos trabalhos de relocação dos expropriados; e sobretudo porque 3.540 pessoas do município de Itupiranga até agora não foram contempladas pelos benefícios firmados no acordo, em Brasília no dia 20 de abril de 1983 (DOC. 38/1983).

Considerando que a empresa modificou sua postura em relação aos lotes de 100 hectares, passando estes a ser de 50 hectares, descumprindo assim seu compromisso assumido na reunião do dia 20 de abril em Brasília, os colonos modificaram sua estratégia referida a este quesito. Percebendo que esta questão não dependia exclusivamente da Eletronorte, e que o empecilho na verdade era o GETAT, que não estava disposto a abrir mão da sua política, os colonos decidiram “cobrar” o assunto à Eletronorte de outra maneira. Visto que eles receberiam um lote de 50 hectares, passaram a exigir que além do lote a Eletronorte construísse uma casa para eles na vila de relocação e o argumentavam da seguinte forma:

A Eletronorte não manteve o compromisso de distribuir os lotes rurais de 100 hectares. Em vista disso os trabalhadores voltam a exigir que além dos lotes de 50 hectares sejam beneficiados com uma casa na nova vila. Argumentam os trabalhadores que essa casa suprirá a necessidade de um lugar para guardar a lavoura até o momento de comercializar; servirá também para as crianças durante o período escolar (DOC. 38/1983).

Todas estas questões iriam ser tratadas na reunião do dia 14 de dezembro de 1983 (DOC. 42/1983) em Tucuruí. Ali iriam negociar, face a face, todos estes assuntos que até o momento só foram discutidos através de documentos e cartas. Deste modo, o primeiro ponto discutido da reunião foi a não entrega aos expropriados com atividade rural, dos lotes de 100 hectares, conforme a reunião realizada em 20 de abril. Aqui o Diretor de Suprimentos da Eletronorte explicou aos colonos os motivos pelos quais a empresa não podia cumprir com tal promessa. Como salientamos anteriormente, segundo eles a política do GETAT para a região era de módulos de 50 hectares para os

lavradores. Eles propuseram como fórmula compensatória a construção de casas por parte da empresa nas áreas urbanas. O Diretor de Suprimentos explicou que a construção de casas de colonos com atividade rural em áreas urbanas, contrapunha-se a todo o planejamento exercido pela empresa. Por este motivo é que foi solicitado então que a Eletronorte construísse as casas no próprio lote rural. Quase sem possibilidade de rebater esta proposição, em face de que a Eletronorte tinha se comprometido em dar lotes de 100 hectares, o Diretor de Suprimentos concordou com a proposta e prometeu que levaria a mesma para ser discutida com a Diretoria Colegiada.

No tocante a questão dos relocados de Itupiranga, que como vimos reclamavam que até o momento não tinham sido contempladas nos acordos do 20 de abril, a Eletronorte nesta reunião se comprometeu com o Prefeito de Itupiranga (presente na reunião) em apresentar as plantas e o listagem oficial constando a situação de cada expropriado, seja com ocupação urbana em Tauari e Ipixuna seja com ocupação rural permanente ou cultura temporária de vazante para serem relocados. Neste sentido a empresa prometeu também iniciar contatos com o GETAT a fim adquirir, via direta ou por desapropriação, das áreas rurais para o reassentamento dos colonos em Grotão de Ricardo e Cametauzinho.

Com respeito aos recursos do FINSOCIAL, que como salientamos anteriormente, tinham a finalidade de dar aos expropriados com atividade rural uma compensação financeira pelo tempo em que estiveram impossibilitados de plantar, ao mesmo tempo em que estes recursos lhes permitiriam recomeçar suas lavouras nos novos lotes, o Secretário de Planejamento do Estado do Pará afirmou aos presentes que foram gestionadas as medidas necessárias para a tramitação deste recurso.

Com relação à relocação para Novo Repartimento, ficou acertado nesta reunião que seria constituída uma comissão entre a Eletronorte, a Prefeitura de Tucuruí e Comissão Mista dos Expropriados, com o objetivo de definir os critérios para a operacionalização da relocação.

2.2.4 O ano de 1984, o ano do fechamento da barragem

O ano de 1984 será um ano marcante no movimento, pois é neste ano que a barragem será fechada o que contribuirá ao agravamento de muitos dos seus problemas, como veremos a continuação. A partir deste ano a empresa começará a dar por encerradas, de uma forma autoritária, muitas questões relativas à relocação das populações atingidas. Assim um primeiro problema criado por esta política faz referência à relocação da população de Repartimento. Já no ano de 1983 percebemos que a Eletronorte começou a apressar-se para realizar a relocação desta população devido a que os tempos do fechamento da barragem eram os que mandavam e não as necessidades da população. Vimos assim que os moradores de Velho Repartimento tiveram várias críticas relativas à forma em que a Eletronorte pretendia fazer a relocação. Isto não teve importância para empresa e o processo de relocação começou em 26 de dezembro de 1983. Para fevereiro de 1984 todas as pessoas com processo tinham sido trasladadas para Novo Repartimento, ficando lá muitas famílias que não tinham processo, ou que eram “desistentes”²². Isto fez com que a situação destas pessoas piorasse de maneira dramática. De acordo com uma vistoria feita em fevereiro de 1984 (DOC. 3/1984) ainda estavam morando lá umas 550 pessoas em condições muito precárias, vivendo entre as ruínas das casas abandonadas, e quase sem nenhum tipo de serviço já que quase todos os comerciantes tinham se deslocado para a nova vila. Este problema foi claramente criado pela empresa que fez os levantamentos nos anos de 1978 e 1979 e só veio relocar às pessoas no final de 1983. A ausência de fiscalização da empresa, somada as demoras no tempo de traslado, fez com que muitas pessoas fossem morar lá com o objetivo de obter algum benefício por parte da empresa. Estas pessoas ficaram literalmente abandonadas pela Eletronorte tendo que sair da vila praticamente sem nada, e sem ter aonde ir.

Já o movimento de expropriados, realizou um encontro nos dias 19 e 20 de março de 1984 (DOC. 7/1984) com o objetivo de fazer uma avaliação do

²² Segundo Aida Maria, no início da desapropriação, como a Eletronorte não tinha um plano de reassentamento, ela criou a chamada desistência, que consistia em pagar um valor em dinheiro para o expropriado que desistisse de terra, casa, ou qualquer outro benefício relocatório por parte da empresa. (Doc. 35/1984)

caminho trilhado até o momento. Este tipo de encontros, como vimos no começo com a II Assembleia de lavradores de Itupiranga, servem aos trabalhadores como espaço onde são compartilhadas as experiências do processo de luta. Aqui a memória é estimulada para reforçar a identidade do movimento, pois são narrados os diferentes fatos e conquistas históricas pelas que passaram, e são avaliados também os agentes que apoiam ao mesmo, o que contribui ao fortalecimento do grupo. A diferença com aquele outro encontro de 1979 é que naquele momento o trabalho de memória ajudou à conformação do movimento através da identidade de colono expropriado. Aqui, com o movimento já estabelecido e atuando no espaço público, o trabalho de memorização serviu aos fins de dar valor ao trabalho feito até o momento para assim continuar com ânimo na luta.

Naquele encontro foram tratados quatro pontos centrais: 1- avaliação das conquistas totais. 2- Avaliação das conquistas parciais para todas as áreas. 3- Avaliação da Organização existente. 4- Avaliação dos apoios. Além destes pontos, foi realizada também uma programação geral para toda área até junho de 1984.

Desta forma, o movimento avaliou como conquistas do II Acampamento: a construção de novas vilas com casas para os expropriados urbanos: Novo Breu Branco à margem da BR-263. Novo Repartimento à margem da BR-230. Nova Jacundá à margem da PA-150. Jatobal e Ipixuna integradas à cidade de Itupiranga. Dentro das vilas também foi ponderado como uma conquista da luta toda a infraestrutura para o funcionamento das mesmas: postos médicos, escolas, igrejas, terminais rodoviários, etc.

Às conquistas consideradas parciais foram as seguintes:

Terra: lotes de 50 hectares. É considerado parcial porque o módulo reivindicado era de 100 hectares.

Estradas Vicinais: o número de vicinais previstas para serem construídas não está sendo cumprido. Os colonos que recebem o lote, não tem condições de acesso à terra. Ainda falta rebaixamento em muitas delas para evitar acidentes.

Poços nos lotes: segundo os colonos apenas 24 poços foram construídos e mesmo assim sem atingir o lençol de água. Na gleba Parakanã, onde 600 lavradores receberam terra, ainda não começaram as obras dos poços.

Casa no lote: a Eletronorte ainda não se define no sentido de construir para cada família uma casa no lote, fornecendo apenas madeira e telha.

FINSOCIAL: ficou acertado no acordo de 20 de abril de 1983, que a Eletronorte, junto com o Governador do Estado e a CONTAG fariam gestões junto ao Governo federal para que o dinheiro do FINSOCIAL cobrisse a reivindicação do tempo proibido de plantar e que ajudaria a recomeçar as lavouras. Segundo os colonos a resposta do Ministério de Agricultura foi favorável no pleito pelo que a Eletronorte deve decidir e assumir responsabilidade de fazer as gestões (DOC. 7/1983).

Logo de avaliar as conquistas os trabalhadores passaram a fazer uma análise do estado de situação em que se encontravam os municípios. Em relação às pessoas que ainda estavam em Velho Repartimento, o movimento se posicionou a favor de que estas pessoas, além de receber assistência imediata, fossem beneficiadas com uma casa em Novo Repartimento. Mas a situação não era muito melhor em Novo Repartimento, pois as 350 famílias relocadas se encontravam utilizando água de bueiros fornecida por caminhões pipa, o que estava causando malária e doenças. Como foram relocados antes de tempo, devido às necessidades do fechamento das comportas para o enchimento do reservatório, ainda a Eletronorte tem que fazer muitas obras de infraestrutura na nova vila. Respeito das glebas Parakanã e Bahiana, ainda faltam as demarcações e delimitações dos lotes, causando problemas entre os lavradores. Também aqui faltam vicinais, poços, escolas e postos médicos.

Em relação ao município de Itupiranga, ainda está faltando a terra para os lavradores desapropriados que pretendem lotes em Grotão do Ricardo e Cametauzinho. Segundo os expropriados a empresa se nega a atender esta reivindicação entregando lotes com uma distância de 156 km já no município de Tucuruí (DOC. 7/1983).

No município de Jacundá a Eletronorte demorou em demarcar a área pretendida pelos colonos na gleba Santa Rosa. Isto fez com estas terras fossem ocupadas por posseiros, provocando brigas entre eles. Outra reclamação é que o número de casas é inferior ao número de famílias.

Em referência à avaliação do próprio movimento eles lembram quais foram as motivações iniciais da organização do movimento. Segundo eles as comissões das diferentes áreas foram criadas com a finalidade de fazer reuniões com o povo, para discutir os problemas. É por isso que tinham uma reunião mensal com a Comissão de Negociação (que reúne a representantes de todos os municípios) e com as assessorias para avaliar a situação dos povoados e pautar os distintos trabalhos a serem realizados. Eles reconhecem

que por falta condições financeiras, houve certas desarticulações entre as distintas partes, limitando-se os trabalhos de assessoria principalmente aos municípios de Tucuruí, Repartimento e Moju, ficando os municípios de Itupiranga e Jacundá com um acompanhamento menor. As tarefas de esta comissão como vimos eram, além de organizar o trabalho nas áreas, participar das reuniões com a Eletronorte. Finalmente, avaliam como positivos os apoios prestados pela Prelazia de Cametá, Paróquia de Tucuruí, CONTAG e da CPT de Belém que ajudaram na organização do movimento e participaram de todas as lutas do mesmo.

2.2.5 Rumo ao fechamento da barragem. Novos apoios

À medida que ia aumentando o drama dos atingidos, com a proximidade do fechamento das comportas, cresciam também os apoios de diferentes entidades que os acompanharam nesse momento tão complicado para eles, pois a incerteza com o futuro próximo era grande devido aos problemas que o enchimento do reservatório poderia causar. Segundo o cronograma da empresa o 5 de setembro começariam a ser fechadas as últimas 18 comportas, logo depois teria início o enchimento do reservatório e 22 de novembro a usina seria inaugurada.

A Igreja, que já havia acompanhado ao movimento por meio do assessoramento da Prelazia de Cametá principalmente, manifestou seu apoio através da Pastoral Norte II e da CNBB com uma carta aberta às autoridades e ao povo. Nesta missiva os bispos denunciam os perigos que o fechamento das comportas pode acarretar para os habitantes da região. Por esta razão é que eles lançam “um brado de alerta às autoridades, exigindo providências imediatas e eficazes que visem impedir as calamitosas consequências que advirão se nada for feito” (DOC. 11/1984). Dentre as possíveis consequências eles salientam o envenenamento das águas do lago por causa do desmatamento feito pela CAPEMI²³ e que durante vários meses o vale do

²³ A Agropecuária Capemi Indústria e Comércio foi uma cooperativa da Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente, com dois milhões de associados aos planos de previdência privada, contratada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para extrair e comercializar toda a madeira da área que seria inundada com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em 1975. O contrato entre a Agropecuária Capemi e o Instituto

Tocantins ficará privado de transporte, água potável e peixes. Diante desta situação exigem às autoridades a limpeza da área, um cronograma de fechamento que não prejudique à população, além de a Eletronorte oferecer recursos às distintas entidades de Defesa Civil da região para atender os problemas que possam ser causados.

As possíveis consequências do fechamento também foram levantadas por outra organização da igreja no boletim “A voz dos jovens” da Pastoral Juvenil de Abaetetuba em julho de 1984. Naquela publicação eles fizeram um histórico da construção da barragem e denunciaram também que “o rio ficará seco e durante dois meses a população ficará sem transporte, sem abastecimento e sem poder escoar seus produtos. A pesca ficará prejudicada”. Por estes motivos pedem: “Indenização justa, limpeza da área a ser inundada, retardamento do fechamento das comportas [para o inverno que é um período mais propício], preenchimento do lago em tempos mais curtos, informação completa, assistência e indenização para os que forem prejudicados” (DOC. 14/1984).

Outra organização que manifestou seu apoio aos atingidos pelo fechamento da barragem foi o Movimento em Defesa da Vida, organização da sociedade civil que participa de conflitos socioambientais. O apoio deles denota o crescimento do movimento, pois isso mostra que a voz deles tem se espalhado pela região atraindo diferentes organizações para sua causa que a consideram legítima e justa. O interessante da participação deste movimento é que eles vão ajudar ao movimento difundindo suas reivindicações e também interpelando as autoridades pelos grandes projetos, através de cartas para diferentes órgãos. Assim, percebemos a utilização da memória como ação estratégica quando interpelam as autoridades associando o projeto de Tucuruí com outros grandes projetos no país mais ligados à reprodução do capital do que às necessidades sociais e que, por causa disso, a participação da sociedade nos processos decisórios é vedada. Assim o manifestavam em uma carta ao Ministro de Minas e Energia em julho de 1984:

Nós paraenses iniciamos, com atraso de uma década, o debate público sobre questões essenciais como as políticas adotadas pelos

Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi cancelado em março de 1983. Ver: <https://www.revistaforum.com.br/digital/138/quando-nao-havia-corrupcao-brasil/> e <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt201299.htm>

governantes em relação à apropriação de recursos, animais, vegetais e minerais. Consideramos, entretanto, que a falta de participação das populações em decisões dessa natureza são peculiares aos regimes autoritários, que impossibilitam o debate e a democratização das informações ao conjunto da população. Em função dessa situação temos vivenciado nos últimos vinte anos um quadro estarrecido como a construção de obras, essencialmente, faraônicas como a Itaipu, a ponte Rio-Niteroi, a Transamazônica, as usinas nucleares Angra I, II, e III, Tucuruí, etc. (DOC. 16/1984).

Em relação às denúncias e reivindicações dos atingidos, na mesma missiva, eles salientam que a Eletronorte é responsável pela inundação de três municípios e 14 povoados atingindo a mais de 4000 famílias nas seguintes condições:

- Indenizações miseráveis
- Os lotes são de apenas 50 hectares, quando o INCRA determina 100 hectares. Aliás, os lotes ficam situados em áreas de difícil acesso, faltando também infraestrutura básica.
- A maioria das famílias ainda não possuem casas prometidas pela Eletronorte. Neste quesito eles se juntam aos reclamos dos moradores de Itupiranga e Cajazeiras que ainda não receberam suas casas.
- A situação dos Vazanteiros também é dramática, pois eles representam o centro de produção agrícola tanto de Itupiranga quanto do Marabá e até o momento a Eletronorte ainda não tomou nenhuma providência em relação aos mesmos. (DOC. 16/1984)

Este movimento também contribuiu com a organização e difusão de diferentes mobilizações contra o fechamento da barragem e pelo atendimento das reclamações dos atingidos. Desta forma, participaram na convocação de atos como os do 2 e 22 de julho em Tucuruí. Esse mês teve uma atividade intensa já que no dia 15 de julho a Eletronorte começou o fechamento das comportas da hidrelétrica, o que motivou diferentes atos e mobilizações para impedi-lo. Assim o expressavam num panfleto que convidava a participar no ato do dia 22 demandando da Eletronorte e as autoridades o seguinte:

- Pelo retardamento do fechamento das comportas.
- Pelo atendimento das reivindicações das populações ribeirinhas.
- Apoio as vítimas do uso irresponsável dos agrotóxicos. Pela defesa da Amazônia.
- Chega de projetos faraônicos.
- Eleições diretas já para presidente da República (DOC. 15/1984).

Também em julho de 1984 os atingidos ganharão o apoio de outro ato fundamental. Desde fazia tempo os integrantes do movimento pretendiam ampliar seu marco de intervenção política através da luta sindical, participando

dos diferentes Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). O problema era que, como eram tempos de ditadura, a maioria dos sindicatos estavam sob intervenção, e se nas eleições uma chapa que não fosse pelega ganhasse, os resultados eram geralmente anulados. Esta situação começou a mudar quando vários integrantes do movimento conformaram a chapa 2 para participar nas eleições do STR de Tucuruí, que desde a sua fundação tinha o mesmo Presidente, o senhor Jaime Pinto da Silva. Os atingidos participaram com sua chapa na eleição de 8 de julho de 1984 conquistando a vitória e ganhando um aliado fundamental para sua luta, já que, na época da ditadura sempre era bom contar com uma organização que tivesse reconhecimento legal.

O Presidente eleito, Raimundo Nonato de Azevedo (também conhecido como Raimundo Preto), manifestou a alegria pela vitória numa carta aos trabalhadores rurais. Nesta missiva percebemos também a junção entre o Sindicato e o Movimento, pois junta numa mesma narrativa a vitória do Sindicato com as conquistas atingidas pelos lavradores através da luta do movimento. Este tipo de exercício de memória é decorrente do crescimento e evolução da organização:

Companheiros, recentemente conquistamos o nosso sindicato nas eleições de 8 de julho de 1984, foi uma vitória muito importante na luta que enfrentamos nesta região, com a construção da Barragem, pela Eletronorte, que desapropriou para a formação do lago, 80% dos lavradores da região. A desapropriação na verdade foi uma expulsão em massa, do homem do campo. Após cinco anos sem terra, *conquistamos* através de acampamentos terra para todos os desapropriados, assim como a construção de novas vilas (DOC. 17/1984).

A pesar destas importantes conquistas, salientam que elas “estão sendo cumpridas pela metade, ao tempo em que grande parte dos trabalhadores continuam sem terra, vivendo de biscate nas cidades de Tucuruí. Muitos receberam terra em um município e terra em outro”. Por estes motivos é que expressam que a luta tem que continuar organizando um novo acampamento para conquistar as reivindicações faltantes e pede para isso a colaboração dos lavradores. O uso da memória aqui é claro, no sentido de sublinhar que com os anteriores acampamentos foram atingidas importantes conquistas. Por esta razão acreditam que é necessário organizar um novo acampamento para alcançar os direitos que faltam afirmando que

todos os lavradores estão se mobilizando para um futuro acampamento, com o objetivo de fazer a Eletronorte assegurar condições de vida para a população ribeirinha, o pago pelo tempo sem plantar e a entrega de casas e terra para os desapropriados que estão sendo obrigados a viver de subemprego na cidade (DOC. 17/1984).

2.2.6 A Eletronorte é igual feijão: “só vai na pressão”. O terceiro acampamento

O tempo continuava passando e a Eletronorte não resolvia as questões pendentes com os atingidos. Finalmente o dia 6 de setembro de 1984 começou o enchimento do reservatório e os colonos decidem então realizar um novo acampamento para pressionar à Eletronorte, pois como eles mesmos diziam: “a Eletronorte é igual feijão, só vai na pressão”. Desta forma, o acampamento iniciou o dia 8 de setembro no terminal rodoviário de Novo Repartimento. A ideia dos colonos era se juntar ali para partir para Tucuruí. Exigiam o cumprimento do que restava dos acordos assinados no dia 20 de abril de 1984:

A desapropriação das fazendas: Cametauzinho e Grotão do Ricardo para assentar os expropriados de Itupiranga e Ipixuna; e a Gleba Santa Rosa para os expropriados de Jacundá.

Construção de um número de casas compatível com o número de expropriados.

Pagamento do tempo proibido de plantar (recursos do FINSOCIAL) (DOC. 28/1984).

Mais de 2000 pessoas resolveram acampar no Novo Repartimento desde o dia 6 de setembro. A Eletronorte tomou conhecimento da situação e reforçou a segurança no canteiro de obras. O prefeito de Tucuruí pediu ao Governador Jader Barbalho reforçar também a segurança em Tucuruí. Apesar da tensão os expropriados partiram de ônibus para Tucuruí. A polícia já estava espalhada pela BR 422 no intuito de impedir qualquer manifestação em Tucuruí, sendo que alguns destes ônibus foram detidos pelos policiais. Os expropriados que conseguiram chegar ficaram hospedados no STR de Tucuruí e no salão Paroquial Paulo VI. Eles estavam sendo permanentemente vigiados e dessa forma não ia ser possível convocar uma assembleia aberta, já que, o deslocamento para Tucuruí não ia ser fácil dada a presença policial na área. Por esta razão tiveram a ideia de publicar um edital convocando os associados para uma assembleia geral ordinária para prestações de conta da entidade (VEIGA, 2014). Eles montaram esta estratégia por ter legalidade jurídica

permitindo assim realizar a reunião. Apesar desta estratégia, quando vários colonos se deslocaram para Tucuruí, no dia 5 de outubro, foram interceptados pela polícia que os obrigou a descer dos carros e ônibus. Desta forma, eles seguiram a travessia a pé o que motivou um enfrentamento com a polícia. Muitos deles “foram presos por policiais armados de metralhadores, cacetete, fuzil e bomba de gás lacrimogêneo. Neste bloqueio, 15 expropriados ficaram batidos”. (DOC. 28/1984). Estes fatos apareceram na imprensa no dia seguinte. Diversas entidades, como a CPT, o Movimento em defesa da Vida, dentre outras, publicaram documentos no jornal O Liberal exigindo ao Governador a retirada da polícia da estrada e a permissão para que os trabalhadores possam participar da assembleia. Finalmente a justiça autorizou que os expropriados fossem até Tucuruí para a Assembleia.

Com os trabalhadores reunidos no Sindicato, começaram as discussões sobre o que fazer para pressionar à Eletronorte. Foi assim que decidiram ir novamente até o SPI para acampar ali e exigir respostas da empresa. Só que desta vez eles não podiam ir pelas ruas da cidade, devido à presença policial na área. Por esta razão é que fizeram um mapeamento da área para achar uma forma de ir até o SPI via rio Tocantins. E assim o fizeram, partiram do acampamento de madrugada para lá chegando cedo ao SPI (VEIGA, 2017). De repente a Eletronorte tinha novamente mais de 2000 pessoas acampadas no SPI e ia ter que negociar com eles. Com a situação de tensão em Tucuruí, e com a inauguração da barragem muito perto, a presidência marca uma reunião com os expropriados em Brasília, fornecendo as passagens para a Comissão.

O dia 7 de outubro no acampamento a Comissão elaborou um novo documento de denúncias e reivindicações para a discussão em Brasília (DOC. 20/1984). Neste documento eles acionam novamente a memória como um recurso argumentativo estratégico para que a Eletronorte cumpra com o assinado afirmando que:

Os expropriados dos municípios sob influência da usina hidrelétrica de Tucuruí, vem através da Comissão que os representa e do STR de Tucuruí reivindicar com base nos acordos celebrados com a Eletronorte conforme ata de 20-04-1983 (DOC. 17/1983) e 14-12-1983 (DOC. 42/1983), o seguinte:

1-Lotes rurais: a] Itupiranga. Transcorrido um ano e meio do acordo, ainda não foram beneficiados com lotes rurais (povoados de Ipixuna, Taurí e Cajazeira). Os vazanteiros ainda esperam ser relocados. **b]** Jacundá: Os assentados deste município não foram assentados

ainda na gleba Santa Rosa. **c]** Mojú: Confrontam várias adversidades: má qualidade da terra [imprópria p/agricultura. Embarços com as linhas de transmissão que alcançam dois ha de cada lote reduzindo a área de plantio de diversas culturas. Reivindicam a indenização destas faixas de terra. **d]** Breu Branco: Afastados de várias de suas atividades tais como caça, a coleta, a pesca e lavoura receberam lotes para-rurais, que são lotes de 5 alqueires faltando receber ainda 40 deles. **e]** Repartimento e adjacências. Foram assentados na gleba Parakanã, Baiana e lotes para-rurais. Gleba Parakanã será na sua quase totalidade inundada.

2-Casas. a] Itupiranga: previsão de casas, 150. Nº de relocandos 212 e 88 das redondezas com direito **b]** Jacundá: Faltam 33 casas **c]** Breu Branco: Prática da ELN de da figura da desistência, forma insidiosa de indenização que restringe o número de beneficiados para Breu Branco **d]** Repartimento e adj. Moradores que se estabeleceram ali após 1978 não receberam casa e ainda não tem solução. Em Novo Repartimento falta de água e de má qualidade.

3-Vicinas, poços, escolas, postos de saúde. Ainda falta muito por construir.

4-Boxes comerciais. Muitos ainda não receberam os materiais.

5-Reivindicações. 1] Lotes: Definição de lotes a serem inundados na Gleba Parakanã. Definição da margem do lago. Indenização dos expropriados da Gleba Parakanã. Lotes para expropriados de Itupiranga, para os lavradores da BR230, para expropriados da linha de transmissão em Rio Mojú, para expropriados de Jacundá. **2] casas:** Para os 300 expropriados residentes em Itupiranga, 33 expropriados de Jacundá, para os expropriados com processo ou sem processo em geral. **3]** poços, vicinas, posto de saúde, escolas. **4]** Pelo pagamento do tempo proibido de plantar. **5]** Pela liberação do FINSOCIAL. **6]** Pela entrega das casas para os expropriados da V. Do Rato.

Todas estas reivindicações foram levadas a Brasília onde estiveram reunidos a Comissão Negociadora e a Eletronorte nos dias 10 e 11 de outubro de 1984 (DOC. 21/1984). Ao que parece, foram negociações tensas, durando as reuniões 10 horas aproximadamente segundo os presentes. Mesmo assim os expropriados conseguiram naquelas reuniões definir o seguinte:

- A liberação e demarcação das áreas de Grotão do Ricardo e Cametazinho para expropriados de Itupiranga.
- A Gleba Santa Rosa para os expropriados de Jacundá.
- A construção de boxes de expropriados da Velha Jacundá.

Apesar destas conquistas, ficou pendente a ajuda de custo, que ficou na decisão Presidente Figueiredo de liberar verbas do FINSOCIAL. Como as reivindicações não foram atendidas na sua totalidade, os expropriados que estavam em Tucuruí decidiram ficar acampados. Outro problema que não foi resolvido nessas reuniões e foi tratado nas reuniões subsequentes com a Eletronorte, era a questão dos colonos da Gleba Parakanã que foram afetados por alguns problemas de responsabilidade exclusiva da Eletronorte. Aconteceu

que os índios Parakanã tinham sido deslocados de suas terras devido a que segundo os cálculos da empresa se encontravam dentro da área de influência do reservatório. Já feita a desapropriação os técnicos da Eletronorte perceberam que as águas do lago não atingiriam as terras Parakanã, pelo que decidiram converter a área em um Gleba de assentamento de colonos, que foram relocados ali a partir de agosto de 1983 (68 colonos). Aconteceu que os índios ficaram sabendo disto, e desconformes com a situação decidiram recuperar as áreas perdidas, encaminhando uma mensagem aos colonos no dia 15 de outubro dizendo para eles que se eles não saíssem da área eles invadiriam suas terras no dia seguinte, deixando os colonos em uma situação de incerteza. Como se isso não bastasse, aconteceu outro problema na área. A Eletronorte errou nos cálculos e muitas das terras da Gleba Parakanã ficaram atingidas pelas águas do lago, piorando ainda mais a situação destes colonos. Diante desta situação a Eletronorte teve uma reunião com os índios, o GETAT e a FUNAI no dia 18 de outubro de 1984. Conseguiram resolver o conflito com eles prometendo a construção de uma estrada de acesso a sua reserva e a correta demarcação da sua área.

Logo depois desta reunião, a Eletronorte teve outra no dia 24 de outubro, desta vez com os expropriados para resolver os problemas de inundação da Gleba Parakanã e para informá-los das resoluções com os indígenas, ficando acertado o seguinte:

- Quanto à parte técnica: um engenheiro da BASEVI mostrou aos presentes as cotas mínimas das estradas já implantadas, assegurando que as possibilidades de inundação dos lotes são mínimas, e que os quatro lotes até agora atingidos já foram excluídos do reassentamento. Asseguraram também que na hipótese de qualquer inundação a Eletronorte garantiria um novo lote e a indenização correspondente.
- Quanto à reunião sobre a questão Parakanã [DOC. 21-1984] a ELN forneceu cópias da Ata, onde ficou acertado que com a abertura da estrada pela ELN, os índios não mais perturbarão os colonos.
- A ELN juntamente com a FUNAI gestionará a implantação de um posto de vigilância na área (DOC. 27/1984).

Após estas negociações em Brasília, e ainda durante o acampamento, a Comissão de expropriados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e a CPT realizam um encontro nos dias 30, 31-10 e 1-11, com a finalidade de ampliar o estudo sobre os problemas da região e informar à opinião pública sobre os últimos acontecimentos. Participaram do Encontro 1500 trabalhadores

e entidades como: CNBB Norte II, CPT Nacional, CONTAG, OAB-Pará, Polo Sindical do Submédio São Francisco (Pe-Ba), Paróquia São José de Tucuruí, dentre outras. O encontro atingiu seus objetivos e os colonos continuaram aguardando a ajuda financeira para o início do plantio rural (FINSOCIAL), o que foi parcialmente conseguido no dia 22-11-1984, coincidindo com a inauguração da barragem. Assim, finaliza o terceiro acampamento, através do qual, e depois de muita luta, os colonos conseguiram resolver parcialmente muitas das suas reivindicações voltando satisfeitos a casa.

Com o encerramento desse terceiro acampamento e o início da geração da usina, fecha-se um período na luta dos atingidos. Um dia depois da inauguração da obra, os colonos expropriados redigiram um documento no qual fizeram algumas reflexões sobre o que significou para eles a construção da barragem, criticando a forma em que a Eletronorte e o Governo Federal atuaram durante todo o processo. Consideramos que este raciocínio mostra quanto cresceram politicamente durante todo o conflito:

- 30% dos expropriados estão alijados de qualquer benefício. É por isso que para eles o aspecto social da obra recentemente inaugurada, não foi pensado como parte integrante do projeto da Barragem. O homem foi visto a partir do prisma legal, jurídico, das indenizações, dos processos acabados, das escrituras públicas passadas em cartório.

- O reconhecimento que a Obra provocou impactos ambientais e ao homem, surge do incomodo e dos problemas que a discussão e os atos praticados pelos expropriados ou manifesto pela opinião pública. *O aspecto social, tornou-se questão social.* A negativa em atender reivindicações como as dos moradores da Vila do Rato, ou dos expropriados não residentes a época da relocação das Vilas do V. Repartimento, Breu Branco, Jatobal, Ipixuna, Jacundá, etc. tem como base o argumento legal jurídico.

- Uma ação social tem como pressuposto, princípios, norteadores de atos e procedimentos; o Governo Federal difunde que suas obras vinculam ao princípio de Justiça Social. Na relocação promovida pela ELN concluímos em sentido contrário. *A relocação, a entrega de casas e lotes, o custeio para a roça, as casas dos colonos, resultaram muito mais de uma ação condicionada, ação reflexo das críticas e das pressões dos expropriados, nas quais a empresa vê injustiça e descabimento* (DOC. 33/1984. Grifos nossos.).

2.3 Diante da nova conjuntura de abertura democrática, crescimento sindical e articulações com outros Movimentos. Memória de longo prazo do Movimento

Depois do fechamento da barragem, ainda que continuaram persistindo muitos dos problemas dos atingidos, percebemos que a etapa mais intensa do conflito com a Eletronorte se encerrou. Isto não significou que as ações do Movimento acabaram completamente, mas sim decresceram comparadas com os anos anteriores à inauguração da usina. Mas, o que é mais característico deste período, é que o movimento vai começar a acionar outro tipo de memória diferente do período anterior, para atingir também outros objetivos. Estamos falando de um novo processo no qual o movimento vai acionar a memória de sua experiência de luta pela exigência de indenizações justas por parte da Eletronorte, que caracterizamos como memória de longo prazo, para expandir o Movimento, no plano interno, incorporando o Movimento de Jusante; e, no plano externo, contribuir para a conformação de um movimento nacional de atingidos por barragens.

Por outro lado, o período de redemocratização do país, também coincidiu com a perda de apoios importantes tendo que recuar em várias frentes. Neste sentido, a Igreja que apoiava aos atingidos através de um trabalho de assessoria começou sua retirada a partir de 1984 apartando primeiro a assessoria técnica dos engenheiros agrônomos e logo em 1985 retirou a assessoria dos advogados. Claramente as consequências disto foram graves para o movimento já que durante seis anos aproximadamente contaram com esta assessoria que demonstrou ser fundamental para a luta dos atingidos. Diante desta situação, o reagrupamento do movimento se deu primeiramente no plano sindical, que como vimos, a partir do ano 1984 começou a ter maior importância para os lavradores. Isto se expressou primeiramente na conquista do STR de Tucuruí para depois expandir-se a outras diretorias. Mesmo assim, esta transição não foi fácil, fazendo com que perde-se forças durante os primeiros anos da democracia.

Em relação a esta nova conjuntura de abertura democrática o movimento teve um posicionamento bastante claro de desconfiança em relação

ao novo regime e assim o manifestava em um encontro de trabalhadores em 1985:

Questionamos o novo governo, que é chamado de 'Nova República' mas que é formado pelos velhos caciques, que nada fará com respeito a Reforma agrária nem em relação a outras questões que venham favorecer aos pequenos produtores, posseiros e lavradores sem-terra, favorecendo sempre o que diz respeito aos interesses dos grandes projetos, aos empresários e latifundiários. A posição é de não ficar calado, reunir, discutir, oferecer propostas e reivindicar os direitos. (DOC. 4/1985)

Além do nível sindical, o movimento de atingidos a montante começou a ter articulações com o movimento de jusante²⁴ no final dos anos 80. O movimento de jusante surgiu posteriormente à luta dos atingidos do reservatório, realizando suas primeiras manifestações e reivindicações nos anos prévios (1983 e 1984) ao enchimento do reservatório. Justamente, suas reclamações eram relativas às modificações no comportamento do rio a partir da formação do lago, fato que afetaria principalmente uma das atividades mais importantes da região: a pesca. Por outro lado, com represamento da água, a população da região começou a sentir a mudança da água (cor, qualidade). Isto fez aumentar as doenças na área sendo a diarreia um das principais afecções. A escassez de peixe e camarão forçou a saída de muitos pescadores em busca de outras atividades, como a agricultura, o que gerou outro problema que é a falta de terra e a dificuldade de se adaptar a outra forma de vida. Além destas problemáticas houve um aumento de mortalidade infantil e também de pragas de gafanhoto e carapanã.

As experiências de luta contra os problemas causados pela barragem de Tucuruí propiciaram uma aproximação entre os dois movimentos. Constatamos um primeiro encontro entre ambos os movimentos em março de 1989 na sede do STR de Tucuruí, reunião que teve o objetivo de rearticular o movimento e realizar uma reorganização do trabalho feito na região. Neste encontro a memória foi acionada no sentido de relatar e compartilhar as experiências de luta de todos os envolvidos, tanto a jusante como a montante, contribuindo a fortalecer a identidade de atingidos pela barragem com o intuito de ampliar os horizontes do próprio movimento. É por isso que uma das pautas do encontro foi realizar uma avaliação do que foi feito por cada região atingida pela

²⁴ Não será desenvolvido nesta pesquisa a análise do movimento de jusante. Só citaremos algumas questões básicas das problemáticas deles.

barragem. Reproduzimos a continuação sinteticamente alguns dos depoimentos manifestados naquele encontro:

A jusante:

STR de Cametá: iniciaram antes do fechamento um processo de estudo e conscientização sobre os efeitos da barragem, através de reuniões nas comunidades com materiais didáticos, assembleias nos sindicatos e denúncias a partir do Encontro Anilzinho em outubro de 1986, começamos a discutir com a Eletronorte os efeitos da barragem, exigimos pesquisa de água, plantas e peixes. **STR Baião:** os sindicatos vêm trabalhando no sentido de criar uma comissão municipal para encaminhar a luta da barragem. **STR Mocajuba:** a comissão que criamos para a luta da barragem, acompanhou o trabalho de pesquisa, feito nas comunidades priorizadas. **Cametá:** a luta contra os efeitos da barragem está sendo encaminhado pelos sindicatos de trabalhadores rurais, nós pescadores somos os mais atingidos, porque o peixe acabou, só que a nossa Colônia é 'pelega', e a luta tem que ser feita fora dela.

A montante:

STR Itupiranga: quando iniciou a luta o sindicato estava controlado por um pelego. Como o sindicato não lutava, a luta foi encaminhada pela comissão, e quando ganhamos a direção do sindicato começamos a discutir também com a Eletronorte. **STR Tucuruí:** A luta começou com a comissão, porque o sindicato era pelego e não queria lutar, no início foram feitos vários acampamentos, tivemos apoio da Igreja (Prelazia de Cametá), que colocou uma assessoria e tivemos várias conquistas, depois a Igreja tirou a assessoria e ficamos sem condições financeiras para levar a luta pra frente. (DOC. 3/1989)

Estas reflexões compartilhadas publicamente sobre tudo o que foi feito pelos sindicatos e movimentos das regiões atingidas vão contribuindo para a unificação do grupo, ao tempo em que ajudam a pensar também para fora do movimento, no sentido das possíveis ações que poderiam realizar tendo como base a experiência (e, portanto a memória) acumulada. Neste sentido é que eles colocam as seguintes questões e tarefas para avançar na luta: “O que queremos hoje? Avisar o Brasil e o mundo, para *que problemas como esse não voltem a acontecer*. Exigir direitos (acordos feitos). *Passar as nossas experiências* (sistematizar e denunciar, relacionar com a política energética e o planejamento de desenvolvimento da região)” (DOC. 3/1989. Grifos nossos.).

Este tipo de encontros entre o movimento a montante e o movimento a jusante, foram fazendo com que estas organizações se aproximassem cada vez mais até que finalmente acabaram se juntando e conformando uma organização só, a Comissão dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), fundada no “Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí” realizado em Belém

nos dias 12 a 16 de maio de 1989. Esta junção é interessante, pois nos faz lembrar dos começos do movimentos quando analisamos a junção entre as comissões de Repartimento e Itupiranga as quais juntaram as suas experiências dentro de uma narrativa comum que ampliou seu enquadramento da problemática. O caso da CAHTU é similar àquele, pois na sua ata de fundação nos encontramos com um relato histórico do conflito que junta numa mesma narrativa as problemáticas a montante e a jusante. Sintetizamos aquela ata de fundação continuação:

Considerando:

Que em 1978 começou o processo desapropriatório para a construção da UHE de Tucuruí. Que a ELN não realizou o pagamento de indenização à totalidade dos desapropriados, haja visto a deficiência dos trabalhos de levantamento feitos que não abarcaram a todos os moradores. A recusa da ELN em abrir novos processos de indenização para os que nada receberam. Que aos que foram indenizados, a ELN não efetivou a totalidade dos pagamentos devidos. Que a água do rio Tocantins já se encontra poluída. A drástica redução da quantidade de peixe a jusante da UHE, ocasionando diminuição da pesca. O aumento absurdo de muriçocas nas margens do lago. Que a agricultura de várzea, na região a jusante encontra-se prejudicada pelas novas pragas que infestam a região. *A montanha de compromissos assinados e assumidos pela ELN e nunca realizados*; é que resolvem constituir a Comissão dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí com o fim único de tratar e divulgar, sob todos os aspectos os problemas decorrentes da construção e funcionamento da UHE de Tucuruí (DOC. 6/1989. Grifos nossos).

Desta forma já não falamos mais dos atingidos a montante ou a jusante, senão que se fala *dos* atingidos, quer dizer de todos os atingidos.

A partir dessa junção com o movimento de jusante, que resultou na criação da CAHTU, os atingidos começam a articular-se em nível regional primeiro, para culminar contribuindo, com sua experiência de resistência, na conformação de um movimento nacional, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Assim, a CAHTU veio se juntar a outros movimentos regionais que surgiram no final dos anos 70 em distintas partes do Brasil, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) na região Sul, e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI). Essas organizações começam a articular suas pautas tendo como principais questões: 1) a luta por indenizações justas; e 2) terra por terra (MAB, 2011a). Tais experiências de articulação regional levaram à realização do “Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens”, ocorrido em Goiânia, em abril de 1989

(DOC. 4/1989). O Movimento de Atingidos de Tucuruí participou compartilhando sua experiência com outros movimentos, contribuindo para a formação das bases para um futuro movimento nacional. Naquele encontro, foram compartilhadas as experiências de várias hidrelétricas já construídas como as de Balbina, Itaparica, Sobradinho e Itaipú, além do caso de Tucuruí. As memórias relatadas pela luta daqueles distintos movimentos serviram de base para outros atingidos que estavam começando a se organizar devido a outras usinas que estavam em construção -ou projetadas- na época, como as usinas de Oriximiná em Amazonas, Xingú no Pará, Ceará em Goiás, e Ji-Paraná em Rondônia. Os depoimentos de todos estes casos contribuíram para que no encontro seja realizada uma avaliação geral das consequências que trazem a construção de barragens. Assim, no encontro se manifestou que os empreendimentos hidrelétricos ocasionam os seguintes efeitos:

Agravamento das questões fundiárias: - desorganização do mercado de terras e aumento na procura e compra de terras na região. – Diminuição das terras férteis disponíveis. – Alta inflacionária no preço dos imóveis. – A obra e a infraestrutura atraem grandes compradores de terra, o que resulta no aumento da concentração fundiária. – Muitos dos que não tem título de propriedade não são indenizados e nem reassentados. – Aumento dos Sem-terra. – Aumenta a pressão sobre os territórios indígenas (invasão). – Expulsão para a cidade. – Expulsão para frentes de colonização na Amazônia.

Empobrecimento da população da região: – As indenizações não correspondem ao patrimônio perdido. – Baixa qualidade das novas terras. – Falta de infraestrutura nos reassentamentos.

Desorganização do modo de vida da população atingida. – Dispersão de comunidades e povoados. Perda do saber popular sobre a terra, o rio.

Desorganização das bases dos sindicatos rurais e urbanos.

Alterações ecológicas: – Impossibilidade de agricultura de vazante. – diminuição da pesca. – Aumento das doenças. (DOC. 4/1989).

Além do desordenamento territorial motivado pela instalação de grandes barragens, os atingidos, a partir de sua experiência de ação, sintetizaram também quais são as melhores estratégias de ação diante do conflito com as empresas promotoras de tais usinas. É importante destacar que eles salientam que uma primeira e fundamental estratégia de ação são as “alianças e troca de experiências com atingidos por outras barragens” (DOC. 4/1989), outorgando assim um papel essencial à memória na resistência contra a instalação de hidrelétricas. Além desta característica, eles recomendam:

- Recusar em sair da terra.
- Acampamentos nos canteiros de obra.
- Denúncias em jornais, rádios e TV.
- Organização de atos públicos e romarias.
- Abaixo assinados.
- Instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito.
- Pauta de Reivindicações. (DOC. 4/1989).

Dois anos depois, finalmente, no I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, em março de 1991, “se decide que o MAB deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso” (MAB, 2011b), e se estabelece o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país. Desta forma, a memória da luta pelo deslocamento compulsório da barragem de Tucuruí, vai se transformando em *memória de longo prazo* sendo acionada no sentido de alimentar outros processos de resistência de atingidos por barragens.

2.3.1 A CPI das barragens fecha um ciclo na luta dos atingidos

Apesar não ser uma ação encaminhada pelo movimento, consideramos que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Tucuruí na ALEPA, também conhecida como “CPI das Barragens”, foi uma vitória indireta da luta dos atingidos, pois a partir dela o Estado oficialmente fez uma avaliação de tudo o que aconteceu durante o processo de construção e posta em funcionamento da barragem de Tucuruí, reconhecendo muitos dos erros e abusos por parte da empresa. Em tempos da ditadura, talvez, um processo aberto como este, com depoimentos de quase todas as partes envolvidas não teria sido possível. Por outro lado, a deputada que fez o requerimento da mesma, foi a Deputada Aida Maria da Silva, quem na época fora parte do movimento de atingidos como assessora da Prelazia de Cametá.

Desta forma, a Comissão Parlamentar de Inquérito, foi instalada no dia 18 de abril de 1991 no Plenário da ALEPA pelos seguintes deputados: Deputada Eunice Gouveia, Presidente. Deputada Aida Maria, Requerente. Deputado Miriquinho Batista, Relator. Deputados Herundino Moreira e José

Priante. Esta Comissão tinha a tarefa de investigar e propor providências em relação à agressão ambiental, à queda da qualidade de vida e os danos econômicos causados à população atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A metodologia utilizada para o processo investigatório foram depoimentos colhidos, visitas ao Município de Tucuruí e ao lago pelos membros da comissão. Ao mesmo tempo foram convocados a depor pesquisadores, moradores, autoridades dos municípios atingidos, a diretoria da Eletronorte, representantes da classe empresarial e entidades da sociedade civil organizada (DOC. 4/1991).

Para finalizar, resgatamos a continuação alguns pontos das conclusões daquela CPI:

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se constituiu num dos mais graves erros cometidos pelo Governo Federal nos últimos anos, na região amazônica. A Eletronorte não teve uma preocupação séria em relação ao meio ambiente ao construir a barragem de Tucuruí, surgida a partir de um planejamento estatal centralizado, como parte de um pacote elaborado pelos militares para explorar a região. Ferro em Carajás, Alumínio Barcarena. As consequências estão sendo desastrosas. A maioria dos municípios que sofreram as consequências da construção da barragem sequer é servida pela energia produzida pela usina. A ação da Eletronorte, negligente e irresponsável, provocou a diminuição de peixes, poluição do rio por mercúrio, interrompeu a navegação no rio e não construiu eclusas, diminuiu, enfim, a qualidade de vida da população. O deslocamento de milhares de famílias necessariamente tumultuou a relação homem natureza. No caso de Tucuruí a população atingida vivia de atividades agroextrativistas. Combinavam a cultura de subsistência com o extrativismo pesqueiro e florestal. Os critérios de remanejamento não levaram em conta essa relação. Houve, portanto, uma forte desestabilização sociocultural da população.

Por tudo isso, é que esta Comissão entende que os danos cometidos no passado devem ser reparados e não aceitará mais que no futuro através de atitudes autoritárias nosso território seja alvo de descalabros como o ocorrido em Tucuruí (DOCs. 3 e 4/1991).

3 A MEMÓRIA DA ELETRONORTE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Neste capítulo analisaremos os diferentes documentos produzidos pela Eletronorte durante os dois períodos propostos para a análise. Assim, num primeiro momento examinaremos os documentos que foram produzidos desde a criação da Eletronorte em 1973, passando pelos primeiros relatórios que caracterizam socioeconomicamente às populações da região a ser atingida pelo reservatório, junto com os documentos probatórios da empresa para garantir a desapropriação e a reorganização do território, assim como as diferentes cartas redigidas pela empresa buscando justificar suas ações. O período de tempo desta memória “em processo” ou “de curto prazo” é durante o conflito desatado com o Movimento de Atingidos que vai desde a criação da Eletronorte e os estudos de viabilidade do projeto de Tucuruí, até a inauguração da Usina em 22 de novembro de 1984, período que coincide com a abertura democrática e o começo da mudança progressiva da empresa nos modos como se relaciona com as populações que se encontram nas áreas de influência dos seus projetos. A segunda periodização proposta vai desde a inauguração da Usina Hidrelétrica até a finalização da construção da primeira etapa do projeto de Tucuruí concluída em dezembro de 1992. Neste período pós-deslocamento dos atingidos, as estratégias de memória da empresa estiveram focadas na elaboração de distintos planos diretores e manuais que terão como base, em parte, as experiências passadas de conflitos com as populações atingidas pelo projeto hidrelétrico de Tucuruí. Uma segunda estratégia será a elaboração de uma narrativa que pretenda a construção de uma memória de longo prazo. Veremos isto refletido nos distintos documentos “comemorativos” dos feitos da empresa onde será contada a história da construção da UHE-Tucuruí como uma façanha da engenharia moderna, ao tempo que se invisibiliza a situação das comunidades que foram atingidas.

3.1 A memória como estratégia de legitimação da desapropriação das populações atingidas. Memória em processo ou de curto prazo da Eletronorte

A memória em processo da Eletronorte se enquadra numa estratégia geral de busca de fundamentos ditos “técnicos” que possam justificar o processo de deslocamento compulsório e a realização do empreendimento. A tal fim é que antes do início da construção da UHE de Tucuruí a Eletronorte mandou realizar um estudo, no marco da análise da viabilidade do projeto, sobre as características socioeconômicas das populações que seriam atingidas pelo lago reservatório da barragem. Este documento é de vital importância, pois é através dele que a Eletronorte tentou demonstrar que as populações que seriam atingidas pelo projeto viviam no “atraso” e sob condições paupérrimas, e que, portanto, a construção da hidrelétrica traria vantagens e desenvolvimento econômico. Desta forma, é que a Eletronorte encarrega às empresas consultoras Engevix S.A. e Ecotec S. A. (Economia e Engenharia Industrial) um estudo para conhecer a realidade socioeconômica da região. Estas empresas elaboraram assim para a Eletronorte, o relatório intitulado “Aproveitamento hidrelétrico de Tucuruí. Estudos de viabilidade. Aspectos Socio-Econômicos. Desapropriação” (ELETRONORTE, 1974) em dezembro de 1974. Vale dizer que esta é a primeira vez que a empresa aciona a estratégia de encomendar “relatório de comissão de expertos”.

Como tínhamos dito na Introdução, esta estratégia baseia-se na construção de um discurso que busca formatar a realidade com a intenção de encontrar argumentos que justifiquem um modo de agir. É por isto que um elemento central desta estratégia é a busca de um posicionamento de “neutralidade”, onde as caracterizações feitas sejam então “objetivas”. Assim, a conformação desta “comissão” integrada por estas duas empresas “expertas” em projetos de engenharia de grande porte, permite à Eletronorte obter uma resposta “objetiva” garantida na expertise das empresas consultoras. O relatório produzido transforma-se assim num capital simbólico que permite à empresa agir com legitimidade nas ações de desapropriação para o enchimento do reservatório.

Outro atributo deste tipo de intervenção é que resulta num planejamento de tipo autoritário, pois a caracterização socioeconômica das populações baseia-se numa avaliação unilateral no sentido de que suas principais conclusões não estão mediadas pelo diálogo com elas. Assim, e apesar de ser importante para uma análise deste tipo o uso de dados “objetivos”, também deve ser incorporada de alguma forma a voz de esses sujeitos que estão sendo caracterizados para compreender o sentido de suas práticas. Em vez disso, os técnicos da Engevix e da Ecotec preferiram manter uma distância na caracterização das populações por meio de uma linguagem “objetivante”.

Assim é que o relatório técnico começa fazendo uma caracterização geral da região, que inclui os municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Marabá, afirmando que ela está “constituída de cidades, vilas e povoados estagnados e zona rural paupérrima, vivendo a população às margens do Tocantins em regime de economia fechada, no limite da subsistência”. Por estes motivos é que, para eles, “a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí somente poderá trazer benefícios à região.” (ELETRONORTE, 1974, p. 1). Aos olhos do relatório, o único município que atingia um patamar de desenvolvimento de acordo com os critérios da empresa era a cidade de Marabá. Nesse sentido, é visto como desejável um modo de vida em que a reprodução social e material seja feita por meio da fixação à terra, opondo-se assim ao modo de vida ribeirinho que é considerado atrasado. De acordo com o relatório:

A castanha-do-Pará, cuja área de produção se situa no Município de Marabá, permitiu a fixação do homem à terra, despertando seu interesse também pela exploração de madeira e criação de gado, tornando-se hoje, Marabá, o centro mais importante da Micro-região 19, que compreende ainda os municípios de Tucuruí, Jacundá e Itupiranga (ELETRONORTE, 1974, p. 11).

A descaracterização e deslegitimação do modo de vida extrativista e ribeirinho é feita quase ao longo de todo o relatório e de diferentes formas. Fica claro para nós que isto é assim, pois com a instalação da UHE-Tucuruí esse modo de vida praticamente deixará de ter lugar; portanto, é importante demonstrar o “atraso” que representa. Uma primeira forma em que se manifesta a deslegitimação é na descrição dos tipos de solos da região quando se faz referência ao solo de várzea. No capítulo anterior explicamos como é que este tipo de solo é fundamental para o desenvolvimento do modo de vida

ribeirinho baseado na agricultura de vazante representando assim um valor importante na economia da região. Porém, para as consultoras da Eletronorte “a drenagem difícil deste tipo de solo das planícies, que é fertilizado pelos sedimentos trazidos e depositados durante as cheias, torna *quase impraticável sua utilização econômica*” (ELETRONORTE, 1974. Grifos nossos.). Claramente para eles, os agricultores “vazanteiros” não representam agentes econômicos que sabem fazer um uso dos ciclos do rio para garantir sua subsistência. Já em relação à pesca, que é uma das atividades econômicas centrais das populações ribeirinhas da área, a Eletronorte a caracterizava como “assistemática e realizada por processos rudimentares” (1974, p. 54). É uma colisão entre duas formas de conceber o território. Do lado dos ribeirinhos e indígenas, é a natureza a que marca os ritmos da vida e, portanto, as atividades econômicas nos diferentes momentos do ano. Para a Eletronorte é justamente o contrário. É a natureza que tem que se adaptar aos ritmos de produção que o modo de produção capitalista impõe.

Outra descaracterização referida aos usos do rio por parte das populações da região, é em relação à utilização do rio como um meio de transporte. O relatório apresenta esta forma de locomoção como uma forma caduca e em vias de extinção graças ao “progresso”:

A utilização das vias fluviais da região remonta ao início do povoamento, mas se encontra atualmente relegada a um plano secundário em consequência do *progresso*, cada vez mais crescente, das rodovias. Assim, no estado de Goiás, a Belém-Brasília provocou a decadência da navegação do rio Tocantins, que até 1960 era a principal via de circulação do norte goiano e responsável pela vinculação econômica que esta área mantém com os Estados do Maranhão e do Pará (ELETRONORTE, 1974. Grifos nossos.)

Deste modo, se apresenta a história da ocupação produtiva da região como uma marcha para o progresso. Se constrói uma narrativa na qual graças às novas infraestruturas é possível para os ribeirinhos sair da “precariedade” em que vivem. De acordo com o relatório a história da ocupação da região é resumida assim:

O povoamento das margens do Rio Tocantins decorreu, inicialmente, da utilização do rio, como única via de circulação para Belém. [...] O ciclo da borracha, a extração de castanha-do-Pará e o afluxo de garimpeiros à procura de ouro e diamantes contribuíram para a formação de pequenas colônias espontâneas. [...] A construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, concorreu para o deslocamento de parcelas substanciais da população ribeirinha à

procura de locais que ofereçam perspectivas de trabalho e condições humanas de sobrevivência (ELETRONORTE, 1974).

Nesta descrição, se encontra de maneira implícita um raciocínio segundo o qual o processo de ocupação da área se desenvolve num *continuum* que vai desde um modo de ocupação regional extrativista e ribeirinho, para um processo dirigido pelo Estado que é marcado pelos “grandes objetos” (SANTOS, 1995) que imprimem um ordenamento territorial orientado pelo cálculo racional numa lógica desenvolvimentista. Nesse quadro, a projeção destes “veículos do progresso” como a Barragem, seriam objetos “desejáveis” aos olhos destas populações, pois através deles poderiam sair do “atraso” em que se encontram.

Seguindo a mesma linha de análise, vemos que o relatório faz também uma caracterização detalhada das vivendas da região. A importância deste ponto, se encontra no fato de que, além das terras e benfeitorias, a Eletronorte deveria indenizar também as casas das pessoas que seriam atingidas pelo reservatório. Mais uma vez aqui, se apresenta um panorama de precariedade e miséria que só poderá ser resolvido com a chegada da Usina de Tucuruí. Segundo o relatório a impossibilidade de construir habitações dignas se deve à falta de infraestruturas que permitam o desenvolvimento da região. Assim, se afirma que:

A inexistência de condições mínimas e razoáveis de habitação na área justifica-se por vários fatores. A situação econômica, o baixo poder aquisitivo, a própria estrutura da economia de subsistência, as dificuldades de acesso e as distâncias dos principais centros, o alto custo dos materiais de construção, como decorrência e a ausência de perspectivas indicam que o panorama hoje observado não sofrerá quaisquer alterações num futuro próximo. Somente a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí poderá vir a modificar o quadro existente (ELETRONORTE, 1974, p. 92).

A suposta falta de possibilidades para construir uma moradia digna leva a pensar aos autores do relatório técnico que os habitantes da região do futuro lago não têm condições mínimas de higiene, e, portanto, estariam impossibilitados de viver uma vida decente. Neste sentido, eles afirmam que:

À exceção das casas de alvenaria, bastante precárias, as demais apresentam condições sub-humanas de moradia onde o desconhecimento das práticas mais rudimentares de higiene pode ser verificado [...] Em alguns lugares, porcos e pessoas mantêm estreita convivência (ELETRONORTE, 1974, p. 93).

Este relatório técnico, sobre as características socioeconômicas da região a ser atingida, apresentado à Eletronorte pela comissão *ad hoc* conformada por duas empresas expertas em grandes obras de infraestrutura, transforma-se, de acordo com a linha teórica proposta, num documento de memória que tem valor simbólico, passando a ser um capital que permite à empresa agir legitimamente. Temos aqui um dos mecanismos pelos quais o Estado constrói legitimidade simbólica para atuar numa direção desejada. A função aqui da comissão é essencial. De acordo com Bourdieu, temos dois atos que são subjacentes à constituição de uma comissão:

Primeiro, a designação, a nomeação — se há um ato estatal, é justamente a nomeação — de um conjunto de pessoas reconhecidas como habilitadas, socialmente designadas para cumprirem certa função; em seguida, a designação de um problema digno de ser tratado por pessoas dignas de administrar os problemas públicos. O problema público é um problema que merece ser tratado publicamente, oficialmente. (BOURDIEU, 2014, p. 70)

A través do ato de nomeação, o Estado confere autoridade simbólica aos membros da comissão conformada para tratar, oficialmente, um assunto público. As conclusões elaboradas por esta comissão, que se encontram respaldadas por sua *expertise* técnica, passam a ser dotadas também do capital simbólico que confere a oficialidade de atuar em nome do Estado, quer dizer, em nome do público.

Isto é muito importante, no sentido de que a Eletronorte, que representa aqui o Estado, deve elaborar uma justificação *técnica* para a realização de obra baseada num critério de objetividade e neutralidade. Neste sentido:

O Estado [...] de modo geral reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre os pontos de vista. Ele diz acerca desse ponto de vista que é o ponto de vista certo, o ponto de vista dos pontos de vista, o “geométral de todas as perspectivas”. É um efeito de divinização (BOURDIEU, 2014 p. 77).

É aqui que se entende a importância que tem para o Estado a manifestação dos seus pontos de vista através da conformação de comissões de expertos, pois para que esse ponto de vista possa ser legítimo, ele deve aparecer como um ponto de vista que está por fora dos jogos de interesse do mundo social. Para isso:

Ele deve fazer crer que ele mesmo não é um ponto de vista. Para isso, é capital que ele faça crer que é o ponto de vista sem ponto de vista. Portanto, é preciso que a comissão apareça como uma comissão de sábios, isto é, acima das contingências, dos interesses,

dos conflitos, fora do espaço social enfim, pois, desde que estamos no espaço social, somos um ponto, portanto um ponto de vista que é relativizável (BOURDIEU, 2014 p. 76-77).

O documento elaborado pela Comissão passa a ser assim um capital simbólico nas mãos do Estado, que permite agora avançar no projeto sustentando que este não só será vantajoso para as comunidades que serão atingidas, senão que, devido a situação de “precariedade” em que se encontram de acordo com o relatório, passa a ser necessário. Desta forma, vemos que o ordenamento territorial tem também seu correlato simbólico, o qual é o suporte que justifica as mudanças e os “sacrifícios” que têm que ser feitos em nome do “bem comum”.

3.1.1 A Violência Simbólica dos documentos Técnico-Jurídicos da Eletronorte

Logo após o relatório de viabilidade socioeconômica, o qual é um documento de “memória estratégica” que permite, como dito anteriormente, a justificação da desapropriação da área de influência do reservatório, a Eletronorte passou então a avançar no território de maneira efetiva, para o qual também vai recorrer à utilização de um arcabouço de ferramentas simbólicas sob a forma de documentos jurídicos. A diferença com a etapa anterior, realizada no decorrer do ano 1974, é que a empresa agora vai entrar em contato com as populações a serem atingidas, mas esse contato será feito de modo semelhante ao realizado no relatório de avaliação socioeconômica, quer dizer, será um contato marcado pela distância e pelo acionar unilateral e unívoco. Este modo de proceder trouxe muitos problemas à Eletronorte, como expressamos no segundo capítulo a partir da conformação e ação do Movimento de Atingidos. Mas, como veremos mais adiante, a experiência lhes servirá na elaboração das estratégias baseadas no que chamamos de “memória pós-deslocamento”.

Aparece aqui novamente uma forma de proceder que denominaremos acionar estatal por desdobramento. Como vimos anteriormente no caso da constituição da comissão, o objetivo era o de conseguir a legitimidade simbólica ao realizar uma ação desde um patamar de aparente “neutralidade”. Isto quer dizer que, em muitas ocasiões, o Estado não age diretamente, senão

que se “desdobra” na procura de demonstrar que a ação vem determinada pelo saber, ou a autoridade de outro agente. A função estratégica da memória político-conflitual se manifesta aqui através de diferentes documentos que têm a intenção de “fixar” certos elementos de um processo, limitando assim o acionar do adversário.

Assim, uma primeira expressão desta caracterização foi através do Decreto Presidencial nº 78.659 de 1º de Novembro de 1976, assinado pelo então Presidente Ernesto Geisel. Este documento vai servir de apoio explícito ao processo de desapropriação que a Eletronorte vai fazer na área de influência do futuro reservatório. Assim, o Decreto:

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE, localizadas no Estado do Pará.

Art. 3º. Fica autorizada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE a promover a desapropriação das áreas de terra e benfeitoria de que trata deste Decreto, na forma de legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei número 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência processo de desapropriação, para fins de imissão de posse das áreas de terra e benfeitorias abrangidas por este Decreto (BRASIL, 1976).

Aqui é o poder executivo quem confere a autoridade à Eletronorte para proceder legitimamente sobre o território. Este documento primário é fundamental, porque é através dele que se justifica o processo como um todo. Tudo o que será desencadeado a partir daqui terá origem e justificação na autoridade que outorga o Decreto para desapropriar as terras necessárias para o enchimento do lago. O agente estatal que passa a agir como poder executivo, por ordem do Governo Militar, é a própria Eletronorte que terá a tarefa de ordenar toda a região em razão de um interesse, a produção de energia elétrica, declarado agora oficialmente nacional, e portanto, público. Isto quer dizer que a produção de energia agora é interesse de todos, e que as terras, benfeitorias e modos de vida das populações atingidas, passam a ser, então, interesses secundários e particulares. De fato, a luta do Movimento de Atingidos nunca passará pela crítica ao processo de desapropriação em si, senão que se focará na exigência de justa indenização. Isto obedece também a

que o Estado, além de possuir como afirmara Weber o monopólio da violência legítima, possui também o monopólio da violência simbólica. Com a expressão “violência simbólica”, Bourdieu pretende enfatizar a maneira pela qual os dominados aceitam como legítima sua própria condição de dominação (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Nesse sentido, o poder simbólico não emprega a violência física, mas sim a violência simbólica, que é um poder legitimador que suscita um certo consenso dos dominados, sendo assim um poder que constrói o mundo pela capacidade de impor a visão legítima do mundo social e suas divisões, e a capacidade de impor os meios para entender e se adaptar ao mundo social através do senso comum que representa de modo disfarçado o poder econômico e político, contribuindo assim para a reprodução de acordos sociais injustos. (BOURDIEU, 1987; FERNÁNDEZ, 2005). Desse modo, nesse primeiro momento, a luta limita-se, de certa forma, dentro dos marcos sociais que o Estado impõe. Isto implica o reconhecimento por parte dos atingidos de que o conflito não passa pela decisão de construir a hidrelétrica ou não, senão que a sua luta se centrará nas indenizações. Assim, através da violência simbólica, percebe-se de uma maneira sutil o alcance da autoridade desta agora verdade oficial (manifesta no Decreto); desta verdade pública que responde a partir de então a um interesse *des-particularizado*. De acordo com Bourdieu:

Para conseguir esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos “o Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer. Deve dar o espetáculo do universal, aquilo sobre o que todos, em última análise, estão de acordo, aquilo sobre o que não pode haver desacordo porque está inscrito na ordem social em determinado momento do tempo (BOURDIEU, 2014, p. 77).

Com base no Decreto citado, começaram os levantamentos das benfeitorias de todas as comunidades que iriam ser atingidas pelas águas do futuro reservatório em 1978. A empresa responsável pelo levantamento vai ser a Basevi Construções, e a partir de 1979 terá o apoio do Incra. Um dos primeiros passos da desapropriação, foi fazer efetivos os termos do Decreto em relação aos atingidos. Assim, em primeira instância foram elaborados documentos que informavam a existência de dito Decreto às pessoas que seriam deslocadas. Reproduzimos a continuação um fac-símile, a modo de

O território passa assim a ser racionalizado e burocratizado a partir de uma pauta jurídico-mercantil que gira em torno dos tempos e das necessidades da construção da Hidrelétrica. A tal fim, foram elaboradas pela Eletronorte as fichas de levantamento cadastral dos bens das pessoas que seriam atingidas pelas águas do futuro lago com o objetivo de quantificar seu valor monetário e assim efetuar a indenização. O registro de cada elemento e benfeitoria das propriedades dos atingidos terá um detalhamento bastante minucioso com base em planilhas preestabelecidas que irão cadastrando cada um dos bens a serem indenizados. Estas planilhas constavam de três pontos principais: 1- Identificação do ocupante. 2- Características do imóvel. 3- Descrição da estrutura econômica.

Em relação ao segundo ponto detalha-se a localização do imóvel; se possui ou não titulação; e a área do imóvel. Com respeito terceiro ponto foi feita uma lista com todos os plantios que a pessoa tinha junto ao valor estabelecido pela empresa. Também neste item eram listadas as “benfeitorias não reprodutivas” correspondentes as casas e ranchos. Reproduzimos a continuação alguns trechos de ditas planilhas:

Figura 3. Descrição das características do imóvel a ser expropriado.

C - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL			
1 DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL SÍTIO SÃO RAIMUNDO			
2 MUNICÍPIO TUCUÍ	3 DISTRITO BREJO BRANCO	4 COMARCA TUCUÍ	
5 DOCUMENTO QUE COMPROVE A PROPRIEDADE DO IMÓVEL NÃO POSSUI			
6 CARTÓRIO	7 REGISTRO Nº	8 LIVROS	9 FOLHAS
10 Nº DO INCRA	11 ÁREA DO IMÓVEL (ha.) 100,0000 Ha	12 ÁREA ABRANGIDA (ha.)	
13 SITUAÇÃO DO IMÓVEL <input type="checkbox"/> URBANO <input checked="" type="checkbox"/> RURAL <input type="checkbox"/> URBANO E RURAL			
14 LIMITES E CONFRONTAÇÕES NORTE TERRAS DE ANTONIO RODRIGUES TELJEIRA SUL TERRAS DE JOAO PRECHEDES LESTE TERRAS DE RAIMUNDO NONATO OESTE TERRAS DE SIMONE ELIAS			

Fonte: Eletronorte, 1979. DOC. ELN. 2/1979. “Ficha de Levantamento cadastral”.

Nos casos acima citados, vemos que a ação simbólica do documento funciona como uma memória que fixa os termos do tipo de relação social estabelecidos a partir dele. No entanto, o poder e a violência simbólica do documento não é encontrada apenas no discurso. Para se entender seu poder, deve-se atentar para as condições sociais em que esse discurso ocorre, ou seja, para a posição do agente emissor e de seus interlocutores dentro do campo. Nesse sentido, vemos que o poder simbólico de um discurso será determinado pela correlação de forças entre os agentes envolvidos, quer dizer, se o agente possui legitimidade, reconhecimento e, portanto, autoridade para emitir esse discurso. Destaca-se aqui a importância da relação entre capital simbólico e o discurso manifesto no suporte material do documento, já que quem possui a legitimidade social para falar em nome de um grupo, será capaz de fazer “coisas com palavras”, isto é, construir a verdade e impor uma certa visão do mundo social. Nesse sentido, a Elettronorte, que representa os interesses do Estado, tem uma vantagem inicial para definir os termos do conflito político, transformando, através de suas ações, os colonos, indígenas e ribeirinhos em “atingidos”. No longo prazo, a empresa (e o Estado) pagará um custo político, tendo que reconhecer “erros” e “excessos” no processo de deslocamento compulsório, graças a ação do Movimento. Isso ficará manifesto na reelaboração das estratégias de relacionamento com as populações atingidas a partir da memória pós-deslocamento.

Outra característica dos enunciados contidos nos documentos utilizados com o objetivo de garantir e justificar a expropriação é que eles buscam ser “performativos” da realidade que manifestam através da própria escrita. Isto é característico do discurso jurídico que é um discurso criador, e que, portanto, faz existir o que ele enuncia. O discurso jurídico é o limite ao qual pretendem chegar todos os enunciados performativos, isto é,

a palavra divina, o direito divino que, como a *intuitus originarius* que Kant atribuía a Deus, faz surgir para a existência o que ela enuncia. A partir do enunciado jurídico em mãos do Estado, estabelece-se um ritual no qual, por meio do exercício de uma competência técnica, é finalmente exercida uma competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar, e o que é mais importante, a falar com autoridade (BOURDIEU, 2008, p. 28).

O resultado deste processo de espoliação, é ao mesmo tempo material e simbólico, pois paulatinamente os atingidos não só perdem suas terras, senão

também seu modo de vida. É a passagem de um regime de relativa autonomia destas comunidades para um regime tutelar no qual, em grande medida, passam a ser dependentes do Estado.

3.1.2 A Ação Estratégica da Memória nas trocas epistolares da Eletronorte

No contexto do processo de deslocamento compulsório, além dos documentos técnico-jurídicos, houve também intercâmbios epistolares entre a Eletronorte e as diferentes entidades de apoio do Movimento de Atingidos. Aqui, a empresa tentará defender sua política de relocação baseando-se na legitimidade das estratégias elaboradas por ela e no poder simbólico da avaliação dos “expertos” respeito das diferentes situações conflitivas ao interior desse processo.

Assim, em relação ao conflito desencadeado em Repartimento por causa das baixas indenizações e a incerteza sobre a relocação no começo dos anos 80, o Senador governista Jarbas Gonçalves Passarinho deu apoio ao reclamo da população daquela comunidade. A tal fim, encaminhou uma carta à Eletronorte exigindo respostas em relação a situação de Repartimento, subscrevendo ao Manifesto que a dita população tinha encaminhado também à empresa (DOC. MOV. 2/1980). De maneira geral, as respostas da Eletronorte a este tipo de missivas foram sempre no sentido de negar as reclamações das comunidades atingidas amparando-se na legalidade dos seus procedimentos técnico-jurídicos. Para a Eletronorte, naquele tempo, tudo o que estava por fora desse tipo de procedimentos legais, simplesmente não existia. Com base nisso, afirmavam a respeito da situação em Repartimento:

Com mais de 1200 indenizações procedidas na área, não temos sequer uma ação ajuizada, revelando, pois, uma boa receptividade aos nossos critérios e um razoável entendimento. Esse entendimento resulta do fato de ser a indenização de benfeitorias ou de terra nua sempre paga mediante avaliação criteriosa, obedecida a tabela elaborada especialmente para tal finalidade, por quatro dos mais abalizados técnicos do Estado do Pará, alheios aos quadros da Eletronorte, todos ex ou atuais Professores, além de terem exercido ou ainda exercido as seguintes atividades: Dr. José Maria Conduru: Ex-Diretor do Instituto Agrônomo do Norte, atual EMBRAPA, Técnico do Ministério da Agricultura. Dr. Eurico Pinheiro: Ex-Secretário da Agricultura do Estado do Pará – Professor da Faculdade de Ciências Agrárias. Dr. Ítalo Falesi: Ex-Diretor da EMBRAPA e atual Secretário da Agricultura do Estado do Pará. Dr. Walter Hugo dos Santos: Ex-Secretário da Agricultura do Estado do

Pará, atual Delegado do Ministério da Agricultura do Estado do Pará (DOC. ELN. 3/1980).

Vemos aqui novamente que a estratégia da Eletronorte é respaldar-se exclusivamente na “expertise” técnica dos seus assessores e os instrumentos elaborados por eles, garantindo assim a “neutralidade” e a “justiça” nos procedimentos. Este mesmo argumento será acionado pela empresa diante das críticas recebidas por meio de cartas encaminhadas pela Contag e a Prelazia de Cametá. De fato, a empresa utiliza o mesmo trecho citado anteriormente nas respostas a estas instituições. Por outro lado, a empresa justifica suas ações dando ênfase para as dificuldades inerentes à região devido a seu relativo isolamento, o que fazia aumentar os orçamentos dedicados às relocações. Por esta razão, salientam para o Senador que o processo de deslocamento teria que ser feito de acordo com os tempos e cronogramas da obra. Mais uma vez, se manifesta de forma explícita a forma “objetivante” com que a empresa trata às populações atingidas como se fossem um componente mais da paisagem da região:

Creemos oportuno salientar que, embora o valor da terra na região de influência da UHE de Tucuruí seja menor do que em outras regiões do país, os trabalhos para sua caracterização, demarcação e outros, têm custos vultuosos, em função das condições adversas que a região apresenta, o que nos leva a conduzir tais ações dentro de programações compatíveis com as necessidades do cronograma e com a disponibilidade de recursos da empresa (DOC. ELN. 3/1980).

A empresa também intercambiou cartas com alguns dirigentes da Igreja Católica como foi o caso do Bispo da Prelazia de Cametá, Dom José Elias Chaves, que mostrava-se preocupado com a situação das comunidades da região, pelo qual interveio em seu favor exigindo respostas da Eletronorte. Novamente aqui a empresa fez uma desqualificação política e sociocultural das populações atingidas afirmando que:

a grande maioria dos habitantes da área que será inundada com a formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, não possui qualquer título de domínio sobre as áreas detidas, caracterizando meras posses onde foram implementadas benfeitorias, quase sempre de pouca expressão econômica (DOC. ELN. 5/1981)

O que fica claro neste parágrafo é que para a Eletronorte, desde sua perspectiva técnico-jurídica, as populações atingidas não teriam competência para reclamar nada, pois não dispunham da titulação correspondente para fazê-lo, ao tempo que suas atividades, não teriam maior relevância por serem

economicamente “inexpressivas”. Manifestações como esta, só reforçam o fato de que o deslocamento compulsório está justificado e que, aliás, seria “benéfico” para os atingidos, já que, obteriam assim terras tituladas e, portanto, o reconhecimento oficial do Estado.

Já, em relação às áreas tituladas, correspondentes a fazendeiros, a Eletronorte manifesta que não teve maiores problemas para efetuar a desapropriação:

As áreas tituladas, geralmente pertencem a fazendeiros, com os quais vimos negociando, dentro da pauta estabelecida para tal tipo de negociação, não tendo havido, até aqui, maiores dificuldades na celebração dos acordos (DOC. ELN. 5/1981).

Nesta oposição se pretende mostrar que os problemas vêm de quem está “fora da lei”, e que se isto não fosse assim, o processo se desenvolveria com normalidade.

No mesmo sentido foram as respostas da Eletronorte à Contag, no que respeita às indenizações pagas e ao tamanho dos lotes concedidos. Um dos problemas em relação a isto foi que boa parte dos atingidos, antes da barragem, tinham lotes de 100 hectares ou 21 alqueires – notadamente os colonos da Transamazônica – ²⁵ e que logo após o deslocamento receberam um lote de 50 hectares ou 10 alqueires. Vimos no capítulo anterior que o problema para estes camponeses é que em 10 alqueires não poderiam desenvolver com rentabilidade suas atividades agrícolas, e que por isso mesmo, para eles era uma de suas demandas mais importantes.

No entanto, a Eletronorte, ao invés de ter uma política baseada no diálogo e no entendimento com as populações camponesas, se manteve firme na sua estratégia autoritária e unívoca de formatar a realidade desde um prisma técnico-jurídico. Em relação ao tamanho dos lotes dos atingidos, a empresa afirmava que:

Há de convir-se, ainda, nesse particular, que, por esses lotes de 100 has, a Empresa pagou, a cada expropriado, a respectiva indenização pela terra nua e pelas benfeitorias lá existentes, a par dos demais benefícios concedidos, sem embargo de que tais lotes estivessem apenas documentados por títulos com condição resolutiva, cujo efetivo direito de propriedade só seria conquistado ao cabo de 20 anos, quando se exauriria o prazo previsto para pagamento do valor dessa terra à União, acrescido das custas correspondentes à sua demarcação e outros emolumentos relativos ao seu processo

²⁵ Ver nas figuras 2 e 3 que se encontra detalhado o tamanho do lote que era de 100 hectares.

aquisitivo, muito ao contrário, portanto, dos lotes que lhes são concedidos adicionalmente às indenizações pagas, pelos quais os expropriados não pagam absolutamente nada, achando-se eles já demarcados e com titulação definitiva praticamente logo em seguida outorgada pelo Órgão Público competente (DOC. ELN. 1/1982).

Novamente aqui, a Eletronorte se apresenta a si mesma como um agente que veio trazer soluções e benefícios para as populações atingidas por seu empreendimento, para o que se ampara nas vantagens legais, no que respeita à titulação de terras, oferecidas de maneira gratuita. Por outro lado, em relação à diminuição do tamanho dos novos lotes para os atingidos, a empresa volta a utilizar a estratégia do desdobramento estatal, para mostrar que ela não tem responsabilidade respeito disso, já que o GETAT é que responde por essa política. De certa forma, busca-se aqui apontar que as mudanças no modo de vida das comunidades atingidas não é responsabilidade da empresa, senão que decorre de instâncias sobre as quais a Eletronorte não tem controle nenhum. É por isso que quando os atingidos apresentam a reclamação sobre o tamanho dos lotes, no caso, através da Contag, a Eletronorte responde da seguinte maneira:

Quanto à modulação abaixo de 100 has, essa particularidade, relativa a tal dimensionamento, é assunto de exclusiva competência do GETAT, a quem está afeto, por lei, proceder à destinação das terras sob sua jurisdição, atuando, nesse aspecto, como órgão colaborador para com a Eletronorte, visando equacionar, tanto quanto possível, os problemas relativos à disponibilidade de terras para tais remanejamentos e dos critérios legais a serem seguidos para sua consecução (DOC. ELN. 1/1982).

É a execução de um planejamento burocrático segundo o qual a realidade se ordena a partir da “fetichização” das narrativas de documentos e leis os quais parecem funcionar como autómatos fora do controle dos seus criadores.

3.2 A construção da memória de longo prazo do Setor Elétrico e da Eletronorte

O fechamento da barragem de Tucuruí, em 22 de novembro de 1984, marca a finalização da etapa mais ativa do conflito com as populações atingidas. Vimos que a partir da inauguração oficial, ainda que o conflito não tivesse acabado, a intensidade das ações do movimento decresceu de forma

considerável, mudando o foco das intervenções para manifestações ligadas a levar a experiência do movimento, tanto para outros conflitos, contribuindo na conformação de organizações regionais que levaram a uma filiação ao MAB, como ao interior do conflito propiciando a unificação com o movimento de jusante. No caso da Eletronorte, e do Setor Elétrico em geral, o início da geração de energia da UHE de Tucuruí também marcou um ponto de inflexão na história da empresa, no sentido de aproveitar a experiência do conflito com as populações atingidas pelo enchimento do reservatório para elaborar políticas de intervenção socioambiental que visassem evitar futuros conflitos. Aparecem aqui também distintos materiais comemorativos que têm por objetivo contar a história da construção da barragem, desde uma perspectiva oficial na qual a voz das comunidades atingidas será invisibilizada. De modo geral, este tipo de material está orientado a construir uma memória de longo prazo, para o qual será feita uma releitura dos fatos do passado recente da empresa e do Setor Elétrico, com o objetivo de adaptar as políticas e planos da empresa à nova conjuntura política e social (abertura democrática) no plano interno, e construir uma narrativa da construção da UHE de Tucuruí como uma obra fundamental para o desenvolvimento brasileiro no plano externo.

O processo de abertura democrática no Brasil foi iniciado com a campanha pelas “Diretas Já” em 1984 que tinha por objetivo a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional do Deputado Dante de Oliveira, a qual visava a eleição direta do Presidente. Apesar desta emenda ter sido aprovada, o processo de abertura democrática continuaria avançando lentamente. Sem dúvidas, um ponto de inflexão seria a eleição indireta de Tancredo Neves em janeiro de 1985 por meio de um colégio eleitoral. Neves não chegaria a assumir a presidência devido a sua morte em 21 de abril de 1984 sendo substituído pelo seu vice Jose Sarney. Logo após da eleição de Sarney, outros dois fatos marcariam o final do processo de abertura democrática. Por uma parte, a promulgação da nova Constituição em 1988; e, por outra parte, a eleição presidencial direta em 1989 de Fernando Collor de Mello quem assumiu o cargo no dia 15 de março de 1990.

No que respeita à UHE-Tucuruí durante o processo de abertura democrática, salientamos dois fatos que nos permitem situar o análise da memória pós-deslocamento: por um lado, a já citada inauguração da barragem

no final do ano 1984; e, por outro lado, a finalização da primeira etapa da obra — com 12 unidades geradoras de 350 MW, duas auxiliares de 22,5 MW e uma potência instalada de 4.245 MW na época — concluída em dezembro de 1992. Durante esse período vemos que a empresa se focará em modificar suas estratégias de relacionamento com as populações atingidas, com base nas mudanças acontecidas no plano político interno citadas anteriormente, e também nas modificações relativas à incorporação do ambiente como um elemento fundamental no planejamento de grandes projetos. Aqui, o aprendizado na experiência conflitiva da construção da barragem de Tucuruí, vai influir diretamente no modo de agir da empresa, ao esta perceber que diante de potenciais conflitos tem que intervir antecipadamente tendo um rol ativo dentro das comunidades atingidas.

Não sendo o objeto de estudo desta pesquisa, só mencionaremos alguns elementos que fazem referência ao contexto internacional, os quais contribuíram na incorporação do ambiente e da questão social no planejamento de grandes projetos e que teriam influência nos planos e programas da Eletronorte. Dessa forma, salientamos que no plano internacional, a partir dos anos 70 começa a existir uma maior preocupação pelas consequências ambientais produzidas pelo desenvolvimento econômico, sobretudo nos países do capitalismo central. Assim, na “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” de 1972 se afirmava que:

a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos. (ONU, 1972)

Desse modo, começa a tomar forma a ideia de que os problemas ambientais foram causados no caso dos países desenvolvidos pela rápida industrialização do pós guerra, e um uso ineficiente e inadequado dos recursos. Já nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais estariam motivados justamente pelo subdesenvolvimento, o que faz com que milhões de pessoas continuem vivendo abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna. Desta forma, a solução para os países em vias de desenvolvimento decorreria de um “desenvolvimento acelerado, mediante a

transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer” (ONU, 1972). Já no caso dos países desenvolvidos se aponta para um uso moderado e mais apropriado dos recursos. Este tipo de reflexão daria por resultado mais adiante a ideia de “desenvolvimento sustentável” expressa no “Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum” onde se afirmava que:

A humanidade é capaz de tomar o desenvolvimento sustentável de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (BRUNDTLAND, 1991, p. 9. Grifos nossos).

Percebemos que, desde as primeiras manifestações por parte de distintos organismos internacionais, a preocupação ambiental não coloca em questão o modo de produção capitalista moderno como um dos fatores determinantes da degradação ambiental. Embora se reconheça que a industrialização acelerada teria sido responsável pelos danos ambientais, se considera que a gestão responsável dos recursos, junto com os avanços tecnológicos, permitirá atingir um “desenvolvimento” que seja “sustentável”. Neste sentido, a questão das problemáticas ambientais está atrelada a uma noção utilitária cujo objetivo é assegurar as bases para dar continuidade à acumulação de capital.

Sobretudo a partir dos anos 80, o discurso da sustentabilidade começou a ter um avanço considerável, chegando a permear as políticas e planos das empresas em relação ao meio ambiente e os efeitos sobre as populações atingidas. Nesse sentido, Henri Acselrad salienta que, “a noção de sustentabilidade oferece a oportunidade para a legitimação de uma ‘ecocracia’ emergente, favorecida em particular pela criação de novas instâncias governativas e regulatórias voltadas para o tratamento da questão ambiental” (ACSELRAD, 1999, p. 82). Com efeito, assistimos a uma ambientalização das relações sociais. Buttel (1992) entende por ambientalização

os processos concretos pelos quais preocupações ambientais são introduzidas nas decisões políticas e econômicas, nas instituições científicas e educacionais, assim como na geopolítica. Ambientalização é a expressão concreta das amplas forças de esverdeamento das práticas institucionais.

Já, para J. S. Leite Lopes (2004, p. 17) o termo “ambientalização” denota um processo histórico de construção de novos fenômenos, um processo de interiorização pelas pessoas, por diferentes grupos sociais e por discursos institucionais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. Assim, o termo “ambientalização” designa novos fenômenos, novas percepções de fenômenos, ou ainda, processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes. É neste ponto que a memória torna-se importante, pois como veremos a continuação, o discurso da Eletronorte vai mudar em relação ao passado imediato, fazendo uma “autocrítica” em relação às comunidades que foram atingidas pela construção da barragem de Tucuruí, ao tempo que buscará “justificar” de alguma forma essas ações, para finalmente “prometer” um futuro melhor, ou seja, um futuro “sustentável”. Nesse sentido, Acselrad destaca que a noção de sustentabilidade

nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais. Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade será preciso recorrer a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre passado e presente, entre presente e futuro. (ACSELRAD, 1999, p. 80)

Por esta razão é que a Eletronorte, diante da nova conjuntura política, tanto nacional como internacional, fará um uso estratégico da memória através de diferentes leituras retrospectivas do passado recente visando construir uma narrativa de “arrependimento” por não ter tido os instrumentos e o conhecimento na época para evitar muitos dos conflitos que tiveram com as comunidades atingidas pela UHE de Tucuruí. Assim, a partir desse momento buscar-se-á mostrar que a empresa paulatinamente irá incorporando novas práticas “sustentáveis” que redundarão numa melhoria da qualidade de vida das populações atingidas no futuro próximo. Aparece aqui uma noção que Acselrad chama de “causalidade teleológica”. Segundo o autor:

Dir-se-ão então sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. E esta relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável coloca a noção de sustentabilidade no campo do que alguns chamam de “causalidade teleológica” – “que tem, como causa suficiente de um comportamento, um acontecimento que contém em sua descrição a exigência de que um outro acontecimento, chamado seu fim, aconteça” (Costa, 1994). Ou seja, a causa é definida pelo fim; a ordem de sequência dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa. É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro. (ACSELRAD, 1999, pp. 80-81).

O que se destaca aqui é que as empresas e os governos começaram a compreender que a negativa em atender as demandas das populações atingidas pelos grandes projetos tem como resposta algum tipo de organização de parte da sociedade civil, o que pode potencialmente colocar em risco os investimentos, ou fazer perder a legitimidade social deles. A luta do Movimento de atingidos pela Barragem de Tucuruí assim o demonstra. É a partir da segunda metade dos anos 80 que esta situação começaria a mudar e as empresas do setor elétrico perceberiam que deveriam tomar outras atitudes em relação às comunidades afetadas, passando de um posicionamento relativamente passivo diante das críticas, onde a estratégia para desandar os conflitos se baseava na negação das reivindicações e no confronto com os movimentos sociais, para uma atitude ativa na qual a iniciativa social passa a ser uma parte fundamental e complementar aos empreendimentos. É neste ponto que a noção de “sustentabilidade” e o “cuidado pelo meio ambiente” se tornarão conceitos fundamentais para as empresas incluindo-os em seus programas e planos diretores. É a partir destes procedimentos que os conflitos sociais gerados pela lógica desenvolvimentista que acaba espoliando as comunidades camponesas, ribeirinhas e indígenas serão tratados agora como “problemáticas ambientais” passíveis de serem resolvidas a través de ações que visem atingir a “sustentabilidade”.

3.2.1 Documentos de Planejamento Interno da Eletronorte. O I PDMA e o Plano de Utilização do Reservatório da UHE de Tucuruí

Um primeiro documento que mostra a mudança no modo em que a Eletronorte em particular, e o Setor Elétrico brasileiro em geral, se relacionam

com os impactos socioambientais gerados a partir dos seus empreendimentos hidrelétricos, foi a través da publicação do “I Plano Diretor do Meio Ambiente” (I PDMA) editado em 1986, e revisado e ampliado em 1987 com indicações para a implantação e operação de um sistema de planejamento e gestão ambiental para a expansão do Setor Elétrico em longo prazo (PALHANO, 2001). Esse plano, é o primeiro documento no qual o Setor Elétrico vai acionar a memória de empreendimentos controversos como o de Tucuruí para construir um tipo de planejamento que vise antecipar futuros conflitos nos novos projetos, propondo também as bases de uma nova forma de interação com as populações atingidas e a sociedade em geral. De acordo com Palhano,

Esse documento definiu como fundamental a introdução da questão ambiental como referência básica para o planejamento do Setor Elétrico e sugeriu alguns temas prioritários: reassentamento de população; comunidades indígenas; manutenção da informação e da participação comunitária; preservação e manejo da fauna e flora das áreas afetadas por empreendimentos do Setor Elétrico; metodologia integrada de identificação de impactos e seus desdobramentos; inserção regional; procedimentos e diretrizes para as usinas termelétricas; usos múltiplos dos reservatórios; e qualidade da água dos reservatórios das hidrelétricas (PALHANO, 2001).

O I PDMA será o documento base de outros que virão depois como o “Plano de Utilização do Reservatório” (1988) da UHE de Tucuruí. Nestes documentos vemos que a memória servirá para fazer uma leitura retrospectiva que tem por objetivo reconhecer os erros do passado, para a partir daí construir uma outra forma de intervenção sobre os territórios.

Assim, um dos primeiros elementos que eles salientam no I PDMA é que a indústria da energia elétrica existe no Brasil há cerca de 90 anos sendo um importante vetor de desenvolvimento econômico e social (ELETROBRÁS, 1987). Com esta observação busca-se mostrar desde o início a imprescindibilidade do setor elétrico para o desenvolvimento do país, e que o foco deve estar então em buscar a forma de conciliar os diversos interesses que entram em conflito a partir do desenvolvimento de um empreendimento hidrelétrico. Nesse sentido, reconhecem que:

O Setor Elétrico brasileiro tem a importante responsabilidade de conservar e recuperar o meio ambiente em suas áreas geográficas de atuação. [...] Danos ao meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida de alguns segmentos da população brasileira, estão a requerer redobrada atenção dos responsáveis pelos grandes empreendimentos setoriais. É necessário aperfeiçoar os critérios de planejamento, implementação e operação das obras e serviços

correspondentes, de modo a equacionar adequadamente os crescentes problemas ambientais (ELETROBRÁS, 1987).

Esta mudança por parte da empresa no que diz respeito ao cuidado do meio ambiente obedece à influência de diferentes agentes tanto no plano internacional, como também no âmbito nacional. Desta forma, a Eletrobrás salienta que:

Após 1970, caracteriza-se uma mudança no tratamento das questões ambientais, com privilégio de um enfoque sistêmico. Um dos reflexos da Conferência de Estocolmo foi o reconhecimento, também no Brasil, de que o meio ambiente é um bem jurídico essencial à vida, à saúde, e à felicidade do ser humano. A partir de então, configura-se um novo ramo do direito público – o chamado direito ambiental – e toma corpo uma legislação que passa a focalizar o meio ambiente como objeto de atenção específica, de forma portanto integrada (ELETROBRÁS, 1987).

Por outro lado, esta nova perspectiva em relação ao meio ambiente também vai aparecer no processo de transição democrática, no “I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986 a 1989” que foi publicado em 1985. Naquele plano se apontava que:

O crescimento econômico brasileiro, especialmente no setor industrial, e a rápida urbanização dele decorrente, vêm-se processando de forma predatória e extremamente agressiva ao meio ambiente. Nos últimos anos, no entanto, a pressão social tem exigido providências para a manutenção do patrimônio natural e cultural do país (BRASIL, 1985).

Percebe-se, assim, que há uma nova conjuntura política no que respeita às práticas espaciais das empresas cujos empreendimentos têm como particularidade uma exploração intensiva dos recursos naturais, a qual é caracterizada por uma “maior conscientização” em relação aos impactos socioambientais ocasionados. A memória aqui torna-se um recurso fundamental que vai contribuir para a elaboração das novas estratégias de intervenção territorial, as quais terão como objetivo a antecipação e mitigação de conflitos socioambientais. Nesse sentido, experiências conflitivas recentes como a de Tucuruí onde, como vimos, a incapacidade da empresa em atender as demandas das populações atingidas contribuiu para a conformação de um movimento social que adquiriu visibilidade pública pondo em risco a legitimidade social do projeto, servirão como exemplo do que não deve ser feito. Este tipo de situações fez com que a Eletrobrás-Eletronorte modificara a forma de compreender as interações com as populações atingidas, salientando que:

Medidas preventivas e negociadas são mais vantajosas do que ações corretivas destinadas a resolver conflitos emergentes após investimentos prolongados e posições radicalizadas. Neste sentido, convém que os impactos potenciais sejam identificados logo na fase inicial do processo de planejamento dos empreendimentos do Setor Elétrico e que seja buscado um entendimento entre as partes envolvidas ou afetadas pelos empreendimentos, através de um processo de esclarecimento de suas implicações e de negociação de alternativas para o adequado equacionamento de conflitos de interesses (ELETROBRÁS, 1987).

As experiências conflitivas do passado recente contribuíram para que o Setor Elétrico compreendesse que devia tomar a iniciativa em relação às potenciais situações problemáticas no entorno dos empreendimentos hidrelétricos. Nesse sentido, Boltanski e Chiapello (2009, p. 124) consideram “a história da gestão empresarial como a história da sofisticação permanente dos meios de dominar aquilo que ocorre na empresa e em seu ambiente”. Na conjuntura que estamos analisando, vemos que o Setor Elétrico começa a ter uma maior conscientização da importância de conhecer o que acontece nas imediações dos empreendimentos visando antecipar futuros conflitos. Na mesma linha de análise, Acselrad salienta que, com vistas à manutenção da estabilidade política do entorno dos fluxos produtivos,

as corporações multiplicam suas estratégias ditas de “não-mercado”, de “monitoramento de populações do entorno” e de estudos ditos de “risco social” através dos quais procuram antecipar-se à possibilidade de que movimentos sociais organizem populações atingidas por seus empreendimentos (ACSELRAD, 2018, p. 52).

Caracterizamos esse novo posicionamento do Setor Elétrico a favor de um “uso racional dos recursos naturais” e do “respeito” pelos “valores socioculturais” das comunidades atingidas pelos empreendimentos como parte da renovação do que Boltanski e Chiapello (2009, p. 42) chamam de “espírito do capitalismo” frisando que

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista.

Mas a adesão a esse estilo de vida conforme à ordem capitalista não acontece no vácuo, pois no seio da sociedade existem tensões de todo tipo que em alguns casos podem até pôr em questão o modelo de desenvolvimento

proposto para uma região. No que tange aos conflitos socioambientais ocasionados pela instalação de grandes projetos hidrelétricos, constatamos que o descaso da Eletrobrás-Eletronorte com as populações atingidas por empreendimentos como a barragem de Tucuruí, geraram uma resposta da sociedade civil conformando-se um Movimento Social cujas ações no espaço público deslegitimaram o projeto da empresa. Este tipo de experiências contribuiu para uma reconfiguração dos valores das empresas e agentes do governo no que tange às interações com as comunidades e o meio ambiente. Nesse sentido, para manter seu poder de mobilização, as empresas do Setor Elétrico compreendem que

devem obter recursos fora de si mesmas, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui. O espírito que sustenta o processo de acumulação, em dado momento da história, está assim impregnado pelas produções culturais que lhe são contemporâneas e foram desenvolvidas para fins que, na maioria das vezes, diferem completamente dos que visam a justificar o capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 53).

Desta forma, as críticas que começaram a aflorar à luz dos danos ambientais causados pela instalação de usinas hidrelétricas de parte de diferentes organizações da sociedade civil iriam reconfigurando paulatinamente esse “novo espírito” do Setor Elétrico manifestando-se em propostas empresariais que visassem atingir um “desenvolvimento sustentável” e harmônico com as comunidades do entorno. Desta forma, as empresas incorporam uma parte dos valores em nome dos quais eram criticadas. Assim,

O efeito dinâmico da crítica sobre o espírito do capitalismo passa aí pelo reforço das justificações e dos dispositivos associados que, sem pôr em xeque o próprio princípio de acumulação e a exigência de lucro, dá parcialmente satisfação à crítica e integra ao capitalismo injunções correspondentes às questões que mais preocupavam seus detratores. O preço que a crítica deve pagar por ter sido ouvida, pelo menos parcialmente, é ver que uma parte dos valores por ela mobilizados para opor-se à forma assumida pelo processo de acumulação foi posta a serviço dessa mesma acumulação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 63).

Nesse sentido, o I PDMA da Eletrobrás, vem sinalizar esse processo de transição e renovação desse novo “espírito capitalista-empresarial” expresso em uma conscientização em relação às consequências socioambientais dos empreendimentos hidrelétricos. Assim, o plano ressalta que

O Setor Elétrico encontra-se numa fase de transição no que diz respeito ao equacionamento das questões ambientais. Em alguns casos específicos no passado, a geração hidrelétrica foi planejada levando em conta os conceitos de uso múltiplo do reservatório e desenvolvimento regional. Na grande maioria das obras, entretanto, prevaleceu o critério de aproveitamento dos recursos hídricos exclusivamente para geração de energia elétrica, para atender a demanda gerada pelo crescimento econômico do país. O planejamento setorial pouca importância atribuía em seus projetos aos possíveis impactos sobre o meio físico-biótico e sobre os sistemas socioeconômicos e culturais das áreas nas quais se localizavam os empreendimentos. Embora ignorados pela sistemática de planejamento, importantes efeitos ambientais modificavam a área de implantação e a região onde se situavam os empreendimentos, até mesmo causando danos irreversíveis aos ecossistemas e alterando substancialmente o quadro de vida físico-natural das comunidades ali residentes (ELETROBRÁS, 1987).

Percebe-se aqui um exercício de memória por parte do Setor Elétrico através do qual buscam “avaliar” os erros cometidos no passado para, a partir dessa experiência, “criar as bases para uma ação integrada do Setor no equacionamento das questões ambientais, associadas aos seus empreendimentos, em projeto, em construção e em operação” (ELETROBRÁS, 1987).

Ao longo do plano, a Eletrobrás vai fazer este exercício de rememoração para caracterizar como era o processo de planejamento antes desta transição, e como pretende que seja no futuro. Desta forma, fazem uma autocrítica às estratégias do Setor Elétrico relativas à forma em que era encarada a minimização dos custos dos projetos. Nesse sentido, afirmam que

A estratégia dominante no Setor Elétrico consiste na minimização dos custos de expansão do sistema de suprimento. Esta estratégia, até pouco tempo, voltava-se principalmente para aspectos associados aos objetivos precípuos dos empreendimentos, implicando, por consequência, na maximização de benefícios fundamentalmente setoriais (ELETROBRÁS, 1987).

Das experiências de empreendimentos feitos a partir desta caracterização de minimização de custos dentro de um enfoque de abrangência restrita aos interesses setoriais, eles reconhecem que se desprendem algumas consequências:

Primeiro, custos indiretos (extra-setoriais) deixam de ser adequadamente computados quando da análise da viabilidade dos empreendimentos, dentre os quais figuram [...] problemas socioeconômicos e culturais e os relativos a impactos sobre o meio físico-biótico. Segundo, tais problemas tendem a reaparecer de maneira agravada ao longo da implantação do empreendimento, implicando para o Setor em custos efetivos, econômicos e políticos, maiores do que os que teriam que ser enfrentados caso tais

problemas fossem identificados, computados e equacionados nos momentos oportunos. Terceiro, [...] a restrição de abrangência na análise dos empreendimentos implica na perda de oportunidades de geração de benefícios locais e regionais importantes. Por fim, a abordagem tradicional não favorece a associação do Setor com parceiros com os quais poderia melhor equacionar e financiar programas no campo ambiental (ELETROBRÁS, 1987).

Ao focar-se só na minimização de custos próprios do setor, sem levar em consideração os fatores externos a ele, chegam à conclusão de que este descuido acaba sendo mais caro no futuro, pelo que deve ser considerado desde a etapa de viabilidade do projeto. Assim, salientam que

Reconhece-se hoje que a viabilidade dos empreendimentos elétricos não poderá mais ser equacionada dentro do quadro restrito de variáveis, objetivos e restrições em que, até pouco tempo, se faziam as análises setoriais. A diretriz “viabilidade ambiental” aponta para a necessidade de que os estudos de viabilidade –que orientam, em última análise, a decisão de se realizar ou não um empreendimento– atendam aos seguintes requisitos:

- Incorporem variáveis que expressam o amplo espectro de impactos ambientais associados aos empreendimentos;
- Satisfizem a um conjunto de restrições tidas como relevantes pelo Setor e pela sociedade no campo ambiental (como, por exemplo a não destruição de certos valores culturais ou áreas de especial importância ecológica);
- Indiquem a geração de benefícios líquidos (impactos positivos menos impactos negativos) satisfatória (ELETROBRÁS, 1987).

Desta forma, conclui-se que a “viabilidade ambiental” de um projeto deverá traduzir-se num balanço satisfatório entre os interesses do Setor Elétrico e as expectativas e necessidades da sociedade, levando em consideração não só os segmentos sociais cuja demanda de energia elétrica será satisfeita pela expansão do sistema de suprimento, senão também aqueles afetados pela implantação dos empreendimentos elétricos. O Setor Elétrico, através de uma detalhada caracterização no que tange à “viabilidade ambiental” aponta assim para a necessidade de tomar decisões de planejamento que sejam de natureza preventiva e no momento certo, a fim de evitar conflitos derivados de um mau diagnóstico na intervenção de um determinado território. Destarte, a partir desta nova concepção, os estudos de viabilidade do Setor Elétrico serão considerados incompletos se ficarem restritos à análise de questões técnicas de engenharia e econômico-financeiras usuais. Os subsistemas físico, biótico, socioeconômico e cultural passam a ser, a partir de então, particularmente importantes na análise dos empreendimentos do Setor Elétrico face ao meio ambiente.

A partir das reflexões desta transição, o Setor elétrico brasileiro compreende que, além de ter que melhorar a qualidade de suas intervenções, procurando inserir de maneira mais apropriada seus empreendimentos evitando rupturas desnecessárias ao meio ambiente, deve incluir também às populações atingidas, junto com outros agentes públicos e da sociedade civil dentro do planejamento das suas obras. Nesse sentido, o Plano Diretor salienta que:

O planejamento, a implementação e a operação dos grandes empreendimentos de engenharia, exige uma ação coordenada, baseada em entendimentos com diversas instituições extra-setoriais e com a sociedade. É, portanto, uma situação diferente do modelo tradicional, em que a condução do processo decisório ficava sob controle exclusivo da entidade empreendedora (ELETROBRÁS, 1987).

Para o Setor Elétrico, esse entendimento com agentes externos deve manifestar-se também em “uma maior participação da sociedade, no seu processo decisório de modo a evitar dificuldades na implantação dos empreendimentos” (ELETROBRÁS, 1987).

A projeção destas mudanças no modo de conceber o planejamento do Setor Elétrico, baseadas no aprendizado contido na memória das experiências recentes, não só vai se manifestar nos empreendimentos futuros, senão que também serão aplicadas nas usinas hidrelétricas em operação, como é o caso da UHE de Tucuruí. Em relação a este tipo de empreendimento, a Eletrobrás vai buscar primeiro justificar o descaso passado com as questões ambientais. Assim, eles reconhecem que:

As usinas hidrelétricas em operação, em sua maioria, foram projetadas e construídas em épocas nas quais a problemática ambiental era considerada pouco relevante em comparação com os demais aspectos do empreendimento. Neste sentido, é possível que impactos negativos e perdas irreversíveis tenham sido ocasionados, sem qualquer avaliação detalhada que pudesse fornecer subsídios ao planejamento ambiental hoje em curso (ELETROBRÁS, 1987).

Nesse sentido, com a mudança da ênfase dada aos aspectos ambientais, assim como o paulatino desenvolvimento da legislação pertinente, o Setor Elétrico admite que “vem se constatando a necessidade de monitorar, avaliar e estabelecer ações relacionadas ao meio ambiente mesmo nas usinas em operação com o objetivo de solucionar problemas e implantar medidas de melhoria” (ELETROBRÁS, 1987).

Por outro lado, o Plano Diretor vai fazer também uma análise da forma em que até esse momento era realizada a liberação das áreas de influência dos reservatórios, reconhecendo os problemas em termos políticos e de legitimidade que têm ocasionado a má gestão destas situações que implicam o deslocamento involuntário das populações que se assentavam nessas áreas. Desse modo, destacam que:

Existem indicações de que o tratamento dispensado ao deslocamento involuntário de grupos ainda é pouco satisfatório. Essas indicações são oriundas de movimentos reivindicatórios formados por pessoas afetadas pelas obras, por algumas avaliações não sistemáticas realizadas pelas concessionárias e pela comunidade acadêmica, e pela formulação de novas exigências quanto ao assunto, por exemplo, por parte dos órgãos de financiamento (ELETROBRÁS, 1987).

Em função desse panorama, que é um dos pontos mais sensíveis da implementação de usinas hidrelétricas, se propõem realizar diversos estudos no futuro para ter uma melhor “gestão” dos processos de desapropriação. Novamente aqui, o Setor Elétrico se dispõe a sistematizar as experiências conflitivas através de um uso estratégico da memória para antecipar futuros problemas neste quesito. Nesse sentido, pretendem desenvolver estudos cujos objetivos sejam:

- sistematizar o conhecimento sobre o processo de remanejamento de grupos populacionais afetados pela instalação de usinas hidrelétricas;
- elaborar uma tipologia de situações que sirva de referencial para proposições de recomendações para tratamentos diferenciados do problema;
- estabelecer os tipos de informações necessárias à caracterização dos grupos populacionais e respectivos quadros de vida afetados, com proposição de diretrizes para realização dos levantamentos ao longo do processo de projeto e construção de uma usina hidrelétrica;
- identificar situações diferenciadas de relacionamento entre o Setor Elétrico, a sociedade e os grupos populacionais envolvidos com o remanejamento, com proposição de diretrizes específicas para o processo de negociação;
- analisar as implicações institucionais e financeiras de diferentes modalidades de ação por parte das empresas do Setor (ELETROBRÁS, 1987).

3.2.2 Plano de Utilização do Reservatório da UHE de Tucuruí

Uma das primeiras aplicações da política de transição do Setor Elétrico brasileiro na incorporação da dimensão socioambiental em suas áreas

geográficas de atuação, manifestas no I Plano Diretor do Meio Ambiente analisado anteriormente, foi realizada pela Eletronorte na UHE de Tucuruí através da publicação do “Plano de Utilização do Reservatório” em 1988.

É com a publicação deste plano que a Eletronorte começa a compreender que ela não é simplesmente uma empresa cujo objetivo é a produção de energia, senão que, para garantir que essa função seja realizada eficientemente, deve assumir o papel de um agente de “desenvolvimento” da região atendendo aos interesses de diversos setores sociais espalhados na sua área de influência. A experiência recente do processo de construção da UHE de Tucuruí, onde como vimos, a empresa ordenou todo seu planejamento territorial só em função do aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins, com a consequência de ser contestada pelo Movimento de Atingidos deslegitimando assim sua intervenção na região.

Assim, a Eletronorte, junto com o Setor Elétrico brasileiro em geral, acabou compreendendo que é mais efetivo um tipo de planejamento que tenha por objetivo uma intervenção regional mais integral, para o qual é necessário fazer um diagnóstico preciso dos problemas socioambientais gerados a partir da instalação dos grandes projetos. Nesse sentido, o Plano de Utilização do Reservatório foi o primeiro intento por parte da Eletronorte de fazer um diagnóstico da região, a três anos do início da geração de energia, para ter um melhor conhecimento da situação socioambiental, ao tempo que visava planejar outros usos para o lago reservatório além da produção de energia.

Destaca-se aqui que esta transição do Setor Elétrico para um modelo de planejamento dito mais “participativo”, “democrático” e “respeitoso do meio ambiente”, decorre de sua experiência imediata caracterizada por conflitos territoriais com as populações atingidas e da transição política que o país estava atravessando. Nesse sentido, a Eletronorte manifesta uma certa “abertura” ao reconhecer que:

A solução dos problemas, hoje observados na região de Tucuruí demanda razoável nível de articulação interinstitucional para formulação e implementação das intervenções multi-setoriais, que deverão compor um programa que objetive o ordenamento da exploração e ocupação da área, com maior aporte de benefícios sociais e econômicos (ELETRONORTE, 1988).

Mesmo assim, a Empresa se posiciona como o agente principal que deve conduzir esse processo de desenvolvimento regional ao afirmar que:

É inquestionável a responsabilidade da Eletronorte nesse processo [de ordenamento da exploração e ocupação da área], tanto em função de sua natureza de instituição paraestatal quanto por sua condição de um dos agentes transformadores do ambiente regional (ELETRONORTE, 1988).

Nesse sentido, percebe-se que este plano da Eletronorte mostra a transição para um tipo de planejamento que busca adaptar-se a uma sociedade que é mais ciente das problemáticas socioambientais que são geradas a partir dos grandes empreendimentos, pelo que, a construção de novas usinas hidrelétricas devem, a partir de agora, estar acompanhadas de um plano de desenvolvimento regional que tenha por objetivo conciliar interesses multi-setoriais e de diversas escalas. Desse modo a Eletronorte reconhece que:

O atual quadro político no país, com maior participação de diferentes segmentos da sociedade na discussão dos grandes temas, demonstra que o desenvolvimento de grandes projetos federais está, dessa forma, demandando, cada vez mais, uma composição que envolva políticas integradas de governo, os interesses regionais (estaduais e municipais) e os anseios da sociedade. [...] Essa evolução na conduta do setor representa também, implicitamente, um reconhecimento do seu papel, nos locais onde implanta aproveitamentos, de potencial indutor do desenvolvimento socioeconômico regional (ELETRONORTE, 1988).

Assim, a Eletronorte assume que na conjuntura da transição democrática brasileira está mais sujeita a pressões de ordem ambiental e social do que antes. A experiência recente de Tucuruí demonstra que quando um “stakeholder” empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação, a legitimidade social do projeto pode ficar questionada. Este tipo de riscos, potenciais ou reais, fez com que empresas como a Eletronorte percebam que não podem deixar a iniciativa social na mão dos stakeholders, e que a melhor forma de garantir a segurança dos investimentos é se tornar agentes sociais totais das comunidades, participando de todas as esferas da vida social. Segundo Henri Acselrad (2018, p. 44):

podemos dizer que as estratégias de investimentos no espaço social não-diretamente produtivo tendem a adquirir forma semelhante à da busca de segurança e continuidade na operação dos equipamentos nas indústrias de processo contínuo. Nesta perspectiva, programas sociais de grandes corporações podem ser vistos como tendo assumido este caráter de técnicas de manutenção da estabilidade política do entorno dos fluxos produtivos, buscando disseminar “modos de ser” capazes de prevenir o surgimento de eventos aleatórios indesejáveis, garantindo a continuidade e a velocidade da recuperação dos investimentos.

Desta forma, na medida em que os ritmos de produção e de exploração de recursos naturais se intensificam, as empresas multiplicam suas estratégias ditas de “não-mercado”, promovendo atividades de “relações comunitárias”, e de “monitoramento de populações do entorno” (ACSELRAD, 2018).

O caso de Tucuruí vai ser considerado paradigmático para a Eletronorte em particular, e para o Setor Elétrico em geral. Em primeiro lugar, por uma questão de reflexão do Setor Elétrico em relação ao desenvolvimento da “fronteira energética” do país:

Com o esgotamento já previsível dos grandes aproveitamentos do Sul, Sudeste, e Nordeste, resta ao país a opção de acelerar a construção de barragens no Norte e no Centro-Oeste, em área de atuação da Empresa. Esses novos aproveitamentos localizar-se-ão em regiões de carência de infraestrutura, de incipiente desenvolvimento socioeconômico e de grande abundância e diversidade genética dos recursos vivos (fauna e flora), o que permite entrever a reprodução, nesses locais, de problemas similares aos que se observam hoje na região de Tucuruí, caso medidas preventivas não sejam levadas a efeito (ELETRONORTE, 1988).

A Eletronorte admite aqui que o futuro desenvolvimento de grandes empreendimentos hidrelétricos será, em grande medida, em regiões carentes da infraestrutura básica, pelo que, a instalação de novas barragens levará a desequilíbrios socioambientais significativos, portanto, esses projetos deverão ser acompanhados de planos de desenvolvimento regional a fim de evitar situações conflitivas como a de Tucuruí. Por outro lado, sendo a UHE de Tucuruí um projeto que já se encontra em operação, no qual a empresa já tem um conhecimento acumulado da vivência de diferentes problemáticas socioambientais no entorno da barragem, procura torná-lo um modelo de gestão e resolução de conflitos para a construção de outras usinas hidrelétricas. Para a Eletronorte, a UHE de Tucuruí, no futuro, “deverá caracterizar-se, cada vez com maior ênfase, como a própria manifestação, em escala regional, da preocupação de natureza social e ambiental da empresa” (ELETRONORTE, 1988). Desse modo, para a empresa, a usina de Tucuruí:

Assume o papel de experiência piloto das hidrelétricas amazônicas, quer sob o ponto de vista da Eletronorte, quer aos olhos dos outros agentes interessados na questão, podendo-se, inclusive, inferir que a viabilização socioambiental de futuros grandes empreendimentos da Empresa deverá pressupor, necessariamente, o equacionamento dos problemas hoje observados na área desse empreendimento (ELETRONORTE, 1988).

A partir destas disposições gerais, a Eletronorte fez um diagnóstico dos principais problemas ocasionados pela construção da barragem na área de influência do reservatório, destacando os seguintes pontos a ter em consideração:

- Ocupação desordenada e indiscriminada da área em torno do reservatório causada, entre outros fatores, pela implantação mal planejada, por parte da Eletronorte, de mais de mil quilômetros de estradas vicinais.
- Utilização crescente e predatória dos recursos naturais das ilhas e margens, facilitada pela própria formação do lago, que possibilitou o acesso, por via lacustre, a regiões antes não acessíveis pelas estradas da região.
- Descontentamento de parcela da população local com a construção da Eletronorte, em virtude de não terem sido, ainda, concluídos os trabalhos de reassentamento.
- Desestabilização sociocultural da população local e intensificação da sua mobilidade espacial
- Dificuldades de reinserção ambiental da população relocada.
- Alteração do comportamento da ictiofauna
- Formação, na região, de ecossistema lacustre, com ocorrência de situações antes não observadas, e de consequências ainda não de todo avaliadas, como o crescimento de vegetação aquática (macrófitas) (ELETRONORTE, 1988).

Consideramos que o que está por trás desta caracterização da Eletronorte é a percepção, por parte dela, de sua total falta de controle sobre a região em termos políticos e ambientais. Nesse sentido, coincidimos com Acselrad (2018, p. 35), quem afirma que “a gestão da incerteza é uma das motivações básicas para que determinadas grandes empresas expandam o raio de ação de suas estratégias para territórios extramuros, tomando por objeto os modos de ser de indivíduos e coletivos”. Ressalta-se que a falta de “controle” da região é em termos de iniciativa política por parte da Eletronorte, o que pode fazer com que ela não possa direcionar nem prever em vários aspectos os rumos que a área de influência da barragem pode tomar. Esta situação pode colocar em risco o principal motivo de sua presença na região, ou seja, a produção de energia elétrica. É por isso que o objetivo geral do Plano de utilização é, harmonizar de maneira eficiente e eficaz o sistema de produção de energia com questões como as seguintes:

- Aproveitamento e utilização múltipla da água do reservatório.
- Preservação e ou conservação do meio ambiente.

-Promoção do desenvolvimento social e econômico, na área de influência, com vistas a viabilizar a inserção regional do empreendimento.

-Compensação dos efeitos negativos decorrentes da construção e da operação da usina através do controle dos efeitos e do ressarcimento aos segmentos afetados (ELETRONORTE, 1988).

Desta forma, a Eletronorte reconhece que, para poder atingir esses objetivos, deve assumir funções estatais, já que, é o único agente na região com a infraestrutura necessária para gerar um processo de ordenamento territorial:

Outro aspecto considerado é que a Eletronorte representa, sob o ponto de vista dos agentes locais, o próprio poder público na região. Essa condição é explicada tanto em função de a Eletronorte dispor, efetivamente, da significativa infraestrutura de campo, quanto da ausência de atuação de uma série de órgãos e entidades governamentais que deveriam assumir participação ativa na região (ELETRONORTE, 1988).

Isto posto, para a implementação de uma política destas características, a Eletronorte se propôs comandar duas funções nesse processo: “uma como instituição executora de intervenções que se acham sob sua reponsabilidade, e outra como instituição indutora da implementação de medidas de responsabilidade de outras entidades” (ELETRONORTE, 1988). Consideramos que essa segunda função proposta representa a transição por parte da Eletronorte, de um agente que na época da construção da barragem de Tucuruí agia de um modo explicitamente autoritário, buscando impor, sem rodeios, suas disposições; para um agente que busca que essas disposições sejam aceitas antes do que impostas. Acreditamos que não é o caráter autoritário da Eletronorte o que mudou, mas sim a forma em que este se manifesta. O processo de relocação compulsória de Tucuruí serviu de experiência à empresa que comprovou que não é a melhor estratégia para desandar os conflitos, a negação das reivindicações das comunidades atingidas e o confronto aberto com os movimentos sociais. A mudança veio da mão de uma atitude ativa na qual a iniciativa social passa a ser uma parte fundamental e complementária aos empreendimentos. Assim, é a partir desse duplo encargo, como entidade “executora” e também “indutora”, que “recomendou-se a adoção, na proposição do Plano, do princípio da negociação, através do planejamento participativo, envolvendo os diferentes agentes interessados na discussão da questão” (ELETRONORTE, 1988).

Assim sendo, o Plano de Utilização vai ter três elementos estruturais principais:

- Estabelecimento de plano plurianual, formado por dois grupos de intervenções de natureza distinta: programas e projetos a serem implementados diretamente pela Eletronorte e programas e projetos a serem implementados por outras entidades (com ou sem convênio com a Eletronorte).
- Formulação de programa de intervenção imediata, com indicação de soluções aos problemas críticos emergentes.
- Avaliação dos programas e projetos em curso, com eventual reformulação ditada por diretrizes gerais da Eletronorte (ELETRONORTE, 1988).

Além desses pontos básicos, existem três premissas de “filosofia de desenvolvimento” que vão orientar a forma em que os elementos anteriormente citados devem realizar-se:

- Opção prioritária pela prática do planejamento participativo, envolvendo, desde a fase de diagnóstico, as diferentes entidades e instituições interessadas.
- Consideração equitativa dos múltiplos papéis exercidos pela Eletronorte: empresa de produção de energia, agente indutor do desenvolvimento regional e agente preocupado com as questões ambientais.
- Reconhecimento de que o processo de desenvolvimento do Plano é tão importante quanto os produtos e metas do planejamento (ELETRONORTE, 1988).

3.2.3 Balanço da Eletronorte sobre o processo de relocações

No processo de “transição” da Eletronorte será importante para ela fazer um uso estratégico da memória na procura de “justificar” e, portanto, reconhecer, muitos dos erros cometidos no processo de deslocamento compulsório. Na análise realizada no Plano de Utilização do Reservatório, a Eletronorte vai assumir, primeiramente, muitas das caracterizações que foram produto das reivindicações do Movimento de Atingidos, e que na época do conflito eram maioritariamente negadas por ela. A empresa acionará aqui uma estratégia de periodização, a partir da qual, vai colocar os erros cometidos por ela como parte de uma etapa já superada, representada pelo regime militar, e, por outro lado, vai depositar a promessa de “mudança” a partir da “transição democrática” da qual agora é parte. Desta forma, o recorte temporal feito pela Eletronorte, a partir do qual elabora sua memória, logicamente busca

responder a seus interesses. É por isso que na periodização feita por ela, procura apresentar o novo processo de ordenamento territorial, acorde com a nova conjuntura política “democrática”, contra os erros cometidos durante o período da ditadura. Nesse sentido coincidimos com Koselleck (1990, pp. 17-18), para quem o tempo histórico se liga às ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, agentes e sofredores, às instituições e organizações que dependem deles. Cada uma delas tem o seu ritmo próprio de realização. Não podemos compreender a memória, então, sem o sujeito social e político que a evoque, buscando organizar tanto o tempo, como o sentido das ações inscritas no tempo. Por esta razão é que a apreensão do tempo é feita mediante “representações”, quer dizer, através dos discursos que falam sobre ele, portanto:

é a linguagem que “faz aparecer” o tempo. O que mais nos permite percebê-lo são as palavras que usamos para falar dele: “transcurso, devir, mudança, transição, sucessão, irreversibilidade, ausência, presença, continuidade, ruptura”, entre outras. Estas palavras o descrevem como trânsito do ser ao não-ser e do não-ser ao ser (REIS, 2012).

Assim, a Eletronorte começa a caracterização do processo de deslocamento compulsória da seguinte forma:

O programa de relocações não configurou propriamente, uma política global e consistente. Condicionantes associados ao regime político então vigente e ao modo pelo qual as intercorrências sociais dos empreendimentos hidrelétricos eram subestimadas ou, eventualmente, desconsideradas, agiram em Tucuruí, fazendo com que o programa de relocações assumisse forma ao ritmo da mobilização social crescente das populações afetadas (ELETRONORTE, 1988).

Outra questão que ajuda a evocar essa memória autocrítica é o fato de que a obra conseguiu ser concluída. Desse modo, com o principal objetivo cumprido por parte da Eletronorte na região, pode então, a partir desse momento, começar a preocupar-se com outras questões que antes eram mais bem secundárias, como a relação com o entorno social da barragem. Assim, vai tentar recomeçar o vínculo com as comunidades desde outra perspectiva política. De fato, boa parte da releitura que fará do passado, será feita com os “olhos do presente” da Eletronorte. Nesse sentido, como a “participação social” é um novo valor para a Eletronorte, a ausência dela no passado explicaria em boa parte o fracasso do programa de relocações. Desta forma, eles afirmam que “a ausência de participação das populações afetadas no desenvolvimento

do programa de relocações impediu o estabelecimento de uma base política para sua implementação” (ELETRONORTE, 1988). Vejamos a continuação em detalhe quais foram as distintas justificativas da Eletronorte em relação ao insucesso do deslocamento compulsório.

Primeiramente, a empresa vai fazer uma autocrítica em relação a desconsideração das peculiaridades socioculturais de alguns dos grupos relocados. Assim, eles reconhecem que, em relação aos Vazanteiros de Itupiranga:

deixou-se de indenizar muitas famílias por estas não possuírem casas ou culturas permanentes nas vazantes, desconsiderando-se, portanto, que é inerente à agricultura de vazante o cultivo de lavouras temporárias durante os seis meses da estação seca, após os quais as terras são cobertas pelas águas do rio. Não obstante o seu caráter sazonal, o cultivo de feijão milho e melancia nas vazantes apresentava rendimentos físicos claramente superiores aos dos estabelecimentos rurais de terras firmes, provendo o sustento anual de inúmeras famílias, que constituíam reservas de milho e feijão para todo o período das chuvas. A indenização dos vazanteiros baseou-se, portanto, em critérios pouco apropriados à dinâmica específica dessas culturas, resultando em pagamentos considerados inexpressivos em face de potencialidades produtivas perdidas (ELETRONORTE, 1988).

Já, em relação às localidades para as quais foram direcionadas as populações deslocadas, a Eletronorte finalmente vai reconhecer que estas eram

distintas daquelas de seus ambientes de origem. Tal circunstância ocorreu com maior intensidade no caso das transferências de populações ribeirinhas para áreas secas, configurando evidente ruptura sociocultural expressa na transformação de grupos sociais que conjugavam o extrativismo vegetal à pesca artesanal em agricultores (ELETRONORTE, 1988).

Por outro lado, também será criticada a política de “desistência” a qual, segundo a empresa, tinha o objetivo de “acelerar” a solução dos processos de relocação fazendo com que as famílias atingidas desistissem dos benefícios relocatórios em troca de uma indenização em dinheiro. Porém a Eletronorte vai assumir que

as condições adversas verificadas em muitas áreas de destino dos relocados constituíram importante estímulo a essas desistências, pois, ao constatarem a necessidade de retomarem as árduas atividades de desbravamento de matas, os relocados viram-se, frequentemente, constrangidos a aceitar a substituição do direito ao lote rural por um montante em dinheiro. Posteriormente, entretanto, devido ao processo inflacionário, à valorização acelerada das terras locais e à impossibilidade de estruturarem sua reimplantação na região, a partir de recursos em moeda, esses expropriados, então já

sem recursos, voltaram a reivindicar novamente direitos à terra (ELETRONORTE, 1988).

Finalmente, se reconhecerá a falta de apoio por parte da Eletronorte às comunidades relocadas para garantir o estabelecimento nas novas terras. Diversos fatores se associaram à inviabilização da pequena produção rural nos loteamentos dos relocados. Nesse sentido, a empresa afirma que:

a infertilidade dos solos; a insuficiência de infraestrutura; a declividade excessiva de vicinais; a ausência de cursos d'água nas proximidades dos lotes; a distância excessiva de escolas e postos de saúde; a dificuldade de acesso a certos lotes; o desconhecimento das práticas agrícolas por parte de grupos de extrativistas e ribeirinhos; o alagamento de vicinais no período das chuvas, impedindo o escoamento da produção; o transporte de enfermos e o abastecimento de produtos básicos; a secagem de poços no período das secas; o atraso na entrega de material para a construção de casas; o temor de conflito com grupos indígenas em áreas da antiga reserva Parakanã (ELETRONORTE, 1988).

A empresa reconhece assim, por fim, que todos esses fatores exprimiram, em última instância, problemas relativos à reinserção ambiental das populações em suas dimensões físico-materiais e socioculturais.

A partir deste diagnóstico, baseado no reconhecimento das imprecisões cometidas durante o processo de deslocamento compulsório, o Plano de Utilização e Aproveitamento do Reservatório vai concluir recomendando que a Eletronorte deve tomar as seguintes ações:

- Reavaliar o programa de relocação desenvolvido, levando-se em consideração aspectos socio-econômico-culturais e necessidades inerentes a cada grupo populacional afetado, promovendo reassentamento daqueles que foram relocados para locais inaptos, elaborando programa de apoio à reinserção ambiental dos relocados e regularizando os assentamentos efetuados.
- Incentivar a presença na área das instituições e entidades responsáveis pelos investimentos em infraestrutura de ...
- Identificar os instrumentos jurídicos disponíveis, dado o novo quadro jurídico e institucional de regulação da política de terras do Estado do Pará, com vistas ao estabelecimento de diretrizes que arrefeçam o processo de ocupação e de uso especulativo das terras da área de influência local (ELETRONORTE, 1988).

Consideramos, por fim, que este processo de “memoração” autocrítico se corresponde com uma segunda etapa de ocupação da região que obedece a uma faceta que afeta o plano político e simbólico dela. Na primeira etapa, deparamo-nos com a ocupação manifesta e explícita da Eletronorte com a construção da UHE de Tucuruí, o que envolveu, como vimos, um processo de deslocamento compulsório que acabou reconfigurando as relações sociais da

região a partir da hegemonia da barragem. Com a finalização da obra de Tucuruí, e uma vez que o processo de acumulação encontrou-se já desencadeado, a partir do início da geração de energia, a empresa começará a preocupar-se de uma maneira mais explícita com a gestão do seu entorno. Nesse sentido, as empresas que realizam este tipo de empreendimentos, os quais têm uma lógica de enclave, se prestam mais para assumir as funções do Estado, uma vez que acabam sendo o agente que possui a maior infraestrutura da região. Desta forma, coincidimos com Acselrad, quem afirma que:

A gestão empresarial não se aplicará, assim, apenas aos recursos humanos contratados, mas também a segmentos sociais situados extramuros das empresas, procurando visualizá-los, analisar suas “performances”, orientar suas condutas e recompensar certos comportamentos em detrimento de outros. Ao idealizar, contabilizar e procurar moldar comportamentos e subjetividades sociais tidas por desejáveis para a valorização das ações das empresas, busca-se configurar uma coprodução entre o econômico e o político” (Pezet, Pezet, 2010:117). Adaptando a retórica neoliberal da sociedade que toma em suas mãos a solução de seus próprios problemas, “se autoatribuindo um papel político direto na sociedade” (Brulois e Viers, 2011), certas grandes corporações procuram resolver seus problemas, governando a sociedade local em benefício de seus acionistas (ACSELRAD, 2018, p 47).

3.2.4 Os documentos Comemorativos da Eletronorte e do Setor Elétrico

Além dos documentos de planejamento interno, os quais, como vimos, utilizaram a memória como uma forma de aprendizado baseado na experiência conflitiva do passado recente da instalação de barragens para melhorar o relacionamento com o meio ambiente e as populações atingidas, a Eletronorte e o Setor Elétrico também vão produzir documentos de memória que poderíamos denominar como “externos”, no sentido de que estariam destinados para o público geral. Estamos falando dos documentos ditos “comemorativos” da empresa, nos quais é apresentada a história oficial dela, e de como foram construídas as suas distintas usinas hidrelétricas. É claro que nestes documentos um dos objetivos de acionar a memória será a “exaltação” dos grandes fatos e façanhas realizadas pela Eletronorte. Deparamo-nos aqui com um tipo de memória que procura exercer uma das funções básicas do Estado cuja intencionalidade é gerar uma narrativa identitária comum, no sentido de criar uma “memória nacional”. Nessa tarefa centralizadora é claro

que buscar-se-á que muitas narrativas, identidades e memórias (explicitamente em muitos casos), sejam apagadas, esquecidas, ou reconfiguradas. Isto se corresponde com a ideia de “enquadramento da memória” de Michael Pollack (1989). Para o autor a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integrada em tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Desta forma,

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz ‘enquadrada’ diz ‘trabalho de enquadramento’. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação (POLLAK, 1989).

No caso da história da barragem de Tucuruí, narrada pela Eletronorte, vemos que o diálogo entre o presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objeto, e busca constituir um ato cordial e comunitário, um “recordar com”, isto é, um “co-memorar” com “o povo” que é, para a Eletronorte, sempre o principal beneficiário suposto destes empreendimentos. Nesta dimensão,

a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituinte do rito, pois comemorar, na acepção que melhor cumpre o ato vivificante de recordar, é sair da autarquia do sujeito e integrar um eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas (CATROGA, 2009).

Daí a necessidade da Eletronorte e do Setor Elétrico de repetir uma e outra vez a narração (oficial) de como foi construída a UHE de Tucuruí. Contemplamos que praticamente a mesma história, se repete nos documentos comemorativos da Eletronorte elaborados para comemorar 10, 25 e 30 anos da fundação da empresa; nos materiais comemorativos do Setor Elétrico como: “O meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro” (2009), “A História das Barragens no Brasil” (2011), “O rio Tocantins no olhar dos viajantes. Paisagem, Território e Energia elétrica” (2013). Com a apropriação permanente e ritualizada da história do processo de construção da barragem de Tucuruí por

parte do Estado assistimos a uma “re-presentificação” constante de uma experiência temporal a qual é indissociável da sua espacialização. A memória sempre opera em um território, buscando outorgar-lhe um sentido particular. Deste modo, a UHE de Tucuruí é também um lugar de memória, que simboliza a passagem de um território caracterizado por habitantes cujas atividades produtivas eram harmônicas com a natureza, para um território organizado a partir de uma lógica capitalista e desenvolvimentista unívoca. Nesse sentido, coincidimos com Fernando Catroga, quem afirma que

esta faceta [da memória] não se restringe à sua materialidade, pois também forma um campo semântico que garante uma duração que simula a da eternidade – o rito suspende o tempo banal-, base necessária para identificar e perpetuar as mundivivências individuais e grupais. E a pluralidade de tempos, unificados na memória sempre em tensão, implica cortes na homogeneidade do espaço, ainda que, em certos casos, a incidência se dê sobre a mesma realidade física que a sacralidade da recordação e da celebração fragmenta em diversos “lugares de memória”. Pode assim dizer-se que a memória temporaliza o território, marcando-lhe fronteiras, que agem como significantes. [...] Com essa apropriação, entra-se no campo simbólico. E este transformar-se-á tanto mais em patrimônio quanto mais se passar da recordação vivida para a comemoração institucionalizada, domínio da repetição em que a memória pública aparece integrada num ordenamento do tempo comandado pelas políticas da memória (CATROGA, 2009, p. 21).

Vejamos agora os elementos principais da narrativa construída pela Eletronorte em torno da barragem de Tucuruí. Em primeiro lugar, salientamos que para a Eletronorte, sua história é “a saga de brasileiros que, acreditando em seu país, deram tudo de si, muitas vezes sacrificando o convívio familiar, para construir a Eletronorte. Uma empresa genuinamente nacional, propriedade de todos nós, símbolo da nacionalidade espelhada na força do nosso povo” (ELETRONORTE, 2013). Para a empresa, Tucuruí representa seu maior e mais importante símbolo, a partir de cuja memória, busca-se alavancar o futuro da região. Nesse sentido, ressaltam que

Tucuruí é o grande marco. [...] A usina veio para transformar a região trazendo progresso e desenvolvimento. Toda essa importante história, porém, não tem sentido se não tivermos a capacidade de compreendê-la como um trampolim para o futuro. Neste contexto, o nosso trabalho não para. É preciso enaltecer o passado sem perder a visão do futuro (ELETRONORTE, 2013).

A narrativa sob a qual a Eletronorte elabora sua memória em relação à construção de Tucuruí, faz referência ao triunfo do homem sobre a natureza, da civilização sobre o “primitivismo”. É a história de como a Eletronorte foi ao

“resgate de um Brasil esquecido” trazendo progresso e desenvolvimento. O engenheiro Luís Antônio Guido Rios, que foi um dos primeiros em chegar a Tucuruí, recorda o início das obras assim:

O choque cultural foi terrível. Tudo era muito primitivo e as casas da população local não tinham sequer banheiro ou vaso sanitário. Quando minha mulher começou a plantar uma horta no jardim, foi uma surpresa para os habitantes, que passaram a nos chamar de ‘comedores de mato’... (ELETRONORTE, 1998; 2013)

No relato de Tucuruí antes da barragem, serão ressaltados os aspectos de uma região desconhecida e “primitiva” e, portanto, para os engenheiros todo o trabalho foi uma grande “aventura” e uma “luta contra o primitivismo e a desigualdade”. Nesse sentido, a Eletronorte vai afirmar que: “não por acaso, a aventura dos primeiros tempos na mata e a capacidade de improvisar e dar assistência a um Brasil isolado de qualquer progresso passou a distinguir a Eletronorte” (ELETRONORTE, 2013). Para a Eletronorte, Tucuruí antes da construção da usina “resumia-se a um pequeno aglomerado de construções de madeira, iluminadas por precários lampiões à base de óleo de andiroba” (ELETRONORTE, 2013).

É também uma história onde a usina construída é um orgulho de todos e que está em harmonia com as diferentes expressões culturais:

Quase três meses após o fechamento das eclusas, o rio voltava a fluir normalmente e acabaria atraindo milhares de pessoas, só para ver a força das águas. Caboclos da região, habitantes ribeirinhos dos cerca de 300 quilômetros que separam Tucuruí de Belém, abriram um grande sorriso, e não apenas em função da chegada da energia elétrica, [senão também] porque poderiam voltar a pescar (ELETRONORTE, 2013).

A obra era apresentada pelo então presidente, João Figueiredo, na festa oficial da inauguração da seguinte maneira: “A obra que hoje inauguramos prescinde apresentações. Trata-se da primeira etapa da grande hidrelétrica, que, concluída, colocará 8 milhões de quilowatts a serviço do progresso desta região”. Também salientaria que a Eletronorte deu um grande exemplo “de compreensão das responsabilidades empresariais e de visão do papel que deve desempenhar um projeto desta magnitude, como pólo de desenvolvimento econômico e cultural” (ELETRONORTE, 2013).

No que respeita ao processo de construção da barragem, a narrativa da empresa será em chave de “guerra contra a natureza” que deve ser dominada para assim servir ao “progresso”. A Eletronorte vai falar do “triunfo da garra e

da vontade política” afirmando que com o início da geração de energia “a alegria tornava-se mais e mais serena, acrescida de um certo toque de orgulho pelo domínio da natureza extremamente rebelde. [...] Era o cenário de uma das maiores vitórias da Eletronorte” (ELETRONORTE, 2013).

Finalmente, no que tange ao processo de relocações a empresa vai buscar minimizar os problemas ocasionados neste quesito. Assim, salientam que:

Os estudos socioeconômicos conduzidos pela Eletronorte apontavam para o vazio demográfico da região a ser inundada e seus poucos habitantes foram classificados como urbanos e identificados pelo título de posse da terra - o que poucos tinham numa região caracterizada por conflitos fundiários (ELETRONORTE, 1998; 2013).

Com esta caracterização busca-se desvencilhar dos problemas relativos à posse de terra tentando mostrar que estes problemas existiam antes da construção da usina. Ao mesmo tempo, procuram restar importância à questão das relocações afirmando que a área era pouco habitada. Mesmo assim, eles vão mencionar a existência do Movimento de Atingidos, citando superficialmente as ações mais relevantes dele, mas sem entrar em detalhes:

Posseiros e colonos das terras da região, cerca de dois terços das famílias da área atingida, reagiram de forma organizada por meio da Comissão Representativa dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, apoiada, entre outros, pela Comissão Pastoral da Terra. No início dos anos 80, o grupo promoveu invasões e acampamentos em órgãos públicos, com o apoio de políticos locais. As reivindicações chegaram à imprensa e a Eletronorte passou a negociar com a comissão as suas demandas: indenizações; lotes de 50 hectares; material e ajuda financeira para a construção das casas; e ajuda para infraestrutura (ELETRONORTE, 1998; 2013).

Assim, a Eletronorte vai salientar que só uma cidade, Jacundá, seria inundada pelo reservatório de Tucuruí devendo ser transferida, minimizando deste modo, os impactos já relatados no capítulo anterior.

Por fim a empresa vai concluir que, apesar de alguns problemas acontecidos durante o processo de deslocamento compulsório, “a entrada em operação de Tucuruí foi uma alegria para aquela gente simples, que se orgulhava do progresso e, sobretudo, das máquinas gigantescas, que vinham de longe” (ELETRONORTE, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho buscamos discutir as memórias geradas a partir do processo de deslocamento compulsório da primeira etapa da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1973-1992) desde a perspectiva dos atores protagonistas desse processo. Optamos por abordar o caso desde um ponto de vista socio-semiótico para poder captar e interpretar o sentido das práticas do Movimento de atingidos e da Eletronorte dentro do esquema de *jogos discursivos* tecidos por eles. Apesar de que o foco da análise não tenha sido o de detalhar explicitamente os intercâmbios discursivos entre o movimento e a empresa, acreditamos que ficou evidenciado que os diferentes tipos de estratégias político-discursivas elaboradas por eles estiveram influenciadas pelos movimentos do *adversário*. Dessa forma, para nós, a memória político-conflitual aparece justamente no momento em que os agentes do processo intervêm discursivamente se conformando simultaneamente como pro-destinatários e contra-destinatários.

Ao interior do desenvolvimento do conflito identificamos dois períodos bem diferenciados, onde a memória cumpriu diferentes papéis, tanto para a empresa como para o Movimento. Em primeiro lugar, uma etapa que vai desde a criação da Eletronorte até a inauguração da usina (1973-1984). Caracterizamos a memória desse período, para os fins da análise como *memória em processo* ou de *curto prazo*. No caso do Movimento, vimos que a memória foi acionada nesta etapa para atingir diferentes objetivos estratégicos. Em primeiro lugar, a memória serviu aqui como um mecanismo que ajudou ao movimento a conformar-se como tal. Diferentes tipos de identidades foram dando forma a um movimento relativamente unitário que se organizou com o objetivo de enfrentar uma problemática comum.

Algumas considerações são necessárias em relação à identidade como estratégia de conformação. Um primeiro elemento é que a identidade é sempre relacional, e, portanto, a memória sobre a qual funda suas bases, pode passar desde uma vinculação social e espontânea – no sentido que Halbwachs propõe – para uma intencional e política. O elemento estruturador desse processo é o *conflito* de interesses desatado em relação ao sentido que busca-se imprimir ao território. Por esta razão é que para nós a memória é *político-conflitual*. É o

próprio conflito que vai modificar o sentido outorgado às diferentes identidades participantes dele. Nesse sentido, por exemplo, no caso dos colonos da Transamazônica, vemos que a repetição de processos de saída forçada de suas terras, levou-os para uma tomada de consciência a respeito de sua situação, o que os motivou a juntarem-se. Assim, a identidade de *colono* se politiza e, ao mesmo tempo, se transforma na ação conjunta. A identidade como estratégia de unificação apareceu também sob a forma de uma figura literária numa das primeiras publicações dos atingidos no texto intitulado “Fala Tião”. Chamamos a este tipo de estratégia de *memória sob uma forma literária*, pois, através da construção de um personagem ficcional, o Tião, buscou-se construir um arquétipo do colono da Transamazônica que reflete sobre sua situação de vida, no intuito de gerar identificação com os colonos leitores para que estes reajam e se organizem.

Outro caso foi o dos vazanteiros, cuja luta esteve principalmente marcada pelo reconhecimento do seu modo de vida por parte da Eletronorte na hora de realizar o cálculo indenizatório. O embate esteve aqui marcado pela visão legalista da empresa que só reconhecia como critério de indenização a posse – legal – das benfeitorias no momento do levantamento, sem considerar a maneira em que os vazanteiros se relacionavam com o território para realizar sua produção. Esta situação motivou a que estes se organizassem conformando a agrupação “Os Vazanteiros de Itupiranga”.

Vimos que estes diferentes tipos de identidades foram se cristalizando-se sob um eixo articulador, que foi o fato de todos eles serem *atingidos*. Constatamos que a Igreja teve um papel articulador importante em todo esse processo, através da equipe de assessoria da CPT, que tinha alguns membros, como Josefina, que haviam participado de outros conflitos similares ocasionados pela construção de barragens, como os casos de Sobradinho e Itaparica. A experiência anterior destes integrantes da equipe contribuiu para organizar o Movimento de Atingidos de Tucuruí.

Comprovamos este lento processo de unificação nas diferentes cartas encaminhadas à Eletronorte. Aqui a figura do *histórico* foi importante, primeiramente para cada comissão, que acionava este recurso de memória toda vez que a Eletronorte não atendia os pedidos deles, lembrando todas as situações de descaso da empresa para com eles no intuito de legitimar suas

reclamações. Num segundo momento, a estratégia do *histórico*, serviu para realizar o que chamamos de *junção de narrativas*. Aqui, vimos que os diferentes relatos reivindicativos encaminhados à Eletronorte pelas diferentes comissões da região, começaram a aparecer juntos numa narrativa só, o que deu mais força às reclamações dos atingidos. É também uma demonstração do crescimento político deles, pois começaram a enxergar o processo de deslocamento compulsório como parte de uma problemática comum a todos os povos da região, e assim o manifestaram nos escritos encaminhados à empresa.

Por outro lado, constatamos que com o Movimento de Atingidos já conformado, a memória como estratégia política começou a ser acionada de outra forma. Fazemos a referência ao uso de atas de reunião do Movimento com a empresa como documentos que passaram a ter valor simbólico, pois, a partir deles, os atingidos pressionavam à Eletronorte para que cumprisse com os compromissos assinados. Ao mesmo tempo, este tipo de ata serviu como atestado para manter informados aos membros do movimento sobre como estavam sendo levadas as negociações e assim poderem ter elementos para debater nas diferentes assembleias sobre o que fazer. Isto nos levou a verificar que os atingidos faziam avaliações de suas conquistas e fracassos tendo como base o material documentado nas atas, o qual era debatido em assembleias.

Já a Eletronorte, nesta primeira etapa, também fez um uso da estratégico da memória em processo, ou de curto prazo. Enxergamos que um primeiro objetivo da empresa foi justificar e legitimar o processo de deslocamento compulsório. A tal fim, recorrendo a uma estratégia que denominamos *acionar estatal por desdobramento*, a Eletronorte, por meio de Decretos oficiais, e da conformação de comissões *ad hoc*, procurou justificar tecnicamente o deslocamento desde uma posição de “neutralidade” garantida no poder simbólico de ditos documentos elaborados sob a base da “expertise técnica” ou da autoridade estatal, segundo o caso. Isto nos levou a caracterizar este tipo de documentos como documentos que buscam ser “performativos” da realidade que descrevem. Concluímos, assim, que é por meio da memória contida neste tipo de materiais que é garantido um tipo de planejamento burocrático onde a realidade é ordenada a partir do caráter “fetichizante”

desses documentos e leis, os quais se apresentam como “autômatos” que estão fora do controle dos seus criadores.

A partir da inauguração da usina hidrelétrica vimos que, desde a perspectiva do uso da memória como estratégia de ação política, houve uma mudança por parte de ambos os agentes. Caracterizamos este período que vai desde o início de geração (1984) até a finalização da primeira etapa de Tucuruí (1992), como um ciclo em que aparece uma outra forma de uso da memória que chamamos como memória *pós-deslocamento* ou de *longo prazo*. Com esta ideia tentamos mostrar que, além de um período onde a memória se apresenta como um recurso acionado nos diferentes embates que o próprio conflito produz, existe uma outra forma de uso da memória que baseia-se na *experiência* acumulada durante esses confrontos. Assim, do lado da Eletronorte, e do Setor Elétrico em geral, constatamos que as suas estratégias de intervenção territorial tiveram uma profunda mudança com respeito da forma em que pretendiam relacionar-se com as comunidades atingidas por seus empreendimentos. Consideramos que, em grande medida, a experiência conflitiva com as comunidades atingidas pelo projeto de Tucuruí teve influência nesta mudança. Aqui, a memória se apresenta sob a forma de *aprendizado*. É uma *memória reflexiva* que visa modificar modos de agir que no passado trouxeram algum tipo de problema. Por outro lado, além da própria experiência da empresa e do setor, influenciaram também, nesta mudança de perspectiva, as transformações políticas no plano nacional e internacional. Salientamos que no plano internacional, a partir dos anos 70 começou a existir uma maior preocupação pelas consequências ambientais produzidas pelo desenvolvimento econômico, buscando-se mitigá-las a partir de estratégias de “desenvolvimento sustentável”. Caracterizamos esta nova forma de abordar os conflitos socioambientais como uma “ambientalização” das relações sociais (BUTTEL, 1992), a partir da qual as preocupações ambientais são introduzidas nas decisões políticas e econômicas configurando uma nova forma de “ecocracia” emergente (ACSELRAD, 1999). No plano nacional, vimos que o processo de transição democrática teve influência nas novas formas de agir do Setor Elétrico no sentido de pretender dar “maior participação” e informação às populações nos processos decisórios.

Por outro lado, este marco geral de transição “ecológica”, tornou inaceitáveis muitas das ações passadas da empresa. Assim, vimos que uma primeira estratégia para atenuar isto foi um uso estratégico da memória através de uma leitura retrospectiva do passado para construir uma narrativa de “arrependimento” e justificação por não ter tido a capacidade e o conhecimento na época para evitar muitos dos conflitos com as comunidades atingidas.

A partir daí, vimos que o Setor Elétrico se baseou na memória de empreendimentos controversos como o de Tucuruí para construir um novo tipo de planejamento que visasse antecipar futuros conflitos nos novos projetos, propondo também as bases de uma nova forma de interação com as populações atingidas e a sociedade em geral. Nesse sentido, coincidimos com a perspectiva de Henri Acselrad, quem chama este tipo de acionar de “causalidade teleológica”, afirmando que “é sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro” (ACSELRAD, 1999). Este “novo espírito” – parafraseando a Luc Boltanski e Ève Chiapello – do Setor Elétrico contribuiu também para que surjam novos instrumentos de planejamento que tiveram por objetivo realizar diagnósticos sobre distintos aspectos da situação socioambiental do reservatório em Tucuruí para realizar novas intervenções sob a base desta nova concepção “ambientalista”, “multi-setorial” e “participativa”. Como consequência disto, enxergamos que a Eletronorte adotou a ideia de que não é simplesmente uma empresa cujo objetivo é a produção de energia, senão que, para garantir que essa função seja feita eficazmente, assumiu o papel de um agente de “desenvolvimento” da região que deve atender aos interesses de diversos setores sociais espalhados na sua área de influência. Consideramos que estas reflexões só puderam ser realizadas graças a experiência conflitiva anterior com o Movimento de Atingidos a qual permitiu-lhe elaborar outras estratégias de intervenção nas áreas de influência da usina. Assim, a Eletronorte passou de um planejamento territorial onde o fator que ordenava toda a intervenção era só o aproveitamento hidrelétrico, para um tipo de planejamento mais “integral” no sentido de incluir – ainda que de maneira parcial – os interesses de outros atores. A experiência de Tucuruí demonstrou à Eletronorte que não pode deixar a iniciativa social nas mãos de agentes da sociedade civil, pois comprovaram que a legitimidade social do projeto poderia, assim, ser objetada. É nesse

sentido que a memória torna-se política, sendo acionada para atingir um objetivo estratégico como o de garantir o controle territorial sobre a área de influência de um empreendimento hidrelétrico.

Além de contribuir a estabelecer estratégias de planejamento interno, vimos que a memória pode servir também como uma forma de promover os projetos no plano externo, através dos materiais ditos “comemorativos”. Observamos que aqui a empresa procurou exaltar as supostas múltiplas vantagens de um projeto como o de Tucuruí, tanto para a região, como para o país. Nesse sentido, observamos que a memória torna-se “oficial” afim de gerar uma narrativa identitária comum. Assim, por meio de ditos materiais, o Estado estabelece uma “centralização” da memória da construção da barragem de Tucuruí apagando ou deslegitimando outros relatos em torno do processo. Dissemos que isto é concordante com a proposta de Michael Pollack (1989) quem fala de “enquadramento da memória”. A Eletronorte, exaltando certos fatos e, ao mesmo tempo, escondendo outros que não a favorecem, realiza uma operação de enquadramento da memória com o objetivo de manter a “coesão nacional”, estabelecendo assim, oficialmente, quais são os grupos que merecem um lugar destacado na história e quais não. Podemos interpretar essa operação de enquadramento também colocando o foco no público alvo das publicações da Eletronorte. Percebemos que os textos buscam uma certa cumplicidade com o leitor, pois destaca-se a intencionalidade da empresa em mostrar que todos os “sacrifícios” realizados sempre foram com finalidade de beneficiar a todos os brasileiros, levando o “desenvolvimento” a todos os cantos do país. Assim, busca-se através dos relatos *co-memorar* junto com o povo brasileiro, lembrando das grandes façanhas realizadas em seu nome. Desse modo, a construção desta “memória nacional” resulta numa memória que tende a *fixar* uma narrativa oficial, através da apropriação do recurso simbólico do *universal*, falando assim em nome de todos.

No caso do Movimento, nesta segunda etapa, o desenvolvimento de sua *memória pós-deslocamento* foi encaminhada em outro sentido. Vimos que os atingidos fizeram um uso da memória do conflito com o objetivo de expandir o movimento, primeiro no plano regional, se juntando com o movimento de jusante, que na época acabava de surgir; e depois participando de distintos encontros com outros movimentos regionais que acabaram lançando as bases

para a criação de um movimento nacional de atingidos por barragens, o MAB. Esse compartilhamento de experiências e *memórias* por parte dos diferentes movimentos de atingidos de todas partes do Brasil contribuiu para ir sistematizando o conhecimento relativo aos principais problemas que a construção de barragens traz, bem como as melhores estratégias para enfrentar o estado e as empresas. Nesse sentido, constatamos que o acionamento da memória relativa às experiências de resistência por parte do(s) movimento(s) esteve orientado a estimular o fortalecimento das distintas organizações, ao tempo que estabelecia-se uma organização nacional para dar maior visibilidade aos conflitos desencadeados a partir da construção de barragens.

Uma hipótese que teríamos gostado de testar neste trabalho sobre a memória pós-deslocamento, é a questão sobre como é relatada a memória do conflito desencadeado pelo deslocamento compulsório desde o ponto de vista de pessoas que vivenciaram aquele processo – mas que não foram parte ativa do Movimento – e que hoje moram em alguma das novas cidades que foram construídas logo após do enchimento do reservatório. Nos perguntamos também, como é que aquelas pessoas se lembram da luta do Movimento? Acreditamos que para fazer isso teríamos que ter viajado àquelas cidades para entrevistar a alguns desses moradores. Infelizmente, por falta de tempo não conseguimos incorporar aqui essa parte da memória pós-deslocamento. Mesmo assim, arriscamo-nos a acreditar que uma boa parte das conquistas do movimento ficam na memória coletiva do povo. Nesse sentido, temos a hipótese de que logo após do conflito, a memória que tinha se tornado *política* devido a ele, volta com o tempo a ser memória coletiva estabelecendo novos laços *espontâneos* de sociabilidade entre os moradores da região que provavelmente se lembrem de muitas das vitórias conseguidas por meio da luta popular. Ainda que não tenhamos conseguido explorar esta hipótese, consideramos importante pelo menos mencioná-la aqui nas considerações finais como uma tarefa pendente para futuros trabalhos.

Finalmente, gostaríamos de esclarecer que um dos nossos objetivos com esta pesquisa foi contribuir para o desenvolvimento do que chamamos de *memória crítica* a partir da qual sejam analisados os jogos discursivos de ambos os agentes protagonistas do conflito, a fim de tentar construir uma

narrativa que incorpore tantas visões quanto possível, analisando e avaliando o que cada relato descobre ou oculta. Esperamos ter contribuído nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out/dez.,1991.

_____. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], n. 1, p.79-89, 31 maio 1999. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>.

_____. **As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí** – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país. Projeto de Pesquisa. 2016. Disponível em: <<http://www.memoriatucuruui.ufpa.br>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. Territórios do capitalismo extrativista. A gestão empresarial de “comunidades”. In: _____. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**. O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 33-60.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Planejamento no Brasil: memória histórica. In: James Giacomoni; José Luiz Pagnussat. (Org.). **Planejamento e Orçamento Governamental, Coletânea**. 1ed.Brasília: ENAP, 2006, v. 1, p. 193-228.

ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu**. 1996. 313 p. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BEATY, Susan. **O Movimento dos Atingidos Pela Barragem de Tucuruí: Uma História Oral**. Brown University. History, Latin American Studies, 2008.

BECKER, Bertha. **A atuação do estado na expansão da fronteira: uma contribuição geo-política ao estudo da região do Araguaí-Tocantins**. Brasília: CEPAL. 1981.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.

BOMFIM, Juarez. Movimentos sociais de trabalhadores no rio São Francisco. **Revista Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Barcelona. n. 45 (30), 1999.

BOURDIEU, Pierre. The force of law – toward a sociology of the juridical field. **Hastings Law Journal**, v. 38 n. 5, p. 805-53, 1987.

_____.; WACQUANT, Loïc J.D. **Réponses. Pour une anthropologie reflexive**. París: Seuil, 1992.

_____. **Economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp. 2008.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314**, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. **Decreto Presidencial nº 78.659** de 1º de Novembro de 1976.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**: 1986 a 1989. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social/Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1985.

BROCKMANN, Christian; GIRMSCHEID, Gerhard. Complexity of Megaprojects. In: **CIB World Building Congress**: construction for development: 14-17 May 2007, Cape Town International Convention Centre, South Africa, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUTTEL, F. Environmentalization: origins, processes and implications for rural social change. **Rural Sociology**, v.57, n.1, p.1-27, 1992.

CALETTI, Sergio. **Comunicación, política y espacio público**. Notas para repensar la democracia en la sociedad contemporánea. Borradores de trabajo Mimeo. Buenos Aires, 2002.

_____. Decir, autorrepresentación, sujetos. Tres notas para un debate sobre política y comunicación. **Revista Versión: estudios de comunicación, política y cultura**, n. 17. Universidad Autónoma de México. pp. 19-78. 2006.

CASTRO, Vonínio B. BARROS, Flávio B.; ACEVEDO Rosa E.; MARIN, Nirvia R. Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, p. 65-102. 2018.

CATROGA, Fernando. **Os Passos do Homem como Restolho do Tempo - Memória e Fim do Fim da História**. Coimbra: Almedina, 2009.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978, 251 pp.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)**. Relatório Final. Anexos. 2000.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. II Tribunal Internacional das Águas. **Caso: As Hidrelétricas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Com. Pró-Índio. 1991.

CONGILIO, Célia Regina ; IKEDA, Joyce Cardoso. Olímpio. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais (PUCSP)**, v. 18, p. 79-90, 2014.

CORRÊA, Wilson G. B. **A ação do GETAT na região sul e sudeste do Pará**. 2016. 112 p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1989.

COUTO, **Raul Chucair de**: depoimento [ago. 2017]. Entrevistador: José Carlos Matos Pereira, 2017. Gravação digital (60 min.). Entrevista concedida para o projeto: “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”.

ELETROBRÁS. **I Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico (I PDMA)**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1987

ELETRONORTE. **Aproveitamento hidrelétrico de Tucuruí**. Estudos de viabilidade. Aspectos Socio-Econômicos. Desapropriação. 1974.

_____. **UHE Tucuruí: Plano de utilização do reservatório**: caracterização e diagnóstico do reservatório e de sua área de influência. Brasília: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE). 1988.

_____. **UHE Tucuruí**. Estudo de caso. Arquitetura ambiental S/G LTDA. Jun, 1992.

_____.; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Eletronorte: 25 anos**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 1998.

_____.; MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Eletronorte: 30 anos de pura energia brasileira**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 2004.

FERNÁNDEZ, J. Manuel. La noción de violencia simbólica en la obra de Pierre Bourdieu: una aproximación crítica. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 18, p. 7-31, jun. 2005.

GELLERT, Paul K.; LYNCH, Barbara D.. Mega-projects as displacements. **International Social Science Journal**, [s.l.], v. 55, n. 175, p.15-25, mar. 2003. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2451.5501002>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro. 2006

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HÉBETTE, Jean. **A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos**. Volume II. Cruzando a Fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA. 2004.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes. 1979.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

KOSELLECK, R. **Le Futur Passé** - Contribution à la Semantique des Temps historiques. Paris: EHESS, 1990.

LE GOFF, Jacques. **1990 História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE LOPES, J. S. A ambientalização dos conflitos em Volta Redondas. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.217-44.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIFSCHITZ, Javier A. La memoria social y la memoria política. **Aletheia**, v. 3, n. 5, 2012.

_____. Os agenciamentos da memória política na América Latina. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, n. 85. 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992. 367 p.

MAB. **A criação das comissões regionais de atingidos**. 2011a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em: 31 ago 2018.

_____. **Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional**. 2011b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 31 ago 2018.

MAGALHÃES, Sônia B. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal do Pará e Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés, Belém, 2007.

_____. O desencantamento da beira. Reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: _____; CASTRO, E.; BRITTO, R. (Org.). **Energia na Amazônia**. avaliação e perspectivas sócio-ambientais. 1ª. ed. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, v. 02. 966 p. 1996.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.25-70, jun. 1996. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG (1964-1966) in: MINDLIN LAFER, Betty (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARX, Karl. **Formações econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra. 1985.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MC NAMARA. **Essência da segurança**. São Paulo: Ibrasa, 1968.

MÉDICI, Emílio G. **Sob o signo da fé**. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica**. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. 2013.

MERCÊS, Jorge. **Memórias da promessa e do fim do mundo: Experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí**. 2017. 140 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

MERLINSKY, Gabriela. **Cartografías del conflicto ambiental en Argentina**. Buenos Aires. CICCUS. 2013.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Eletrobrás. Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (Eneram)**. Relatório final: conclusões e recomendações. [s.l.], dez. 1971. v. I. p. I-1.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos Naea**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.187-207, 30 jun. 2005. Nucleo de Altos Estudos Amazônicos. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v8i1.50>.

MOUGEOT, Luc J. A. **Planejamento hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Pará**. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília:UNB; Paris: ORSTOM, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto Historia**, n. 10, 1993.

ONU. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. “Declaração de Estocolmo”. 1972.

PALHANO, Nair Barbosa. **Setor elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental”**. 2001. 240 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA, Airton R. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p.54-77, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, José. Terra por terra na Amazônia paraense. **Revista ABRA**. v. 14. n. 5 e 6. Campinas, 1984.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** , v. 34, p. 45-65, 2012.

RIBEIRO, Ana C. T. Outros territórios, outros mapas. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. CLACSO, Buenos Aires, a. 6 n. 16, 2005.

RIBEIRO, Ana M. O **Pólo Sindical do submédio São Francisco**: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda. 2008. 239 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Económico**, [s.l.], v. 27, n. 105, p.3-27, abr. 1987. <http://dx.doi.org/10.2307/3466748>.

SANTOS, Ederson Fernando Milan. O capitalismo autoritário na obra de Otávio Guilherme Velho. In: **IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Ditaduras e Democracias**, 2013, Marechal Cândido Rondon. Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Ditaduras e democracias : anais do simpósio, 2013. v. 1. p. 119-123.

SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p.13-20.

SEITZ, John. **A política do desenvolvimento**. Uma introdução a problemas globais. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos Hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação**. PPGAS/Museu Nacional. UFRJ, n. 9, 1986.

SILVA, **Aida Maria da**: depoimento [ago. 2017]. Entrevistador: José Carlos Matos Pereira, 2017. Gravação digital (60 min.). Entrevista concedida para o projeto: “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”.

SILVA, Golbery do COUTO e. **Planejamento estratégico**. Brasília: Editora UnB. 1981.

SILVA, Jose R.; SILVA, Georgina D. R. **Trajetórias de um casal sindicalista**. São Paulo: Quanta, 2015.

SILVA, Maria das Graças. **Planejamento territorial, deslocamento compulsório e conflito sócio-ambiental: mosquito e pistolagem na barragem de Tucuruí (PA)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SWYNGEDOUW, Erik. Modernity and Hybridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890–1930. **Annals Of The Association Of American Geographers**, [s.l.], v. 89, n. 3, p.443-465, set. 1999. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1111/0004-5608.00157>.

US DEPARTMENT OF STATE – Office of the Historian. **Milestones 1945–1952: The Truman Doctrine**. 1947. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine>>. Acesso em: 13 jan. 2019

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: UFRJ/Cedi/IPPUR, 1992.

_____. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: FRANKLIN Daniel R. (Org.). **Vidas Alagadas**. Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1ed.Viçosa: UFV, 2008.

VEIGA, Joaquim S. **Repartimento: sua história e os impactos ambientais, sociais e ecológicos da barragem de Tucuruí**. Belém. Ponto Press. 2014.

_____. **Tucuruí: suas origens em detalhe**. Belém. Ponto Press. 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VERÓN, Eliseo. La palabra adversativa. In: _____, et al. **El discurso político** Ed. Hachette. Buenos Aires. pp 13-26, 1996.

WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**, Buenos Aires: Amorrortu editores. pp. 24-25, 2006.

ZANELLA, Larissa W.; VALENTINI, Nadia C.. How the Working Memory functioning? Influences in learning of children with typical development and development coordination disorder. **Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, [s.l.], v. 49, n. 2, p.160-174, 2 abr. 2016. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v49i2p160-174>.